

organizadoras

Marina Berg Araujo

Sonia Regina Vargas Mansano

ATIVISMO E LIDERANÇA DE MULHERES

criando visibilidades



organizadoras

Marina Berg Araujo

Sonia Regina Vargas Mansano

ATIVISMO E LIDERANÇA DE MULHERES

criando visibilidades

| São Paulo | 2026 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A872

Ativismo e liderança de mulheres: criando visibilidades /
Organização Marina Berg Araujo, Sonia Regina Vargas
Mansano. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-813-9

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9

1. Ativismo. 2. Liderança. 3. Mulheres. 4. Política. 5. Extensão
Universitária. I. Araujo, Marina Berg (Org.). II. Mansano, Sonia
Regina Vargas (Org.). III. Título.

CDD 305.42

Índice para catálogo sistemático:

I. Psicologia Social – Ativismo feminino

Simone Sales • Bibliotecária • CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<<https://creativecommons.org/licenses/>>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Estágio em editoração	Emanuelle Vitória Miranda da Silva Rayssa Santos Arrais
Imagens da capa e do livro	Maria Clara Favero Marcondes
Tipografias	Acumin, Createo Display, Kraskario
Revisão	As organizadoras
Organizadoras	Marina Berg Araujo Sônia Regina Vargas Mansano

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle, Brasil</i>	Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Adriana Flávia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt <i>Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Caio Cesar Portella Santos <i>Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil</i>
Alaim Passos Bispo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil</i>	Carla Wanessa do Amaral Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alessandra Knoll <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Cassia Cordeiro Furtado <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Ana Rosangela Colares Lavand <i>Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil</i>	Cecilia Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Christiano Martino Otero Avila <i>Universidade Federal de Pelotas, Brasil</i>
André Tanus Cesário de Souza <i>Faculdade Anhanguera, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Andressa Antunes <i>Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil</i>	Cristiana Barcelos da Silva <i>Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade do Estado do Amapá, Brasil</i>	Dayse Centurion da Silva <i>Universidade Anhanguera, Brasil</i>
Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>	Dayse Sampaio Lopes Borges <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil</i>	Deilson do Carmo Trindade <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Diego Pizarro <i>Instituto Federal de Brasília, Brasil</i>
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>	Edilson de Araújo dos Santos <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Edson da Silva <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Faustidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlerth Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Fico encantada com a questão da imaginação, base da criatividade artística. Agora, a imaginação também é a base das nossas utopias sociais. Imagino uma sociedade como gostaria que fosse, e acho que sou capaz de criticar os meus valores arraigados e tentar desenvolver novos valores. Esse é o desafio, esmiuçar como se dão os processos, não só na formação de valores, mas na mudança de valores. Sem esquecer que eles vêm carregados de muita história – a familiar, a social –, e não é fácil mudar. A não ser que a pessoa assuma, realmente, uma reflexão crítica. A atividade estética ajuda no repensar a sociedade, na criação do novo. Parece, então, que só artista – e artista bem-sucedido – pode fazer isso! Mas será que nós não podemos também?

Silvia Lane (2000).

ATIVISMO
E LIDERANÇA
DE MULHERES

*Dedicamos esta obra às mulheres
que, generosamente, compartilham
suas histórias de liderança, ativismo
e militância, movidas pela crença no
futuro e no bem comum.*

SUMÁRIO

Márcia Helena Carvalho Lopes
Prefácio 16

PARA COMEÇAR NOSSA CONVERSA...

Sonia Regina Vargas Mansano
Apresentação
As ativistas e sua ‘estranha mania de ter fé na vida’21

Marina Berg Araujo
Ativismo e liderança de mulheres nas mídias digitais26

Maria Clara Favero Marcondes
Traçados de uma experiência de design gráfico na extensão31

PARTE I

FEMINISMOS, GÊNERO E POLÍTICA 35

Danielly Christina de Souza Mezzari
Feminismos, gênero e política36

Marina Berg Araujo
O Feminismo Classista de Erica Xavier42

Marina Berg Araujo
**A Rede de Enfrentamento à Violência
Contra as Mulheres na perspectiva
de Sueli Galhardi46**

Marina Berg Araujo
**Amanda Gaion e os Movimentos
Sociais de Mulheres em Londrina.....51**

Marina Berg Araujo
**Cristianne Cordeiro e as mulheres
que tecem o Paraná.....56**

Marina Berg Araujo
**Enquanto houver quem lute,
a história se move:
militâncias de Silvia Alapanian.....60**

PARTE II
ARTE, CULTURA E EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA..... 64

Ruth Tainá Aparecida Piveta
Arte, cultura e expressões de resistência.....65

Marina Berg Araujo
**Arte e o riso na transformação
social para Juliana Galante..... 72**

Marina Berg Araujo
**Arte e reinvenção na história
de Amanda Narizinho..... 76**

Marina Berg Araujo
**Gordofobia e insurgência
na obra de Fernanda Magalhães** 81

Marina Berg Araujo
Palavras que ressoam:
a escrita como memória, resistência
e encontro para Karen Debértolis 87

Marina Berg Araujo
Edna Aguiar:
Devoração, memória e a arte de movimentar existência91

PARTE III
LUTAS SOCIAIS POR DIREITOS HUMANOS 96

Daniele de Andrade Ferrazza
Mulheres militantes e ativistas:
das práticas de si à coragem da verdade
nas lutas sociais por direitos humanos 97

Marina Berg Araujo
**A trajetória de Martinha Clarete na luta
pelos direitos das pessoas com deficiência** 103

Marina Berg Araujo
O Direito de dizer quem se é:
Leonna Moriale e o Feminismo Trans 108

Marina Berg Araujo
**Alicia Gomes e as conexões
entre liberdade, arte e resistência** 113

Marina Berg Araujo

Onde a resistência conecta:
Gilza Ferreira Kaingang e as encruzilhadas
entre pertencimento, educação e luta coletiva 118

PARTE IV

**TERRITÓRIOS, COMUNIDADES
E MOVIMENTOS POPULARES 122**

Anderson Luis Schuck

**Territórios, comunidades
e movimentos populares..... 123**

Marina Berg Araujo

Sara Toninato e as ocupações urbanas:
desafios enfrentados pelo direito à moradia..... 130

Marina Berg Araujo

Quando um território aprende a florescer:
Vanessa Rocha e a força da comunidade 135

Marina Berg Araujo

**As vinculações de Cassiana Macedo
com a luta coletiva do MST 139**

Marina Berg Araujo

Laís Fialho:
quando o tambor ressoa e conta histórias 144

Marina Berg Araujo

**O pertencimento como ato de coragem
no percurso de Sandra Maria 149**

PARTE V

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL153

Sônia Regina Vargas Mansano
Educação, ciência e transformação social 154

Marina Berg Araujo
**Patrícia Rosa e a cultivação
de conexões com a natureza 160**

Marina Berg Araujo
Saraí Brito e o amor que aprendeu a lutar..... 164

Marina Berg Araujo
**Maria Bernadete:
a ciência começa quando uma menina pergunta “por quê?” 169**

Marina Berg Araujo
**A escolha por se colocar como
um “porto seguro” de Izabela Aranega:
escuta, proteção e compromisso com a infância174**

Marina Berg Araujo
Lua Gomes e a coragem de mudar..... 178

Equipe que compõe esta obra..... 183

Índice remissivo 186



PREFÁCIO

Márcia Helena Carvalho Lopes

Ministra de Estado das Mulheres

É com imensa honra que apresento esta obra, organizada por Marina Berg Araujo e Sonia Regina Vargas Mansano, que, ao reunir trajetórias, experiências e reflexões em torno da presença das mulheres em diferentes espaços da vida social, nos oferece um importante convite à reflexão sobre o protagonismo feminino e suas múltiplas expressões.

Ao propor um encontro com histórias que atravessam distintos campos da vida pública, comunitária, cultural, acadêmica e política, este livro nos permite reconhecer a riqueza e a diversidade dos caminhos percorridos por essas mulheres. Situadas em contextos diversos, suas experiências dialogam com questões fundamentais de nosso tempo, como a democracia, a justiça social, os direitos humanos e o enfrentamento das desigualdades, revelando diferentes maneiras de participar da vida coletiva e de contribuir para as transformações da sociedade.

A obra também nos permite pensar sobre os múltiplos sentidos que podem assumir a liderança, a participação e o engajamento social. Afinal, liderar não se restringe necessariamente aos espaços tradicionalmente reconhecidos como lugares de poder, ainda que seja fundamental que as mulheres também ocupem esses espaços e participem ativamente das decisões que orientam a vida em sociedade. Há, contudo, outro aspecto igualmente importante: além de ocupar espaços de poder, as mulheres precisam ter suas experiências, seus saberes e sua atuação reconhecidos. As mulheres são fundamentais na construção e na transformação da sociedade.

Sua atuação se expressa na organização e na mobilização coletiva, na produção de conhecimento, na defesa de direitos, na política, na cultura, na criação de alternativas diante das desigualdades e, também, nas práticas de cuidado e sustentação da vida. Reconhecer o protagonismo das mulheres implica, portanto, reconhecer a diversidade de suas formas de ação e sua capacidade de intervir na realidade e produzir transformações sociais cotidianamente.

As diferentes temáticas e trajetórias reunidas nesta obra também nos permitem reconhecer que não há uma única forma de participar da vida social ou de construir caminhos de transformação. As experiências aqui apresentadas atravessam campos como educação, arte, cultura, movimentos populares, direitos humanos, entre tantos outros espaços de práticas e vivências. Essa pluralidade nos lembra que o protagonismo feminino não se constitui a partir de um modelo único de ação, mas se expressa de diferentes maneiras, de acordo com os contextos, as experiências e as trajetórias de cada uma. Reconhecer essa diversidade significa ampliar nossa compreensão sobre os lugares ocupados pelas mulheres e sobre as múltiplas formas pelas quais intervêm na realidade. As transformações sociais, por sua vez, não são produzidas apenas por iniciativas individuais, mas principalmente se constroem nas relações coletivas, nos diferentes vínculos e formas de organização e participação. Valorizar essas experiências é, portanto, reconhecer a potência da ação coletiva na construção de horizontes comuns.

Como assistente social de formação e docente no Ensino Superior, sempre acreditei na importância do conhecimento produzido a partir da experiência humana, do compromisso ético e da reflexão crítica sobre a realidade. Talvez por isso esta obra encontre em mim especial ressonância. Ao reunir diferentes trajetórias e experiências, ela abre espaço para que possamos reconhecer, refletir e aprender com os múltiplos caminhos percorridos por mulheres em seus contextos de vida e atuação.

Ao organizar e reunir essas histórias, Marina Berg Araujo e Sonia Regina Vargas Mansano contribuem não apenas para dar visibilidade a experiências e percursos, mas também para preservar dimensões importantes de nossa memória histórica. Registrar trajetórias significa reconhecer que a história é construída no cotidiano, nas experiências coletivas, nas formas de resistência, nos vínculos comunitários, nas iniciativas de cuidado e nas inúmeras formas de participação na vida social.

Nesse sentido, reunir e registrar as experiências de mulheres que atuam em diferentes contextos contribui para que suas histórias não permaneçam restritas à memória individual ou aos espaços em que foram vividas. Ao serem compartilhadas e preservadas, essas trajetórias passam a integrar uma memória coletiva mais ampla sobre a participação das mulheres na sociedade, valorizando saberes e experiências que nem sempre encontram lugar nas narrativas hegemônicas. Conhecer essas histórias, seus desafios e suas formas de atuação, amplia nossas referências sobre aquilo que é possível construir coletivamente e permite que essas experiências sejam revisitadas, ressignificadas e continuem produzindo sentidos para outras gerações, estabelecendo diálogos com o presente e inspirando novos caminhos.

Em uma sociedade marcada pelo machismo estrutural, reprodutor das mais cruéis violências, dar visibilidade às experiências e às trajetórias das mulheres constitui também uma forma de reconhecer sua presença, sua atuação e sua contribuição para a construção da vida social. Obras como esta podem, nesse sentido, contribuir para ampliar o diálogo, fortalecer referências e estimular novas reflexões sobre os espaços ocupados pelas mulheres, sobre as barreiras que historicamente limitaram sua participação e sobre as possibilidades de transformação dessas condições. Os diferentes contextos nos quais se desenvolvem essas trajetórias são também espaços de construção de conhecimento, organização, disputa, resistência e

transformação. Ao tornar essas experiências visíveis, a obra contribui para ampliar o reconhecimento das mulheres como sujeitos ativos na produção da história e na construção da vida em sociedade.

Que esta obra inspire reflexões, encontros e novas indagações. Que as trajetórias aqui reunidas possam fortalecer referências, provocar novos olhares e abrir caminhos para outras experiências de participação e transformação. Afinal, conhecer essas histórias é também ampliar os horizontes a partir dos quais compreendemos o presente e buscamos construir o futuro. Futuro este de igualdade, liberdade e justiça social, no qual as mulheres possam ocupar e transformar os espaços que também lhes pertencem.

Por fim, que este livro contribua para manter vivas essas trajetórias e para que muitas outras mulheres encontrem espaço para contar suas próprias histórias.

Uma excelente leitura e que o futuro se abra à concretização de novos projetos de felicidade!

**PARA COMEÇAR
NOSSA CONVERSA...**

APRESENTAÇÃO

AS ATIVISTAS E SUA 'ESTRANHA MANIA DE TER FÉ NA VIDA'...

Sonia Regina Vargas Mansano

O desafio de iniciar um projeto de extensão universitária ganha contornos quando, desde o momento de sua elaboração, são traçados objetivos a serem alcançados durante o período em que ele estiver em vigor. Mas, para além desse compromisso acadêmico e social com intervenções junto à comunidade, as ações extensionistas reservam surpresas que somente a passagem do tempo permitirá conhecer.

Foi precisamente a experimentação de algumas surpresas que vivemos nesses quatro anos do projeto de extensão denominado "Ativismo e liderança de mulheres em causas sociais e ambientais: criando espaços de potencialização" que compartilhamos nesta obra. O projeto foi realizado na Universidade Estadual de Londrina (UEL) entre os anos de 2022 e 2026. Já de início, o grupo de docentes e estudantes se conectou com a fase teórica e documental sentindo, de modo contundente, a demanda por criar um espaço no qual as mulheres ativistas, líderes e militantes fossem convidadas a compartilhar suas experiências.

Foi assim que, logo no primeiro ano de atividades, inventamos um dispositivo (Foucault, 1979) para acessar tais mulheres que envolveu a tramitação institucional de um evento de extensão denominado "Ciclo de Diálogos: ativismo e liderança de mulheres". Como operávamos esse dispositivo? Estudantes e docentes do projeto, em meio às suas relações de interesse e proximidade, estabeleciam

contato com mulheres que se reconheciam em práticas efetivas junto à comunidade e desejassem compartilhar suas ações conosco, colocando em andamento uma espécie de formação política da equipe.

Nesse primeiro Ciclo, o público era formado basicamente pela equipe do projeto, sendo ampliado a cada edição (realizadas anualmente, até 2026), agregando estudantes tanto do curso de Psicologia como de outras graduações da UEL. O modo de operar que criamos envolvia a busca e identificação das mulheres que estavam conectadas à defesa de uma causa social ou ambiental, o contato prévio e o posterior convite formal, com o agendamento de sua participação no evento. Nesses quatro anos, tivemos a alegria de receber para o Ciclo 26 mulheres que se reconheciam, de alguma maneira, nas práticas de ativismo, liderança ou militância.

As conversas, sempre marcadas por uma dinâmica descontraída que envolvia a fala fluida, acompanhada de intervenções pontuais do grupo para aprofundar o relato e conhecer detalhes das experiências, tornavam nossas tardes de sextas-feiras povoadas de curiosidade, encantamento e conexão, bem como plenas da constatação de que cada causa marcava de modo singular a vida das mulheres convidadas e daqueles com os quais elas se ocupavam com tanta implicação e ternura. Podemos dizer que, para além dos relatos, o que acontecia nos Ciclos era uma experimentação compartilhada de causas diversas cuja intensidade tocava nossos corpos de modo sensível e crítico. O compartilhamento de cada encontro seguia reverberando por dias, até que outra mulher chegasse e, novamente, produzisse uma pluralidade de sensações.

Dentre as diferentes causas abordadas nos Ciclos estavam a luta dessas mulheres por direitos que abrangiam a natureza, a terra, a arte, a sexualidade, as etnias, a inclusão social, a moradia, a educação, a ciência, a inovação, a proteção da infância, a saúde e o trabalho. O que essas ações tinham em comum era a busca contundente pela expansão e fortalecimento da vida coletiva.

No decorrer de cada diálogo encontramos a precisão analítico-cartográfica de Deleuze (1992) sobre nossa organização social, quando ele faz a seguinte consideração de nosso tempo: “Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele” (p. 218). Um tanto assustadora, sua análise levava-nos a questionar o que seria, então, recuperar esse crédito no mundo. Argumentação que ele mesmo ofereceu na sequência de sua fala: “Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos” (p. 218).

Ora, o que escutamos de cada mulher foi a pulsação sensível de um investimento político e desejante dirigido aos pares, ao mundo e ao futuro. Este não era apenas uma abstração idealizada, mas se materializava em aberturas concretas, vivas e plurais de experimentar a existência cotidiana, amando, trabalhando, encontrando, escutando, sorrindo, enfim, construindo histórias e trajetórias povoadas de desejos e conexões. No relato de cada diálogo ficou claro que o viver em sociedade vem sendo atravessado historicamente pela crueldade das relações de exclusão e de violência, fato que exige uma luta insistente para reconhecer nossos limites e, em meio a eles, colocar em curso políticas de enfrentamento. Assim, aprendemos com essas mulheres que a rigidez hegemônica de valores, avaliações morais excludentes e discriminações naturalizadas coloca freios no futuro. Ao mesmo tempo, este só pode ser vislumbrado pela aliança com a diferença, o movimento e a criação.

Insistir no futuro é o que cada mulher que comparece nesta obra vai relatar, movida por diferentes matizes, sonoridades, texturas e sabores. São mulheres reais que inventaram no cotidiano relacional uma espécie de intimidade com os riscos, as adversidades e os desafios atualizados no viver em sociedade. Ao invés de imobilizar, essa proximidade convoca a questionar, pensar e agir, sem pretensões de acalmar ou domesticar as relações, mas experimentar suas

intensidades e aberturas. É nessa direção que as mulheres lançam sua aposta: a coexistência, por mais difícil que seja, nos torna maiores e mais fortes. É notável, então, que elas acreditam no mundo e na dimensão política do existir, deixando entrever que o futuro coincide com a aventura do viver, e que a aventura do viver pressupõe um cuidado consigo, com o outro e com o planeta. Assim, cada relato que aqui será apresentado abre uma janela de futuro e destaca uma nuance desse crédito nas microrrelações cotidianas.

Foi nesse cenário de experimentações que a presente obra foi idealizada, elaborada e agenciada por Marina Berg Araujo e Sonia Mansano, com as preciosas ilustrações de Maria Clara Favero Marcondes. Vivemos juntas um encontro institucional intenso que deu ensejo a uma parceria extensionista realizada no último ano de vigência do projeto. Nessa atividade acadêmica, as ativistas que participaram das quatro edições do Ciclo de Diálogos foram convidadas e vinte e quatro delas aceitaram compor esta obra, compartilhando generosamente uma parte de sua história política de intervenção nos diferentes contextos sociais que habitam. Todos os relatos, distribuídos em cinco eixos, foram organizados em microcapítulos escritos por Marina, ilustrados por Maria Clara, revisados por mim e aprovados pelas mulheres.

Além disso, contamos nesta obra com a preciosa participação de quatro docentes colaboradores e parceiros do referido Projeto de Extensão. Sua presença, sensibilidade e conhecimento analítico para dialogar com as ativistas trouxeram densidade e consistência aos nossos encontros. Confiemos a cada docente a tarefa de abrir os cinco eixos desta obra, fazendo ressoar as forças políticas, teóricas e interventivas das mulheres.

Como se pode notar, a obra contou com muitas parcerias. Agradecemos de modo especial às mulheres que acolheram nosso convite e aceitaram participar dos Ciclos e, posteriormente, desta obra. Somos gratas às estudantes colaboradoras e bolsistas que

deram contornos e vida ao projeto de extensão, ativando a potência de seus corpos para afetar e serem afetados pelas mulheres. Estendemos nosso reconhecimento aos gestores e equipe técnica da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade (PROEX) da UEL que estiveram ao nosso lado, sanando as dúvidas e orientando na superação das dificuldades. Por fim, cabe registrar a parceria fundamental com a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, cujo financiamento do projeto abriu horizontes de conexões e produção de saberes sobre nosso Paraná.

Desejamos que esta leitura dê visibilidade ao belo trabalho das mulheres e ao amplo leque de possibilidades que suas ações de ativismo, liderança e militância abrem em nossa sociedade. Mas desejamos, especialmente, que a obra ecoe a confiança nos acontecimentos, da qual nos lembrou Deleuze (1992), uma vez que ela vem para semear em nosso cotidiano essa admirável e “estranha mania de ter fé na vida” (Nascimento; Brant, 1978).

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. *Maria Maria – Clube da Esquina*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1978.

ATIVISMO E LIDERANÇA DE MULHERES NAS MÍDIAS DIGITAIS

Marina Berg Araujo

A ideia deste livro surgiu a partir da minha Iniciação Extensionista intitulada “Mulheres Líderes e Ativistas: Promovendo Visibilidades”, sediada na Universidade Estadual de Londrina, na qual fui bolsista em 2026 pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. O projeto nasceu com o objetivo de dar visibilidade às mulheres que participaram do nosso evento de extensão denominado “Ciclo de Diálogos: Ativismo e Liderança de Mulheres”, onde as convidadas cediam seu tempo para descrever suas experiências enquanto ativistas ou líderes comunitárias. A Iniciação Extensionista envolveu a criação de um perfil no Instagram (@mulheres.ativistas), o qual foi pensado como um espaço de divulgação dessas trajetórias, lutas e resistências construídas em diferentes contextos sociais, políticos, ambientais e comunitários.

No início, imaginei que a pesquisa seria apenas uma experiência acadêmica voltada à produção de conteúdo para redes sociais. Porém, ao longo do percurso, percebi que ela se transformava em algo muito maior. Cada encontro, conversa e entrevista me aproximava de histórias atravessadas por coragem, luta e resistência e, aos poucos, compreendi que não estava apenas escrevendo sobre mulheres líderes e ativistas, mas também sendo atravessada pelas experiências delas e transformando minha própria forma de enxergar o mundo.

Antes de tudo, acho importante situarmos algumas informações. Historicamente, as mulheres tiveram suas vozes, corpos e trajetórias silenciados. Durante séculos, foram afastadas dos espaços de poder e do acesso ao conhecimento, enquanto organizações patriarcais naturalizavam sua inferiorização. Ao aprofundar meus estudos, entrei em contato com a obra de Gerda Lerner (2019), a qual foi essencial para compreender como essas desigualdades foram construídas e aplicadas. A autora explica que o patriarcado não surgiu de maneira espontânea, mas foi sendo produzido por meio do controle dos corpos femininos, especialmente através da resignificação da reprodução, do casamento e das relações familiares. Segundo Lerner, essa dominação deixou de ser apenas um costume social e passou a ser legitimada por leis, religiões e instituições, tornando-se profundamente enraizada em nossa sociedade.

Compreender isso é importante porque esclarece que muitas desigualdades ainda presentes na vida das mulheres não são biológicas, mas sim socialmente construídas. Essa análise se aprofundou ainda mais quando tive contato com a afirmação de Simone de Beauvoir (2009), “não se nasce mulher, torna-se” (p. 13), e com os estudos de Michel Foucault (2014) sobre como os corpos são disciplinados socialmente. Ao estudar esses teóricos, comecei a refletir sobre o sentido de ser mulher em nossa sociedade. Desde muito cedo, aprendemos o que é considerado feminino e como devemos agir, falar e existir. Esse processo é entendido por Foucault como uma dinâmica de poder, a qual não necessariamente precisa atuar apenas através da violência explícita, mas pode se dar por meio de normas e discursos que moldam silenciosamente os corpos e seus modos de existência. Isso me fez entender que, como disse Beauvoir, a construção do significado do feminino foi se impondo historicamente por meio dessa dinâmica, por isso, nos tornamos o que é considerado ser mulher, não nascemos. Ao longo dessa extensão, percebi como muitas mulheres precisaram romper exatamente com esses discursos e normas para se construir como liderança e ativismo.

Nesse contexto, estudar também como se produziram as práticas de resistência foi fundamental para entender como essa noção pode ser desafiada e mudada. O movimento feminista foi construído com base em quatro ondas. A chamada quarta onda feminista, marcada pelo uso das redes sociais e das mídias digitais, foi especialmente importante para esta extensão. Segundo Heloisa Buarque de Hollanda (2018), a internet se tornou um espaço de mobilização política, denúncia de violências e construção de redes de apoio entre mulheres. Foi exatamente nessa perspectiva que surgiu a proposta do Instagram.

A minha Iniciação Extensionista foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, buscando abarcar e dar visibilidade a experiências, narrativas e formas de atuação das convidadas do projeto. Cada leitura, escuta e conversa ampliava meu olhar sobre as múltiplas formas de violência e exclusão que atravessam a vida das mulheres. Ao mesmo tempo, também me aproximava da potência coletiva existente nos movimentos sociais, nas redes de apoio e nas pequenas transformações construídas diariamente em diferentes contextos.

Ao todo, 24 mulheres tiveram suas trajetórias compartilhadas no perfil. Isso foi possível devido aos quatro Ciclos de Diálogos realizados, sendo que durante sua última edição, em 2026, houve a criação do canal no Instagram. O objetivo dessa iniciativa era transformar as trajetórias das convidadas em conteúdos acessíveis, sensíveis e visualmente atrativos, permitindo que suas experiências ultrapassassem os limites da universidade e alcançassem outras camadas da sociedade.

Como operamos? Após a elaboração dos roteiros, todo o material era revisado pela orientadora, que acompanhava cuidadosamente o desenvolvimento das postagens. Paralelamente, a identidade visual das publicações era produzida pela estudante de graduação em Design Gráfico da UEL, Maria Clara Favero, responsável

por transformar essas histórias em conteúdos visuais acolhedores e coerentes com a proposta do projeto.

Os resultados da minha Iniciação Extensionista mostraram que nosso perfil atingiu 380 seguidores e, em apenas noventa dias, o perfil alcançou mais de 18 mil visualizações e ultrapassou 900 interações. Entretanto, mais do que os números, o que mais me marcou foi perceber como aquelas histórias despertavam processos de identificação, afetação e análise nas estudantes que acompanhavam o projeto e na comunidade externa. Muitos comentários, durante as postagens e os Ciclos, demonstravam como as experiências compartilhadas faziam outras mulheres se sentirem representadas.

Cada uma dessas mulheres me atravessou de uma maneira diferente. Mais do que produzir conteúdo, eu sentia que estava construindo espaços de escuta, reconhecimento e valorização dessas experiências. Foi nesse processo que percebi a potência existente nas histórias femininas e na importância de criar espaços de escuta para suas lutas. Foi pensando nisso que surgiu a ideia de produzir este livro e eternizar o que realizamos na mídia social.

Essa experiência também transformou minha compreensão sobre o próprio ativismo. Antes, eu associava essa palavra apenas a grandes manifestações e espaços políticos institucionais. Ao ouvir essas mulheres, entretanto, entendi que o ativismo também se constrói em ações cotidianas, no acolhimento, no olhar e no sorriso, na criação de redes de apoio e na persistência de quem segue lutando, apesar das dificuldades.

Além disso, o projeto reforçou em mim a importância da universidade pública enquanto espaço de produção de conhecimento comprometido socialmente com a transformação social. A extensão universitária rompe os limites da sala de aula e aproxima estudantes, docentes e comunidade com histórias e realidades que muitas vezes permanecem distantes. Nesse processo, compreendi que

fazer extensão é pesquisar. Ambas, pesquisa e extensão, ganham consistência ao escutar, criar vínculos e se permitir tocar pelas experiências do outro.

Ao final dessa trajetória, percebo que esta experiência transformou profundamente minha forma de me compreender no mundo. Se antes eu me via apenas como alguém interessada nessas pautas, hoje consigo reconhecer que também faço parte delas. Hoje me reconheço como ativista. Mais do que uma pesquisa acadêmica, esta experiência se tornou um processo de crescimento pessoal, político e afetivo que seguirá atravessando minha trajetória pessoal e profissional daqui para frente.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

TRAÇADOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE DESIGN GRÁFICO NA EXTENSÃO

Maria Clara Favero Marcondes

Sou graduanda do terceiro ano do curso de Design Gráfico da Universidade Estadual de Londrina. Por ser um curso de diversos campos de atuação, posso colaborar em diferentes frentes de extensão. Conheci o projeto das Mulheres Ativistas por meio da divulgação de uma vaga para atuar como colaboradora do curso de Design Gráfico. Inicialmente, a ideia era criar um site, como um repositório dos conteúdos advindos do evento denominado “Ciclo de Diálogos”. Essa possibilidade me chamou muito a atenção, pois é uma das áreas pelas quais me interesso e tenho um conhecimento já acumulado do tema.

Conversando com a equipe do projeto, houve a proposta de ser feito um perfil nas redes sociais, para obter um alcance do público externo mais amplo e imediato. O projeto me foi apresentado através de suas atividades centrais: a chamada “Tenda dos Afetos”, um espaço dedicado a rodas de escuta sobre a vida cotidiana, e o “Ciclo de Diálogos”. Este último era uma das principais iniciativas do projeto, que consistia em receber mulheres para compartilhar sua trajetória, vivências e perspectivas sobre seu ativismo.

Em nossas primeiras conversas, fui apresentada a uma discussão crítica sobre ação e potência, algo que eu nunca escutaria no curso de Design. Anotei as observações no bloco de notas e, mesmo que o tema não fosse da minha área de atuação, comecei a criar

possibilidades de como traçar imageticamente o projeto de uma forma sensível e contextualizada.

Primeiramente, fiz uma pesquisa sobre como poderíamos fazer a identidade para esse perfil no Instagram, já que o projeto não tinha inicialmente uma logo oficial definida. A partir disso, percebi o teor documentário e vívido que o projeto possuía. Escolhi cores que conversam com o feminismo (roxo), tons vibrantes que trazem energia (laranja) e afeto (vermelho), e tons contrastantes mais calmos com o azul e o rosa, sem esquecer da naturalidade do verde e sua relação com o feminismo.

Além disso, a seleção cromática assumiu um papel estratégico nas publicações dos Ciclos. Como cada ativista possui uma trajetória e especialidade distintas, as cores eram adaptadas para dialogar com o arquétipo e a energia de cada convidada, tornando a identidade visual uma extensão da singularidade de sua história.

No nome que decidimos dar ao Instagram, “mulheres.ativistas”, foram utilizadas aspas. Nosso objetivo foi criar um modo de citá-las assim como a intenção das aspas consiste em expressar a ideia ou opinião de uma determinada pessoa. Isso, em nosso entendimento, conversava muito com o projeto e com o próprio Ciclo de Diálogos, tendo em conta que os momentos da escuta se tornaram também registros afetivos na escrita. Além disso, as fontes escolhidas para as partes escritas foram duas: a Kraskario (uma fonte serifada de altura de x alta, perfeita para os títulos e destaques); e a CreatDisplay (uma fonte moderna, sem serifa, de vários tamanhos, boa para as informações de texto corrido e destaques). Por ser um material acadêmico, mas voltado também para as redes sociais, propus prezar pela leveza e brevidade nos textos, mas sem perder a força crítica do projeto.

Iniciando os registros, achei muito interessante que, conforme os posts eram elaborados, contávamos com as fotos de todos

os Ciclos que ocorreram desde 2023, material que foi muito útil na criação das artes e dos elementos de apoio. Eu recebia os textos do roteiro prontos, com materiais concisos, as fotos, as indicações de obras escolhidas pelas ativistas, links de suas redes ou ainda filiações institucionais que elas tinham e gostariam de compartilhar. Tudo era por mim utilizado para a criação dos posts. Assim, tive a ideia de fazer uma ilustração na capa, baseada na foto da ativista. Para isso, utilizei um software digital como base para desenhar e pintar com uma textura de marcador. Dessa forma, conseguia trazer expressividade, manualidade, memória e um pouco de coloquialidade, esse último foi usado para balancear o texto, já que compunha o caráter simbólico com o registro técnico.

Cabe assinalar que a elaboração das ilustrações demanda um tempo significativo: são impressões quase realistas e, dependendo da foto de referência, eu precisava estender a figura: por exemplo, o braço da ativista não aparecia na foto, mas na ilustração precisa aparecer por questões estéticas. Então, eu tinha de desenhar algumas partes. Após isso, eu transpunha a ilustração para um software de edição de imagem e fazia algum balanceamento de cor, tom de pele e, se necessário, adicionava as texturas finais. Com esse conjunto de materiais, as postagens foram pensadas a partir da seguinte questão: Como podemos documentar nossos Ciclos?

Assim, as postagens iniciavam com a apresentação das ativistas pelo enunciado “A voz de...”, seguida do nome da ativista. Isso sublinhou o teor de escuta e diálogo do projeto. Sempre leio atentamente os roteiros, para saber que referências usar, que tipo de imagem posso colocar, se há um simbolismo e se é pertinente uma ilustração. Os trabalhos que mais pude adicionar ideias visualmente foram os que eu mais gostei de materializar. Mas penso que todos os conteúdos, mesmo que resumidos para um post, são de extrema importância para criar visibilidade às ativistas e às causas defendidas.

A produção de cada publicação me permitiu compreender melhor as diferentes vertentes do ativismo e do feminismo. Percebi que a singularidade de cada mulher que integrou o projeto as transforma em ativistas pela essência de sua trajetória: mais do que defender causas, elas agem a partir de sua própria história. Foi interessante acompanhar essas lutas que englobavam desde o direito à terra e à educação até as pautas do feminismo, dos direitos LGBTQIAPN+ e do combate ao racismo, à gordofobia e à intolerância religiosa, englobando também a acessibilidade para pessoas com deficiência e neurodivergentes.

Além do registro dos Ciclos que já aconteceram, precisava registrar os convites dos Ciclos que ainda iam acontecer. Tive participação mais direta na quarta edição, ocorrida em 2026, na qual fiquei encarregada de fazer a identidade da postagem do evento. Criei algumas gerações e a escolhida foi a de duas figuras femininas, mas abstratas de cor e forma, que pudessem representar a diversidade do ativismo que existia entre as mulheres entrevistadas.

Para mim, conhecer essas histórias acenava uma espécie de exercício mental: “Quem sou eu no mundo? O que eu inspiro? O que defendo?”. Compreendi que cada mulher envolvida no projeto carrega suas próprias dores e batalhas, encontrando em suas semelhantes uma forma de alento e identificação. Acredito que, para além de qualquer discurso, a verdadeira potência dessa experiência reside no ato de acolher: destacando a importância de ouvir e de ser ouvida. Ao final deste projeto de extensão, me sinto muito gratificada pelo que construímos, tanto em matéria documental quanto em ação criativa.

Parte



FEMINISMOS, GÊNERO E POLÍTICA

FEMINISMOS, GÊNERO E POLÍTICA

Danielly Christina de Souza Mezzari

As relações entre o campo dos feminismos, o conceito de gênero e a política podem se dar desde lugares muito distintos. Ao longo de sua história, os feminismos mobilizaram diferentes posições e embates, ora privilegiando a disputa por reconhecimento e direitos no interior das instituições, ora enfatizando as transformações cotidianas e os processos de subjetivação. Nesse sentido, para que possamos delinear as relações entre estes campos, é necessário operar um deslocamento da política enquanto esfera exclusivamente institucional para pensá-la como um conjunto de forças que atravessam a produção dos modos de vida.

As proposições feministas foram se produzindo por meio de sucessivos questionamentos acerca das ideias instituídas sobre o que é uma mulher. Beauvoir (2009), em sua célebre afirmação, nos diz que não se nasce mulher, torna-se. Tal gesto aponta, ao mesmo tempo, para uma desnaturalização de qualquer função ou característica eleita como aquela que explicaria o “ser mulher”, e para a compulsoriedade dos processos de produção do feminino. Sojourner Truth (2014), em sua também célebre intervenção no *Women’s Rights Convention*, em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, deixa muito mais perguntas do que respostas ao questionar: “E eu não sou uma mulher?”. Monique Wittig (2006, p. 52), por sua vez, encerra sua participação em uma conferência concluindo: “As lésbicas não são mulheres”. Se pudéssemos traçar algum ponto de convergência entre estas afirmações proferidas em contextos tão distintos, talvez ele se encontre menos em uma resposta comum à pergunta “o que

é ser uma mulher?" do que na recusa em estabilizá-la. Cada uma delas, à sua maneira, coloca em questão respostas que se pretendem definitivas, deslocando qualquer ponto de ancoragem conclusivo para esta pergunta.

Podemos afirmar que é também em torno das relações entre representação, constituição dos sujeitos e produção dos modos de existência que se inscrevem algumas das contribuições de Judith Butler para o campo feminista. Ao problematizar os limites das categorias identitárias e os mecanismos que regulam a inteligibilidade dos corpos, a autora desloca a discussão acerca da política feminista para além da reivindicação de reconhecimento de um sujeito previamente dado. Butler (2016) argumenta que a representação política não apenas expressa sujeitos já constituídos, mas participa ativamente de sua produção, delimitando quem pode aparecer como sujeito legítimo e quem permanece à margem dessa inteligibilidade. Com isso, a autora evidencia que as políticas feministas não podem se apoiar, sem criar outras problemáticas, em uma identidade fixa e universal, uma vez que tal gesto tende a reiterar exclusões de raça, classe, sexualidade e outras marcações que atravessam diferencialmente os corpos reunidos sob a categoria "mulheres".

Butler (2019) também radicaliza a crítica à distinção entre sexo e gênero ao sustentar que o próprio "sexo", frequentemente tomado como dado natural e pré-discursivo, é já produzido por regimes normativos e discursivos, de modo que o "'sexo' não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo" (Butler, 2019, p. 20). Assim, não haveria primeiro um sexo biológico natural sobre o qual a cultura viria inscrever o gênero. O que é percebido e nomeado como sexo já emerge no interior de uma matriz de inteligibilidade que organiza os corpos, os nomeia e os produz. Nessa chave, a ordem sexo/gênero/desejo aparece como efeito de uma matriz heterossexual que exige coerência entre sexo designado, identidade de gênero e

objeto de desejo, tornando abjetas, ininteligíveis ou desviantes as existências que não se conformam a essa linearidade. Este ordenamento, seguindo tais premissas, é pensado como “um processo no qual normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e alcançam essa materialização com uma reiteração forçada dessas normas” (Butler, 2019, p. 21). O fato mesmo da necessidade dessa reiteração aponta para o caráter sempre inacabado dessa produção, de modo que “são as instabilidades, as possibilidades para rematerialização abertas por esse processo, que marcam um domínio em que a força da lei regulatória pode voltar-se contra si própria, gerando rearticulações que ponham em causa sua força hegemônica” (Butler, 2019, p. 21).

Ao evidenciar que os corpos e as identidades são produzidos por regimes normativos, a autora desloca o campo da política para os próprios processos de constituição dos modos de existência. Tal deslocamento aproxima-se de perspectivas que concebem a política para além das instituições e das formas representativas, entendendo-a como uma dimensão imanente à produção da vida social. Nesse sentido, as formulações de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996), em diálogo com Michel Foucault, oferecem importantes ferramentas para pensar a política como uma relação de forças que atravessa práticas, afetos e formas de organização social.

Para Deleuze e Guattari (1996), a política não se restringe às instituições estatais, aos partidos ou às disputas formais de poder, mas diz respeito aos processos de produção da vida social. Tal compreensão aproxima-se das formulações foucaultianas acerca do poder. Para Foucault (1999), o poder não se origina de um sistema de dominação que se impõe de um grupo para outro. Ao contrário, refere-se:

[...] a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas

nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si (Foucault, 1999, p. 88-89).

O poder, nesta perspectiva, só existe enquanto ato e se define por meio da atuação de uma ação sobre outra ação, sendo, portanto, uma relação de forças. À força compete sempre estar em relação com outra força. Neste sentido, toda formação social é atravessada por composições que organizam modos de existência e relações de poder, de modo que toda prática social participa da produção de determinados modos de sentir, pensar e viver.

Mas, se toda prática social participa da produção dos modos de vida, "toda política é ao mesmo tempo macro e micropolítica" (Deleuze; Guattari, 1996, p. 83). A macropolítica, como pontua Rolnik (2011), corresponde ao plano dos territórios constituídos, das formas relativamente estabilizadas e daquilo que pode ser representado, nomeado e reconhecido. É nesse plano que se situam as instituições, as identidades, as normas que delimitam o campo do possível em determinado contexto histórico. Já a micropolítica diz respeito a um plano intensivo das forças, operado em um nível ainda não capturável pelos sistemas de representação. Trata-se do campo em que se produzem tanto as repetições que sustentam as formas instituídas quanto as variações que podem desestabilizá-las e produzir novas configurações. Os planos macro e micropolíticos coexistem e são indissociáveis em sua propagação e atualização nos modos de viver. Os territórios constituídos e os movimentos intensivos se coproduzem continuamente, de modo que toda transformação nas formas de viver envolve simultaneamente rearranjos nos regimes de representação e deslocamentos nos modos de sentir, desejar e habitar o mundo.

Assim, as lutas feministas não se esgotam nas disputas em torno da representação ou nas reivindicações por direitos. Elas também incidem sobre as condições pelas quais determinados corpos, afetos e formas de vida se tornam reconhecíveis, habitáveis e

passíveis de existir legitimamente. Como delineia Butler (2024), fazer a crítica não é simplesmente se opor a algo ou demandar sua abolição, mas implica “um novo modo de compreender o mundo, que pode ser essencial para as lutas pela transformação social e pela abertura de novos modos de vida possíveis” (p. 153). Ao longo de sua história, os feminismos insistiram em manter aberta a questão acerca do que define uma mulher e, por meio desse gesto, tornaram possível a emergência de novos modos de afetar e ser afetado, bem como de outras formas de relação consigo e com os outros.

As contribuições de Butler permitem compreender as disputas em torno do gênero e dos feminismos para além da oposição entre reconhecimento institucional e transformação de si, uma vez que os regimes que produzem os sujeitos e materializam os corpos operam simultaneamente em planos macro e micropolíticos. Se, por um lado, as normas que regulam sexo, gênero e desejo se expressam em instituições, categorias identitárias e formas socialmente compartilhadas de inteligibilidade, por outro, elas dependem de processos contínuos de reiteração que jamais se completam plenamente. É nessa dimensão processual e instável que se abrem possibilidades de deslocamento e rearticulação das normas.

Se as relações entre feminismos, gênero e política não se deixam reduzir às disputas em torno da representação ou à reivindicação de direitos, é porque elas dizem respeito, igualmente, aos processos pelos quais se produzem formas de vida, modos de relação e possibilidades de existência. Os feminismos constituíram-se como um campo heterogêneo de lutas, marcado não por respostas definitivas, mas pela capacidade de colocar em questão premissas naturalizadas, deslocar fronteiras e ampliar os limites do que pode ser vivido e reconhecido. Nesse sentido, apresentam-se como práticas múltiplas de transformação do mundo e de invenção de outros modos de habitar a vida em comum. É a partir dessa multiplicidade de experiências, lutas e formas de engajamento que se desdobram os textos que compõem esta seção.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. v. 2.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, v. 3, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

TRUTH, Sojourner. *E não sou uma mulher?* Tradução de Osmundo Pinho. Geledés – Instituto da Mulher Negra, São Paulo, 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 23 jun. 2026.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. 2. ed. Barcelona: Egales, 2006.



O FEMINISMO CLASSISTA DE ERICA XAVIER

Marina Berg Araujo

DOI: [10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.2](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.2)

Falar sobre Erica Xavier é falar sobre uma trajetória que articula educação, política e compromisso coletivo com a transformação social. Historiadora, professora da Universidade Estadual de Londrina e militante feminista, Erica construiu sua caminhada conectando estudo, escuta e ação política, sempre guiada pela compreensão de que as desigualdades vividas pelas mulheres não podem ser analisadas separadamente das questões de raça e classe social. Sua atuação está profundamente ligada ao Feminismo Classista, perspectiva fundamentada no marxismo que entende a emancipação feminina como parte inseparável da luta contra a organização capitalista e as opressões sociais decorrentes dela.

Ao longo de sua trajetória, Erica passou a olhar para o cotidiano das mulheres com atenção especial às formas silenciosas de exploração que muitas vezes são naturalizadas. Entre elas, destaca o trabalho doméstico e o cuidado, atribuídos às mulheres como se fossem uma obrigação natural, quase invisível. Cozinhar, limpar, cuidar dos filhos, dos idosos e da casa sempre foi tratado em nossa sociedade como prática esperada da condição feminina, mesmo sendo um trabalho essencial para a manutenção da vida e da sociedade. Em suas análises, Erica evidencia como esse modo de entender a vida contribui para a misoginia e limita o acesso das mulheres ao descanso, ao estudo, ao lazer, à participação política e aos espaços de decisão.

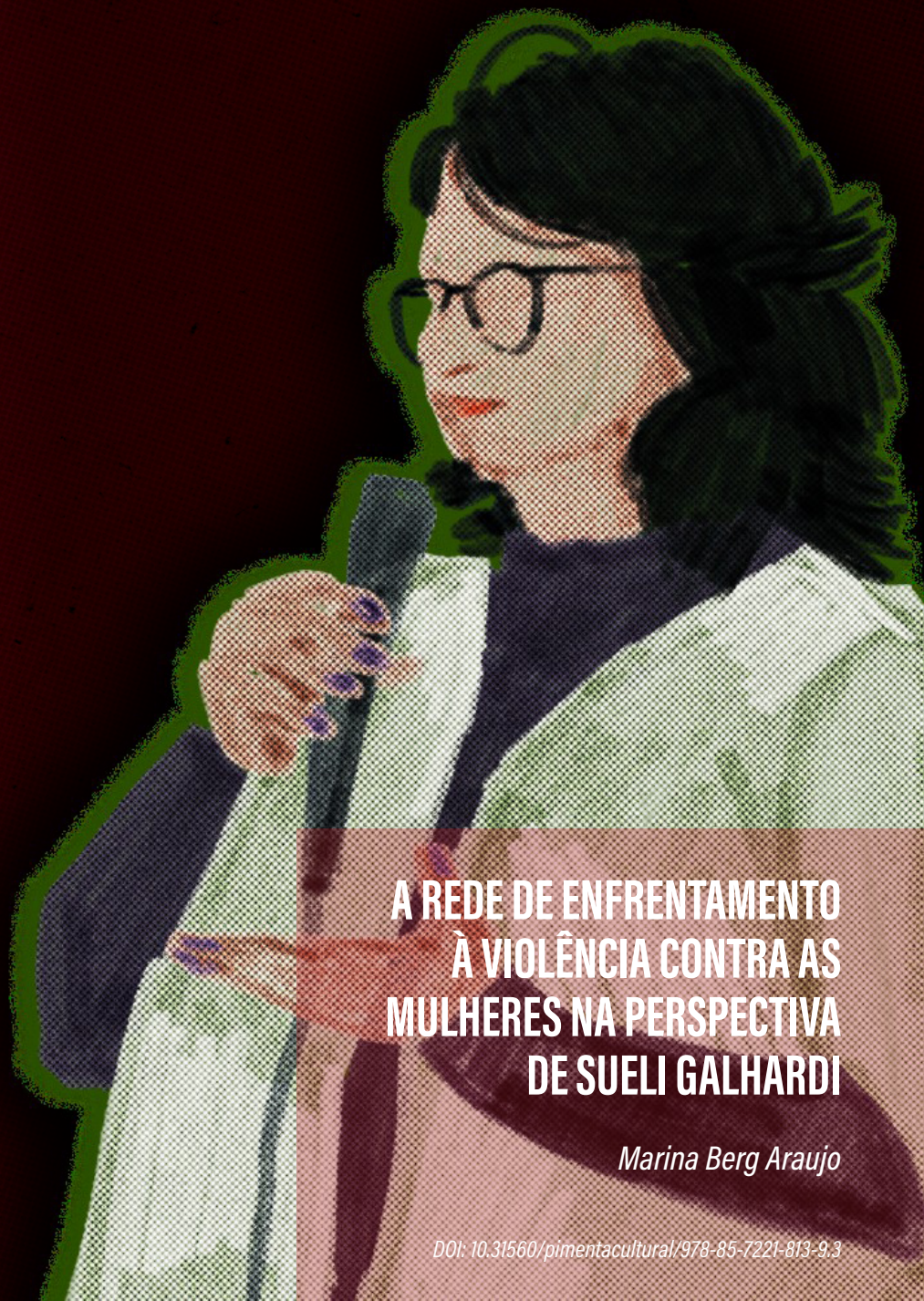
Sua aproximação mais intensa com a militância aconteceu em 2021, quando passou a integrar o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro. Mais do que um espaço de atuação política, o coletivo representou um lugar de encontro, formação e fortalecimento. Erica relata essa experiência como um processo construído na troca entre mulheres, no estudo coletivo e na compreensão de que nenhuma transformação profunda acontece de maneira individual. Foi nesse espaço que aproximou teoria e prática em ações concretas realizadas na cidade de Londrina.

Ao falar sobre a importância da coletividade, Erica transmite a ideia de que lutar ao lado de outras mulheres também é resistir ao isolamento pretensamente imposto por uma sociedade marcada pela violência e pelo silenciamento feminino. Para ela, existe potência quando mulheres se organizam, compartilham experiências e constroem juntas caminhos de enfrentamento às desigualdades. Sua fala carrega a convicção de que a transformação social não nasce de iniciativas individuais heroicas, mas da força construída em grupo e no cotidiano da luta coletiva.

Entretanto, Erica destaca desafios cotidianos que enfrenta por defender suas pautas. Ela nos conta que muitas mulheres desejam participar da política, mas enfrentam a falta de tempo provocada pela sobrecarga de trabalho e de cuidado. O capitalismo e o patriarcado, segundo ela, organizam a vida de forma que as mulheres estejam constantemente ocupadas, cansadas e responsabilizadas por ofertar cuidados diversos. Além disso, Erica critica o feminismo liberal, argumentando que não há emancipação coletiva quando algumas mulheres alcançam posições de destaque sustentadas pela exploração de outras. Para ela, o feminismo precisa estar comprometido com mudanças concretas e com a construção de uma sociedade verdadeiramente mais justa para todas. Em suas palavras: “Um feminismo que se alia ao neoliberalismo e não se propõe anticapitalista perde seu potencial emancipador”.

Além disso, ao analisar o cenário contemporâneo, Erica observa as contradições trazidas pelas redes sociais. Se por um lado elas ampliaram a visibilidade das mulheres e das pautas feministas, por outro fortaleceram discursos violentos e movimentos misóginos organizados, como a chamada “machosfera”. Ainda assim, sua trajetória demonstra que permanecer na luta também é uma forma de resistência e que, para ela, se posicionar frente às desigualdades é mais importante do que se submeter a qualquer tipo de opressão.

Sendo assim, mesmo diante das dificuldades, sua fala é atravessada pela confiança na organização política das mulheres. Erica acredita que os direitos nunca foram concedidos espontaneamente, mas conquistados através da luta coletiva, da mobilização social e da resistência histórica de mulheres que vieram antes. Sua trajetória revela não apenas uma militante, mas alguém que compreende a política como prática cotidiana de resistência, coragem e transformação. E talvez seja nessa crença compartilhada entre tantas mulheres que sua fala encontre mais força, uma vez que evidencia a certeza de que, apesar dos obstáculos, “só a luta muda a vida”.



**A REDE DE ENFRENTAMENTO
À VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES NA PERSPECTIVA
DE SUELI GALHARDI**

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.3

Descrever como ocorre a violência contra a mulher é, inevitavelmente, falar sobre dor, silêncio e desigualdade. Mas também é falar sobre resistência, acolhimento e transformação social. Ao conhecer a história de Sueli Galhardi, torna-se impossível enxergar esse tema apenas como um conjunto de dados, leis ou políticas públicas. Em sua fala, atuação e modo de compreender o mundo, o enfrentamento à violência ganha rosto, história e sensibilidade.

Assistente Social formada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Sueli atua junto à Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher desde sua fundação na cidade de Londrina. Sua caminhada foi marcada por um compromisso contínuo com a defesa dos direitos das mulheres e com a construção de espaços de acolhimento e conscientização social. Mais do que ocupar um papel técnico dentro da rede, Sueli construiu um espaço de contato humano, escuta e coletividade.

Ao ouvi-la falar, o que mais se destaca é seu pensamento de que transformar a realidade não é responsabilidade exclusiva do Estado ou das instituições especializadas. A mudança também nasce das relações cotidianas, da capacidade de escutar o outro, de acolher e de reconhecer que a violência contra a mulher é uma questão que atravessa toda a sociedade. Isso se evidencia em uma frase que resume não apenas sua visão política, mas também sua forma de estar no mundo: "Somos protagonistas sociais, nós podemos fazer a diferença".

Essa perspectiva aparece de maneira muito clara quando Sueli explica como funciona a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Diferente de estruturas hierárquicas e centralizadas, ela descreve a rede como um espaço horizontal, formado por diferentes instituições e profissionais que atuam de maneira integrada. Não há um único centro de poder; há conexões e pessoas trabalhando coletivamente para garantir proteção, acolhimento e direitos às mulheres.

Segundo Sueli, a rede se estrutura em quatro grandes eixos: prevenção, combate, assistência e garantia de direitos. Embora sejam apresentados separadamente, esses eixos se complementam, formando uma rede coletiva. Falando sobre a prevenção, Sueli demonstra uma preocupação profunda com a necessidade de romper o silêncio social em torno da violência de gênero. Pois a violência não começa apenas na agressão física; ela também se faz presente no machismo naturalizado, nas desigualdades cotidianas e no silêncio social que, por vezes, impede as mulheres de reconhecer ou denunciar situações de violência. Para ela, prevenir é agir antes que a violência aconteça, criando espaços de diálogo, informação e conscientização. Ela destaca a importância das campanhas educativas, dos materiais informativos e dos projetos desenvolvidos em escolas, comunidades e meios de comunicação. Nesse ponto, percebe-se como sua atuação também ultrapassa os espaços formais de atendimento. Ao conduzir o programa “Nem mais, nem menos”, transmitido pela Rádio Brasil Sul AM, Sueli transforma a comunicação em ferramenta de conscientização coletiva. O rádio deixa de ser apenas um meio de transmissão de informações e passa a funcionar como espaço de fortalecimento da cidadania e da escuta social.

O segundo eixo apresentado por Sueli é o combate à violência. Ela aponta a importância das políticas públicas e dos dispositivos legais no enfrentamento à violência doméstica e familiar. Entre eles, destaca-se a Lei Maria da Penha, considerada uma das principais conquistas da luta feminista no Brasil. Sueli ressalta que a legislação representa um avanço significativo ao criar medidas protetivas e ampliar a responsabilização dos agressores. O afastamento do agressor, o endurecimento das penas e o reconhecimento da proteção para diferentes configurações familiares demonstram como a lei ampliou o entendimento sobre a violência de gênero. Entretanto, sua análise também revela que o combate à violência não se encerra na existência das leis. Muitas mulheres ainda enfrentam medo, dependência emocional ou financeira e ausência de apoio social para

realizar denúncias. Por isso, Sueli destaca a necessidade de mobilização coletiva e fortalecimento constante das políticas públicas. A lei, sozinha, não transforma a realidade; ela precisa ser acompanhada de acolhimento, acesso à informação e compromisso institucional.

O terceiro eixo é a assistência, talvez um dos aspectos mais sensíveis de sua fala. Ao abordar esse tema, Sueli evidencia a importância do acolhimento humanizado às mulheres em situação de violência. Mais do que oferecer atendimento técnico, a assistência exige escuta, sensibilidade e reconhecimento da dor do outro, sem que haja a revitimização. Ela explica que a rede de assistência funciona tanto por meio de serviços especializados quanto não especializados. Em Londrina, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CAM) oferece acompanhamento psicológico, social e jurídico às mulheres em situação de violência. Já a Casa Abrigo garante proteção sigilosa às mulheres em risco de morte e seus filhos menores. Além disso, fazem parte da rede serviços como a Delegacia da Mulher, Juizados de Violência Doméstica, Ministério Público, as Patrulhas Maria da Penha, da Polícia Militar e da Guarda Municipal, além de programas de atendimento às vítimas de violência sexual. Sueli evidencia que o primeiro pedido de ajuda, normalmente, não acontece nos serviços especializados. Ele pode surgir em hospitais, escolas, unidades básicas de saúde, CRAS ou CREAS. Por isso, todos os profissionais precisam estar preparados para acolher essas mulheres sem julgamento ou negligência. Ao falar sobre assistência, Sueli demonstra uma preocupação constante com a reconstrução da autonomia feminina. O acolhimento não se limita à interrupção imediata da violência, mas também a oferecer condições para que a mulher possa reconstruir sua vida com segurança e independência.

Por fim, Sueli apresenta o quarto eixo, referente à garantia de direitos. Em sua perspectiva, os direitos das mulheres só se concretizam quando prevenção, combate e assistência funcionam de forma integrada. Garantir direitos significa assegurar proteção, acesso à justiça, acolhimento e possibilidades reais de autonomia. Mais do

que um conceito jurídico, a garantia de direitos aparece, em sua fala, como exercício de cidadania. Quando uma mulher consegue romper o ciclo de violência e acessar espaços de proteção, toda a sociedade é impactada. O enfrentamento à violência deixa de ser um problema individual e passa a ser entendido como responsabilidade coletiva.

Ao longo de sua trajetória, Sueli Galhardi construiu muito mais do que uma atuação profissional. Sua caminhada evoca ações de resistência social baseadas na escuta, na articulação coletiva e na defesa intransigente da vida humana. Conhecer sua história permite compreender que o enfrentamento à violência contra a mulher não acontece apenas nos tribunais, delegacias ou instituições públicas. Ele também acontece nas conversas, nos espaços comunitários, nas ações educativas e na coragem cotidiana de mulheres que se recusam a naturalizar a violência. Em suas falas, Sueli reafirma que as mudanças sociais profundas só são possíveis quando a sociedade reconhece seu próprio papel nesse processo. Sua trajetória demonstra que lutar pelos direitos das mulheres é, acima de tudo, lutar por uma sociedade mais inclusiva e coletiva.

**AMANDA GAION
E OS MOVIMENTOS SOCIAIS
DE MULHERES EM LONDRINA**

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.4

Os movimentos sociais de mulheres são construídos a partir de encontros, inquietações e experiências compartilhadas, que emergem das desigualdades vividas no cotidiano, das violências muitas vezes naturalizadas e da decisão de transformar indignação em ação coletiva. Mais do que organizações ou mobilizações pontuais, esses movimentos representam espaços de resistência, acolhimento e construção de novas possibilidades para as mulheres. Ao conhecer a trajetória de Amanda Gaion e sua relação com os movimentos de mulheres em Londrina, torna-se possível compreender que essas lutas ganham sentido por meio das pessoas que as constroem e do compromisso coletivo com a transformação social. Os movimentos revelam que mudanças duradouras não acontecem de forma isolada, mas nas conexões que unem mulheres em torno da defesa de direitos, da justiça social e da construção de uma sociedade mais igualitária.

Psicóloga Social, mestra em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina e defensora dos direitos das mulheres, Amanda construiu sua trajetória de ativista a partir da atuação profissional e do contato direto com mulheres que vivenciavam diferentes formas de violência e vulnerabilidade social. Embora sua participação mais direta em movimentos sociais tenha ocorrido em 2010, a aproximação com essas pautas começou durante a formação acadêmica e os estágios no campo das políticas públicas.

Posteriormente, atuando no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), passou a acompanhar de perto as histórias de mulheres em situação de violência. Ao relembrar esse período, Amanda destaca uma realidade que a marcou profundamente: entre as pessoas atendidas, a violência sexual aparecia aproximadamente em sete de cada dez mulheres que chegavam ao serviço. O contato constante com essas histórias produziu um incômodo crescente de indignação e inquietação. Aos poucos, ela percebeu que a atuação profissional, embora fundamental, não era suficiente para enfrentar as raízes mais profundas da violência de gênero. Para Amanda,

as ações de militância frequentemente surgem quando determinada realidade deixa de ser apenas observada e passa a exigir posicionamento e transformação. Foi nesse contexto que ela percebeu que deveria entrar para um coletivo de mulheres; entretanto, ela destaca que participar desses espaços demanda tempo, energia e disponibilidade, condições que nem sempre estão igualmente acessíveis para as mulheres.

Um dos momentos mais significativos de sua trajetória ocorreu em 2012, quando as mobilizações em torno do enfrentamento à cultura do estupro ganharam força no Brasil. Amanda relembra que esse processo esteve conectado a um movimento internacional iniciado em Toronto, no Canadá, após a declaração de um policial que atribuiu às mulheres a responsabilidade pela violência sexual sofrida em função de suas roupas. A repercussão do episódio deu origem à denominada “Marcha das Vadias”, movimento social que rapidamente ultrapassou fronteiras e inspirou manifestações em diversos países. O principal objetivo dessas mobilizações era denunciar a culpabilização das vítimas e questionar discursos que responsabilizam as mulheres pelas agressões sofridas. A apropriação do termo “vadia” dava contornos a uma estratégia de enfrentamento ante os estigmas associados à sexualidade feminina e aos valores que naturalizam a violência de gênero.

Em Londrina, a primeira edição da marcha aconteceu em junho de 2012. Amanda participou da organização e relembra que aquele momento representou muito mais do que uma manifestação pública. A marcha tornou-se um espaço de encontro entre diferentes coletivos, movimentos sociais e organizações que, apesar de suas especificidades, compartilhavam preocupações relacionadas aos direitos das mulheres. As mobilizações realizadas entre 2012 e 2016 contribuíram para fortalecer articulações locais e ampliar o diálogo entre grupos diversos de luta por direitos. Mulheres negras, estudantes, trabalhadoras, profissionais da saúde, defensoras dos direitos humanos e integrantes de diferentes movimentos encontraram

nesses espaços oportunidades de construir ações coletivas e fortalecer suas lutas.

Após esse período, a participação de Amanda nos atos de rua tornou-se menos frequente. A chegada da maternidade trouxe novas demandas e precipitou uma série de reorganizações em sua rotina. Sua experiência evidencia como as formas de participação política podem se transformar ao longo da vida. O afastamento dos atos públicos não significou um rompimento com a causa, mas uma mudança na maneira de contribuir com elas. Os desafios recentes também fazem parte dessa trajetória. Segundo Amanda, a pandemia de COVID-19 impactou significativamente os processos de mobilização coletiva. O isolamento social, a sobrecarga de trabalho e as mudanças nos modos de convivência reduziram a frequência dos encontros presenciais e afetaram a participação nos movimentos. Ainda assim, ela acredita que a luta permanece viva, encontrando novas estratégias de organização diante dos desafios contemporâneos.

Em 2019, uma nova experiência coletiva ganhou destaque na cidade com a criação da Frente Feminista de Londrina. Fruto da articulação entre diferentes coletivos e grupos feministas, a iniciativa consolidou um espaço permanente de diálogo, organização e mobilização. Mais do que uma articulação formal, a Frente representa a construção coletiva de um projeto político baseado na diversidade de experiências que compõem os feminismos contemporâneos. Interessante notar que Amanda chama atenção para o caráter geracional presente nos movimentos sociais. Cada geração herda conquistas, desafios e aprendizados das mulheres que vieram antes, ao mesmo tempo em que produz novas estratégias de atuação e resistência. Nesse sentido, a Frente Feminista surge como um convite para que novas mulheres ocupem os espaços de participação política e deem continuidade às lutas históricas por igualdade e justiça social.

Ao longo de sua trajetória, Amanda Gaion constata que os movimentos sociais de mulheres são muito mais do que espaços

de reivindicação política. Eles são práticas que colocam em cena encontros, escuta, acolhimento e construção coletiva. Conhecer sua história permite compreender que as transformações sociais não acontecem de maneira isolada, mas é em conexões que as pessoas constroem alianças. Em seus relatos, Amanda reafirma algo essencial: mudanças duradouras dependem da capacidade de atuar coletivamente e de transformar experiências individuais em ações compartilhadas. Talvez seja por isso que a síntese que faz desses movimentos seja tão marcante: “Mulheres são como águas: crescem quando se juntam”.



**CRISTIANNE CORDEIRO
E AS MULHERES QUE
TECEM O PARANÁ**

Marina Berg Araujo

Poucas pessoas imaginam o caminho percorrido por um fio de seda antes de chegar às mãos de quem o veste e admira. À primeira vista, ele parece apenas delicado, quase invisível. Mas basta acompanhar o relato feito sobre seu processo de produção para descobrir que, entre uma pequena lagarta e um tecido, existe uma história feita de terra, pesquisa, trabalho e, principalmente, da ação efetiva de mulheres. Foi nesse encontro entre tradição e inovação que Cristianne Cordeiro construiu sua atuação. Graduada em Educação Artística, mestre em Administração e doutora em Ciências da Comunicação, sua formação acadêmica foi tecida tendo como guia o desafio de aproximar histórias e conhecimentos advindos de realidades sociais distintas.

Integrante do denominado Projeto Seda Brasil, ela acompanha uma cadeia produtiva multifacetada que ultrapassa a mera fabricação de um tecido. Cada etapa revela uma rede de trabalhadoras, conhecimentos e tecnologias que transforma um recurso natural em desenvolvimento econômico, pesquisa científica e novas possibilidades de acesso a emprego e renda para centenas de famílias paranaenses.

Essa história começa muito antes de a seda ganhar forma. O cultivo da amoreira, o cuidado com o bicho-da-seda, a formação dos casulos e a transformação da fibra mobilizam agricultores familiares em cerca de 160 municípios do Paraná. Ao acompanhar esse percurso, Cristianne percebe que ciência e campo não caminham em direções opostas. Pelo contrário, encontram-se e se articulam diariamente, quando o conhecimento produzido na pesquisa dialoga com a experiência de quem cultiva a terra e sustenta essa produção com o trabalho cotidiano.

No Projeto Seda Brasil, a inovação nasce precisamente desse encontro. Pesquisadores buscam aprimorar a genética do bicho-da-seda, desenvolver tecnologias sustentáveis e encontrar novas aplicações para uma matéria-prima que pode ser aproveitada quase

integralmente. Da saúde à biotecnologia, da cosmética à indústria têxtil, a seda revela possibilidades que vão muito além da confecção de tecidos, mostrando que produzir conhecimento também é encontrar estratégias mais responsáveis para cuidar dos recursos naturais e dos agentes sociais envolvidos nesse processo.

Entre tantos aspectos dessa cadeia produtiva, um sempre chama a atenção de Cristianne: o protagonismo feminino. Ela conta que aproximadamente 80% das pessoas que trabalham com a seda são mulheres. São elas que acompanham as diferentes etapas da produção, conciliando o trabalho no campo com a vida familiar e contribuindo diretamente para a geração de renda e o fortalecimento do trabalho de pequenos agricultores paranaenses. Apesar disso, durante muito tempo as produtoras rurais permaneceram pouco representadas nos espaços de gestão e de tomada de decisão. Para Cristianne, reconhecer essa presença significa muito mais do que apresentar estatísticas. Consiste em criar oportunidades para que essas mulheres também liderem processos, participem da inovação e ocupem posições estratégicas dentro da cadeia produtiva. Valorizar seu conhecimento é reconhecer que elas não apenas executam o trabalho, mas também constroem os rumos dessa atividade.

Talvez por isso ela goste tanto de comparar a seda às mulheres que encontrou ao longo de sua caminhada. Assim como o fio parece delicado, mas possui extraordinária resistência, as mulheres transformam cuidado, conhecimento e dedicação em desenvolvimento econômico, inovação e autonomia. A delicadeza, nesse contexto, não representa fragilidade, mas uma força silenciosa, persistente e construída todos os dias por mãos que cultivam, pesquisam, produzem e transformam.

Esse compromisso também passa pelas condições em que essas mulheres trabalham. Iniciativas como a implantação de creches e políticas de acolhimento por empresas parceiras demonstram que fortalecer a participação feminina exige criar espaços de

trabalho onde seja possível conciliar maternidade, profissão e desenvolvimento pessoal. Assim, cuidar de quem produz também faz parte da inovação. Para Cristianne, tornar essas mulheres visíveis é uma forma de reconhecer a importância dos conhecimentos construídos ao longo de gerações e inspirar outras mulheres a ocuparem esses espaços de liderança e gestão. Afinal, por trás de cada fio de seda existe uma história que merece ser contada.

Cristianne salienta que, em sua caminhada, foi se consolidando um compromisso: “Tecer o futuro da inovação com a força e a delicadeza dos fios da seda!” É assim que compreende e realiza seu trabalho: vislumbrando que um futuro inovador se constrói na interface entre tecnologia, cooperação, conhecimento compartilhado e reconhecimento daquelas que, há tanto tempo, sustentam com dedicação a composição de histórias marcadas ao mesmo tempo por sensibilidade e força.

**ENQUANTO HOVER QUEM
LUTE, A HISTÓRIA SE MOVE:**

MILITÂNCIAS DE SILVIA ALAPANIAN

Marina Berg Araujo

Direitos historicamente conquistados não são perenes. Eles requerem atenção e cuidado para seguir cumprindo seu papel de inclusão e acesso a uma vida fortalecida. Na esfera laboral, o descanso semanal, as férias, a remuneração, a aposentadoria, a liberdade de organização e a possibilidade de reivindicar melhores condições de trabalho fizeram parte da vida de milhões de trabalhadores em nosso país. Pouco a pouco, a correria da vida cotidiana e a individualização capitalista crescente fizeram esquecer que cada uma dessas conquistas nasceu do inconformismo de pessoas que se recusaram a aceitar a desigualdade e a exploração como destinos. Foi nessa direção, povoada de encontros, resistências e compromissos, que a história de Silvia Alapanian encontrou seu lugar. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora e militante sindical, Silvia nunca compreendeu a participação política como um episódio isolado de sua vida. Ela foi sendo construída no cotidiano, alimentada pela convicção de que nenhuma transformação acontece sem que pessoas decidam caminhar juntas.

Foi ainda na juventude, em meio aos anos da ditadura militar que marcou a história do nosso país, que essa compreensão começou a tomar forma. Participando do movimento estudantil, descobriu que a política podia nascer das conversas, da organização e da coragem de quem se recusava ao silêncio. Ao ingressar no curso de Serviço Social, esse compromisso encontrou novos sentidos e passou a acompanhar cada etapa de sua formação.

Mais tarde, a mesma disposição para construir coletivamente com a luta encontrou espaço na organização sindical. Silvia integrou o Sindicato dos Assistentes Sociais e o Sindicato Único do Tribunal de Justiça de São Paulo. Anos depois, já como docente da Universidade Estadual de Londrina, continuou sua militância na Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina (ADUEL) e no Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (SINDIPROL). Em sua história, ensinar, pesquisar

e lutar seguiram lado a lado. Uma ação fortalecia a outra, porque compreender a realidade e transformá-la sempre fizeram parte do mesmo compromisso assumido em sua história.

Quando fala sobre sindicalismo, Silvia não descreve apenas uma instituição. Fala de pessoas concretas, ativas e conectadas que se reconhecem umas nas outras e compreendem que certas batalhas não podem ser enfrentadas sozinhas. Para ela, o sindicato é um espaço onde trabalhadores transformam necessidades individuais em causas coletivas, defendendo dignidade, condições de trabalho e a própria possibilidade de viver com justiça.

Essa compreensão também orienta seu olhar sobre o movimento estudantil. Em sua perspectiva, estudantes não ocupam um lugar distante do mundo do trabalho. São sujeitos que aprendem, desde cedo, que a educação pública, a democracia e os direitos sociais também precisam ser defendidos coletivamente. Antes mesmo da formação profissional, já experimentam a força da organização e descobrem que a participação política nasce da convivência e da construção compartilhada.

Ao longo dessa caminhada, Silvia também precisou lidar com um espaço onde as vozes femininas durante muito tempo foram exceção. Os sindicatos, historicamente ocupados por homens, exigiram a persistência de mulheres que insistiram em permanecer, falar e ocupar posições de liderança. Sua experiência revela que a presença feminina transforma não apenas quem ocupa esses lugares, mas as próprias formas de fazer política, ampliando a escuta, fortalecendo alianças e produzindo novas maneiras de construir o coletivo. Por isso mesmo, alerta que a militância de mulheres é um exercício desafiador, pois demanda tempo, dedicação e atenção, os quais se somam às relações e atividades da vida pessoal.

Suas análises também se voltam para as diferentes formas de violência presentes nas relações de trabalho. Para Silvia, elas

não surgem apenas em episódios isolados, mas fazem parte de um arranjo social que naturaliza as desigualdades e os mecanismos de exploração. Nesse contexto, aqueles que se colocam na linha de frente da organização dos trabalhadores frequentemente se tornam alvo de perseguições e tentativas de enfraquecimento. Ainda assim, ela nunca fala desses desafios com resignação. Pelo contrário. É justamente diante das dificuldades que reafirma a importância da mobilização coletiva.

Há uma espécie de serenidade firme na maneira como Silvia olha para a história. Ela sabe que nenhuma conquista nasceu da espera e que todo direito carrega as marcas das ações de muitas pessoas que vieram antes. Talvez por isso sua caminhada seja atravessada por uma confiança persistente na capacidade humana de transformar a realidade quando se decide compartilhar uma luta.

Ao sintetizar sua própria história, Silvia afirma: "Lutar sempre e o tempo inteiro". Mais do que um lema, essas palavras revelam uma maneira de existir. Não falam de uma luta marcada apenas por grandes manifestações ou acontecimentos extraordinários, mas daquela construída diariamente, nas salas de aula, nas assembleias, nas conversas, nos espaços de trabalho e em todos os lugares onde alguém decide que a dignidade não é um privilégio, mas um direito. Enquanto houver pessoas dispostas a caminhar, pensar e agir juntas, haverá razões para continuar acreditando na transformação.

Parte **II**

**ARTE, CULTURA
E EXPRESSÕES
DE RESISTÊNCIA**

ARTE, CULTURA E EXPRESSÕES DE RESISTÊNCIA

Ruth Tainá Aparecida Piveta

:viver, essa arte.

Viver, essa aventura...

O encontro entre o fazer artístico, o ativismo e a liderança de mulheres assume formas múltiplas e diversas, tomando o corpo como território histórico e político, superfície sobre a qual se inscrevem discursos, violências, memórias, afetos, possibilidades. Se sobre ele incidem tecnologias sociais que procuram estabilizar o que uma mulher pode ser, fazer e desejar, é nesse mesmo corpo que a arte faz vacilar as formas instituídas, desloca imaginários e produz desvios, abre fissuras e inventa outras gramáticas para o sensível.

Entre movimentos de ocupação, manifestações políticas, protestos, denúncias, reivindicações por espaços institucionais e os fazeres cotidianos da organização ativista, o fazer artístico compartilha horizontes éticos e políticos. No entanto, nesse plano específico de composição, produz um deslocamento, no qual a sensibilidade se torna matéria de criação.

É precisamente nesse deslocamento que reside sua força: na possibilidade de fazer emergir experiências sensíveis capazes de desestabilizar aquilo que parecia fixo, abrindo espaço para outras narrativas, outros afetos e outros contornos de existência. Ao reinventar narrativas, imagens e modos de sentir, introduz abalos nas tramas que organizam a experiência e cria vírgulas de respiro nas cadências prévias e previstas que historicamente buscaram fixar o ser, o viver e o sentir de corpos reunidos sob o signo de mulher.

Produz-se, nesse processo, tessitura comum: vida e obra como processos que se fundem, confundem e se ampliam.

Nesse plano de experimentação, arte, cultura e resistência se entrelaçam aos processos políticos, não apenas como formas de expressão, mas como práticas que interrogam os modos estabelecidos de viver e sentir. Como afirma Suely Rolnik (2002, p. 4), "a arte é uma prática de problematização: decifração de signos, produção de sentido, criação de mundos".

Diante do horror das violências que por vezes interditam vozes e vidas, é apesar e a partir delas que mulheres artistas fazem emergir outras possibilidades de existência. Em suas múltiplas linguagens, inventam passagens, produzem rupturas e fazem da arte uma prática de criação ética, estética e política, invocando-a em sua "essencial indispensabilidade" (Damisch, 1984, p. 17). Nesse movimento, inscrevem rastros de resistência e inventividade entre as linhas duras que configuram o viver. Existir, pertencer e criar tornam-se, assim, gestos políticos que se afirmam no fazer artístico.

O ofício da artista, nesse processo, consiste em traduzir, decifrar e fabular aquilo que ultrapassa o dizível e o compreensível pela imagem, pela palavra, pelo rabisco, pelo riso, pela rima. Ao fazer emergir sentidos que escapam às formas instituídas de percepção, reinscreve os mapas de sentido que conformam o ser mulher, o corpo e o mundo.

É nesse horizonte que se inscrevem as trajetórias das mulheres artistas, ativistas e militantes que compõem este livro. Em linguagens distintas, cada uma faz da criação um gesto de invenção da vida, deslocando sentidos e abrindo outras possibilidades de existência.

Fazer do próprio corpo um campo de disputa política. Produzir, com Fernanda Magalhães, corpos compostos de multiplicidades, recortes das multidões de ser, recusando o olhar que mede, classifica e corrige. Em sua trajetória como artista multilinguagens,

faz do próprio corpo a paisagem, produzindo imagens que desorganizam regimes do olhar, desafiam as gramáticas normativas da beleza e afirmam a multiplicidade dos modos de existir.

Fazer da palavra vetor de deslocamento de sentidos. Poesia-síntese das intensidades do viver, fabulação de caminhos em palavras, sonoridades e paisagens. Na obra de Karen Debértolis, a palavra não descreve o mundo, o desloca. Pela poesia, a linguagem faz emergir outros modos de lembrar, narrar e existir. Proliferam, então, sentidos que anunciam mundos ainda em germinação. Gesto de reinvenção das experiências das mulheres e de abertura para outras possibilidades de existir.

Fazer das paredes telas, não mais muros e fronteiras, fazendo circular linguagens, cores, memórias e lutas, interrompendo a neutralidade cinza das paisagens urbanas para inscrever nelas a presença das mulheres, seus sonhos e seus modos de ocupar a cidade. Em seu cotidiano de artista do graffiti, Narizinho faz da cidade uma superfície de disputa, afirmando outros modos de habitá-la, narrá-la e compartilhá-la.

Fazer do riso uma tecnologia de desobediência, resistência. Fazer da alegria uma forma de insistência da vida. Juliana Galante, Palhaça Adelaide, produz pequenas fissuras nas gramáticas sóbrias do cotidiano. Pela via do humor, não oferece respostas prontas; abre espaços de escuta, curiosidade e deslocamento, convidando o público a tensionar aquilo que parece natural e a experimentar outros modos de existir.

*Inventar. Celebrar. rir. deslocar.
produzir:
vida.*

Fazer da ferida, beleza. Fazer da dor, caminhos de abertura, frestas e fissuras. Transformar a dor em arte não é estetizar o sofrimento nem apagar as marcas da violência. Ao contrário, é disputar

os sentidos produzidos em torno dela, recusando que escreva a última palavra sobre esses corpos. É insistir que, mesmo atravessada pelo horror, a vida conserva sua potência de criar, inventar e produzir outros modos de existir. Nesse sentido, ecoa o convite e a provocação de Foucault:

Não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga, nas formas da representação) que possui uma força revolucionária (Foucault, 1977/2010, p. 3).

Afirmar a coletividade que compõe as intensidades do viver. Ainda que se parta de experiências por vezes lidas como circunscritas ao campo da intimidade, das experiências pessoais, afirmar o pessoal como político, e afirmar a possibilidade de, por meio dessas vivências trazer para o campo coletivo, para o campo das visualidades, das experiências compartilhadas. Acessar, coletiva e intimamente, o “que ultrapassa o pessoal e o íntimo, ou nos toca no pessoal e no íntimo” (Piveta, 2023, p. 132).

Trata-se de um encontro com a vulnerabilidade, em suas múltiplas ampliações semânticas. Rolnik, ao situar as artistas como modos singulares de subjetivação, afirma que “artistas são por princípio anômalos: subjetividades vulneráveis aos movimentos da vida, cuja obra é a cartografia singular dos estados sensíveis que sua deambulação pelo mundo mobiliza” (Rolnik, 2000, p. 3). Não se trata de uma vulnerabilidade entendida como sinônimo de fragilidade ou incapacidade, mas de uma abertura radical ao encontro, ao afeto e ao inesperado. Vulnerável ao sentir, vulnerável ao viver. Vulnerável ao risco, mas também àquilo que expande o horizonte do possível.

É precisamente nessa disponibilidade que reside certa potência criadora. Na contramão da lógica que associa força à invulnerabilidade e à autossuficiência, na permeabilidade à experiência e nas variações afetivas dos encontros que produzem o viver, acolhem-se

possibilidades para inventar outras formas de narrar o mundo e de existir nele. Criar exige deixar-se atravessar, acolher aquilo que desestabiliza as certezas e produzir sentidos diante do silenciamento. A vulnerabilidade, nesse contexto, assume contornos diversos diante do que paralisa e interdita, produzindo movimentos e deslocamentos.

Não se trata, portanto, de compreender a vulnerabilidade como sinônimo de fraqueza ou desamparo, mas como condição de abertura ao acontecimento. A vulnerabilidade torna-se potência na medida em que rompe a fantasia da autossuficiência e afirma a interdependência como condição da vida comum.

Essa inversão dialoga intimamente com perspectivas feministas no campo científico e de lutas políticas, que questionam o ideal moderno de sujeito autônomo, racional e impermeável. Ao reivindicarem o cuidado, a interdependência e a abertura ao outro como dimensões constitutivas da vida, essas perspectivas deslocam a vulnerabilidade do campo da falta para o da potência política. Reconhecer-se vulnerável não significa submeter-se, mas afirmar que a existência se produz nas relações, nos afetos e na capacidade coletiva de construir mundos compartilhados.

É dessa abertura ao acontecimento que emerge o fazer artístico. Fazer-se artista implica criar outros signos, outras linguagens e outras possibilidades de dizer o mundo, permitindo acesso àquilo que ultrapassa «os mapas de sentidos já dispostos» (Rolnik, 2002, p. 3). A criação artística não corresponde apenas à produção de uma obra, mas constitui um processo permanente de invenção de si. Artista e obra produzem-se mutuamente, em um movimento que se atualiza a cada gesto criador.

Nesse percurso, criar significa confrontar-se com os próprios territórios existenciais, acolher seus deslocamentos e materializar, na obra, os afetos e intensidades produzidos na experiência do viver. Ao mesmo tempo, produz deslocamentos compartilhados no tecido

social: reinventa repertórios simbólicos, tensiona imaginários sociais e amplia as formas pelas quais sujeitos e coletividades podem narrar suas experiências.

Arte, cultura e política, portanto, deixam de ocupar campos distintos. A obra não apenas emerge das experiências do viver, mas intervém no mundo ao deslocar sensibilidades, produzir novos sentidos e tornar visíveis modos de vida historicamente silenciados. Sua força política não reside exclusivamente na denúncia das violências, numa espécie de prática representacional, mas na capacidade de produzir novas formas de percepção, de relação e de existência: outros regimes de sensibilidade. Trata-se, como propõe Rolnik (2018, p. 40), de “ativar a potência clínico-política da arte”, fazendo da criação um campo de experimentação onde a vida possa escapar às formas que a capturam.

Neste ponto, arte, cultura, ativismo e liderança de mulheres se encontram na produção e invenção de resistências. Não porque ofereçam respostas acabadas, mas porque ampliam o campo do possível. Em cada fotografia, poema, performance, mural ou gesto artístico, reinscrevem experiências, desafiam narrativas hegemônicas, redesenhando paisagens nas quais outras maneiras de existir se tornam imagináveis.

A arte, a cultura e a resistência aparecem, assim, como a possibilidade de reescrever a sintaxe da vida e, ao fazê-lo, reinventar as gramáticas que delimitam quem pode aparecer, narrar e existir. Traçar outros contornos. Outras silhuetas. Com sangue, fogo e flores.

REFERÊNCIAS

DAMISCH, Hubert. *Verbete Artes. Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

FOUCAULT, Michel. Prefácio. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. New York: Viking Press, 1977/2010. p. XI-XIV. Tradução para o português: Introdução à vida não fascista, por Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/vidanaofascista.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2026.

PIVETA, Ruth Tainá Aparecida. *Nas dobras do corpo, outros mundos futuros para agora: poéticas-estéticas de visibilização e afirmação das corporalidades gordas*. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia, Área de Concentração: Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/ee89ae59-df13-44c8-8f9e-c2693db8ae8a>. Acesso em: 1 ago. 2026.

ROLNIK, Suely. Subjetividade em obra: Lygia Clark, artista contemporânea. *Projeto História*, São Paulo, n. 25, p. 43-54, jul./dez. 2002.

ROLNIK, Suely. *Despachos no museu: sabe-se lá o que vai acontecer...* Conferência apresentada em The Deleuzian Age, Californian College of Arts and Crafts, São Francisco, 2000, e em It Is Happening Elsewhere: Indiscipline, Bruxelles/Brussels 2000, European City of Culture, Bruxelas, 2000. São Paulo: Núcleo de Estudos da Subjetividade, PUC-SP, 2000. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Despachos.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2026.

ROLNIK, Suely. *Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2018.



**ARTE E O RISO NA
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
PARA JULIANA GALANTE**

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.8

Em determinados contextos, as práticas artísticas podem se transformar em ferramenta de questionamento, diálogo e transformação social. A história de Juliana Galante é um exemplo dessa possibilidade. Ao conhecer sua atuação como artista e palhaça, torna-se evidente que sua produção está profundamente conectada às causas que defende, às escolhas que faz e à forma como compreende o mundo. Em sua trajetória, humor, sensibilidade e compromisso social caminham juntos, dando origem a uma prática artística marcada pela reflexão e pela construção de novos olhares sobre a realidade.

Artista e palhaça há mais de quinze anos, Juliana é conhecida como “Palhaça Adelaide”. Seu trabalho utiliza o humor não apenas como forma de entretenimento, mas como ferramenta de diálogo, reflexão e provocação. Por meio da palhaçaria, Juliana busca criar espaços de escuta e questionamento, convidando o público a enxergar temas cotidianos sob novas perspectivas.

Sua caminhada é atravessada por valores que ultrapassam os palcos. Há cerca de vinte anos, Juliana adotou o veganismo como prática de vida, articulando preocupações relacionadas aos direitos dos animais, à alimentação consciente e à preservação ambiental. Além disso, identifica-se como feminista e reconhece que essas pautas atravessam sua atuação artística. Em sua experiência, arte e política aparecem como aspectos que se fortalecem mutuamente e orientam suas escolhas profissionais e pessoais.

Foi ainda na infância que surgiu seu primeiro contato com o teatro, experiência que mais tarde se consolidaria na graduação em Artes Cênicas pela Universidade Estadual de Londrina. Durante esse percurso, conheceu outras artistas da palhaçaria e passou a construir sua caminhada artística nesse universo. Aos poucos, a palhaça Adelaide tornou-se central, funcionando não apenas como uma figura cômica, mas como agenciadora de uma linguagem capaz de comunicar ideias, provocar análises e estabelecer conexões com diferentes públicos. O próprio nome Adelaide surgiu durante sua

formação em palhaçaria, sendo atribuído em uma oficina de iniciação e, desde então, passou a acompanhar sua caminhada artística.

Ao longo dos anos, Juliana aproximou cada vez mais sua produção artística das causas que considera importantes. Para ela, a arte possui a capacidade de romper barreiras, atravessar discursos cristalizados e criar pequenas fissuras nas formas habituais de compreender a realidade. Seu objetivo não é oferecer respostas prontas, mas estimular questionamentos. Através do humor, da sensibilidade e da presença cênica, busca abordar temas como consumo, desigualdades, relações de gênero e respeito aos animais, ainda que reconheça os desafios envolvidos nesse processo.

Essa compreensão da arte como ferramenta de transformação coletiva também se expressa em sua atuação junto à denominada 'Grita Companhia de Palhaças'. Fundada em 2017 em parceria com outras duas artistas, Aneliza Paiva e Mariana Ferrari, a companhia tornou-se a primeira a atuar na cidade de Londrina formada exclusivamente por palhaças. Mais do que um grupo teatral, esse coletivo representa um espaço de criação compartilhada e fortalecimento de potências pelo riso. Grita consolida-se não apenas como espaço de trabalho, mas também como lugar de acolhimento, troca de experiências e construção conjunta.

Juliana conta que seus desafios como palhaça profissional são significativos. A circulação e comercialização de espetáculos tornam-se mais complexas quando as produções abordam temas considerados polêmicos ou questionam valores sociais estabelecidos. Nesse contexto, as dificuldades enfrentadas pela companhia revelam não apenas obstáculos do mercado cultural, mas também resistências relacionadas às questões de gênero e às propostas artísticas que buscam convidar a análises mais críticas.

Grande parte de seu trabalho é direcionada ao público infantil. Juliana acredita que as crianças costumam demonstrar maior

abertura para o diálogo, a imaginação e a construção de novos olhares sobre o mundo. Por isso, as questões sociais aparecem em seus espetáculos de maneira sensível e não impositiva, permitindo que cada espectador construa seus próprios significados a partir da experiência. Em sua perspectiva, a transformação não acontece pela imposição de ideias, mas pela possibilidade de criar encontros que despertem curiosidade. Juliana defende que a arte pode provocar algum tipo de deslocamento. Sua proposta consiste justamente em tensionar percepções, desafiar naturalizações e ampliar as formas de compreender a realidade.

Conhecer a história de Juliana Galante permite compreender que a arte pode ocupar um papel importante na construção de uma sociedade mais crítica, sensível e participativa. Em sua atuação aparece viva a ideia de que questionar aquilo que parece natural é também uma forma de transformação. Talvez seja por isso que Bertolt Brecht seja uma referência para Juliana, que o cita: “não aceiteis o que é de hábito como coisa natural”. Em sua arte, nada é tão comum que não possa ser questionado, e nada é tão estabelecido que não possa ser transformado.



**ARTE E REINVENÇÃO
NA HISTÓRIA DE
AMANDA NARIZINHO**

Marina Berg Araujo

Quando se observa um mural colorido ocupando o muro de uma cidade, raramente se imagina quantas histórias existem por trás daquela imagem. O graffiti, ora censurado, ora festejado, pode ser considerado uma expressão artística, intervenção urbana ou manifestação cultural. Para Amanda, entretanto, ele se tornou algo ainda mais profundo: a possibilidade de reconstruir sua própria vida.

Conhecida no cenário artístico de Londrina como Narizinho, Amanda acumula mais de uma década de experiência no graffiti. Atua de forma independente, participa de projetos culturais e ministra oficinas para diferentes públicos. Sua arte está espalhada por diversos espaços da cidade, ocupando paredes que se transformaram em telas e narrativas visíveis para quem passa. Mas, antes de se tornar artista e educadora, Amanda era uma jovem tentando encontrar seu lugar no mundo.

Seu primeiro contato com o graffiti aconteceu durante uma passagem pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Foi em uma oficina artística que, enquanto muitas pessoas enxergavam apenas tinta, muros e desenhos, Amanda encontrou naquele espaço um acolhimento. O graffiti tornou-se uma prática na qual ela podia se expressar sem julgamentos, estabelecer vínculos de confiança e construir novas formas de relação consigo mesma e com os profissionais que a acompanhavam. A arte abriu uma porta que outras tentativas de aproximação não conseguiam. Em muitos contextos de vulnerabilidade social, a palavra costuma chegar acompanhada de cobranças, regras ou punições. O desenho, em sua perspectiva, permitiu falar sem necessariamente utilizar a voz. Foi nesse território afetivo que Amanda começou a reorganizar sua trajetória artística que passou pela criação de um nome. Narizinho, apelido pelo qual é conhecida atualmente, surgiu de maneira espontânea durante um momento de descontração vivido com outras meninas da instituição. Um detalhe físico transformou-se em marca artística. O que poderia ser apenas uma brincadeira acabou tornando-se assinatura para ser utilizada como reconhecimento público.

Ao longo dos anos, Amanda desenvolveu uma relação cada vez mais profunda com o graffiti. A atividade que inicialmente ocupava o lugar de aprendizagem transformou-se em profissão e, em determinado momento, surgiu a oportunidade inesperada de ensinar aquilo que ela mesma havia aprendido de modo tão sensível. A transição de aprendiz para professora representou uma mudança significativa em sua vida. Quando alguém ensina, não transmite apenas técnicas, mas também compartilha experiências, referências e possibilidades. Ao conduzir oficinas, Amanda passou a ocupar um lugar que antes era preenchido por outras pessoas em sua própria história; assim, ela se tornou exemplo para outros jovens que, assim como ela no passado, buscavam espaços de pertencimento e expressão. A dimensão educativa do graffiti revela um aspecto importante da arte urbana. Diferentemente de muitos espaços artísticos tradicionais, o graffiti nasce e ocupa as ruas, dialoga diretamente com a comunidade e estabelece relações com pessoas que muitas vezes não frequentam museus ou galerias. Ele democratiza o acesso à arte e transforma a cidade em um espaço de encontro.

A trajetória de Amanda não foi construída apenas entre tintas e murais. Em determinado momento, a maternidade alterou profundamente seus caminhos. Tornar-se mãe solo trouxe novos desafios, responsabilidades e reorganizações. Seus filhos passaram a ocupar o centro de sua vida, tornando-se simultaneamente fonte de força e de vulnerabilidade. Ao refletir sobre essa experiência, Amanda aponta uma desigualdade frequentemente naturalizada na sociedade. Segundo sua percepção, homens e mulheres não recebem o mesmo reconhecimento quando conciliam projetos pessoais, trajetórias profissionais e responsabilidades familiares. Enquanto os pais costumam ser incentivados a perseguir seus objetivos profissionais e sonhos individuais, as mães frequentemente enfrentam cobranças sociais que as colocam exclusivamente no lugar do cuidado. Em seu entendimento, essa expectativa produz consequências concretas: muitas mulheres veem seus projetos interrompidos,

adiados ou desacreditados em função da maternidade. A experiência de Amanda evidencia como essas questões atravessam também o campo artístico, restringindo oportunidades, reconhecimento e permanência profissional.

Além disso, relata que ser mulher no universo do graffiti apresenta desafios específicos. Trata-se de um espaço historicamente marcado pela predominância masculina, no qual mulheres tendem a lidar de modo recorrente com preconceitos, questionamentos sobre suas capacidades e disputas por legitimidade. Amanda reconhece que ocupar esse espaço exige persistência diária, uma vez que é atravessada por desigualdades sociais, dificuldade de acesso à cultura e restrições nas oportunidades de desenvolvimento. Sua atuação artística torna-se, assim, uma forma de enfrentamento ante as limitações de acesso e de vida que são colocadas para determinados grupos sociais.

Amanda ensina que o ativismo pode assumir formas simples, cotidianas e concretas. Ele aparece quando alguém incentiva um jovem a acreditar em si mesmo, quando compartilha conhecimento ou quando demonstra que outros caminhos são possíveis. Essa compreensão amplia a ideia tradicional de engajamento político, pois nem toda transformação social acontece por meio de grandes manifestações ou organizações formais. Muitas vezes, ela ocorre em encontros cotidianos e experiências afetivas capazes de modificar trajetórias individuais. E complementa que sua trajetória não se construiu pela ausência de obstáculos, mas pela decisão de continuar apesar deles. Ao falar com pessoas que estão construindo seus próprios projetos de vida, Amanda costuma compartilhar uma mensagem simples: continuar fazendo aquilo que aproxima cada pessoa de seus sonhos. Em uma sociedade marcada pela pressa e pela busca por resultados imediatos, sua fala resgata a importância da vinculação, da dedicação e da confiança nas relações.

Ao olhar para o próprio percurso, Amanda não busca idealizar suas experiências ou romantizar as dificuldades que enfrentou. Pelo contrário, reconhece os erros, os desafios e as dores que fizeram parte de sua caminhada. Mas também reconhece que foi através deles que encontrou a arte e, por meio dela, construiu novos horizontes. Em suas palavras: “Eu não romantizo meus erros. Mas se não tivesse passado por eles, talvez eu não tivesse encontrado a arte. Eu aprendi, cresci e escolhi outro caminho”. Nessa escolha reside a força de sua trajetória. Sem negar ou desqualificar o passado, Amanda destaca a capacidade de transformá-lo em criação, aprendizado e legado.

**GORDOFOBIA E
INSURGÊNCIA NA OBRA
DE FERNANDA MAGALHÃES**

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.10

Existem corpos que a sociedade aprende a enxergar e existem corpos que ela tenta apagar. A história da arte, da publicidade, da moda e dos meios de comunicação demonstra que determinados corpos são constantemente celebrados, enquanto outros são silenciados, corrigidos, ocultados ou tratados como problemas a serem resolvidos. É nesse cenário que emerge a produção artística de Fernanda Magalhães, uma artista que transformou a própria existência em linguagem estética e política.

Fotógrafa, performer, pesquisadora, professora, artista visual e mulher gorda, Fernanda desenvolve há décadas um movimento voltado à problematização das representações corporais. Sua produção desafia modelos de beleza, questiona as relações de poder que atravessam o corpo e denuncia os mecanismos sociais que definem quais vidas merecem ser vistas, desejadas ou reconhecidas.

Uma das expressões mais conhecidas de sua obra é o projeto *Grassa Crua*. O nome, longe de ser uma escolha casual, carrega uma provocação deliberada e um jogo de palavras que amplia os sentidos atribuídos ao corpo gordo. A palavra "Grassa", escrita com dois "s", estabelece uma aproximação sonora com "graça", produzindo uma tensão entre ser gorda e ser graciosa. Enquanto "graça" é um substantivo associado à beleza, ao encanto e à elegância, "grassa" corresponde à forma conjugada do verbo *grassar*, que significa espalhar, alastrar, propagar ou difundir. Ao mesmo tempo, a palavra evoca "graxa", "gordura" e "grasso", aproximando-se diretamente da materialidade do corpo. É justamente nessa ambiguidade que reside parte da ironia proposta pela artista: aquilo que socialmente deveria ser escondido, reduzido ou eliminado passa a se espalhar, ocupar espaço e produzir visibilidade.

Fernanda utiliza, portanto, *Grassa Crua* como nome e conceito de um trabalho que propõe espalhar a gordura de forma crua, isto é, falar frontalmente sobre ela, sem filtros, correções ou

tentativas de adequação. O termo “crua” sugere aquilo que não foi corrigido, lapidado ou adaptado para se tornar aceitável aos padrões dominantes. Ao assumir a posição de “gorda crua”, a artista desafia diretamente uma cultura que exige que corpos gordos estejam constantemente em processo de transformação, emagrecimento ou desaparecimento. A gordura deixa, assim, de ser apresentada como um excesso que precisa ser eliminado e passa a constituir matéria de existência, linguagem e criação artística. O jogo entre “graça” e “grassa” produz, ainda, uma provocação sobre os próprios critérios utilizados para determinar o que é belo: se a graça está tradicionalmente vinculada àquilo que é considerado belo e adequado, por que um corpo gordo não poderia também ser gracioso?

Sua obra parte de uma pergunta simples e, ao mesmo tempo, profundamente incômoda: por que alguns corpos são considerados normais e outros desviantes? A noção de corpo desviante ocupa lugar central em suas reflexões. Não se trata apenas do corpo gordo, mas de todos aqueles que escapam aos padrões socialmente estabelecidos. Em uma cultura que valoriza a magreza, a juventude, a produtividade e a estética padronizada, qualquer corpo que não corresponda a essas expectativas passa a gerar estranhamentos. Fernanda argumenta, entretanto, que esses padrões não surgem naturalmente: eles são produzidos historicamente. Mais do que isso, são produzidos economicamente.

Em sua análise, a indústria da beleza, da moda, dos cosméticos e do emagrecimento depende da criação constante de insatisfações corporais. O mercado estabelece um ideal, convence as pessoas de que estão distantes dele e, posteriormente, oferece produtos e serviços para diminuir essa distância. O corpo torna-se simultaneamente problema e mercadoria. Nesse processo, a magreza extrema e a juventude são apresentadas como símbolos de sucesso, saúde, disciplina e felicidade. Em contraponto, o envelhecimento passa a

ser combatido, a gordura torna-se sinal de fracasso e o corpo feminino é submetido a uma vigilância permanente.

Fernanda chama atenção para o culto ao corpo jovem. A valorização da aparência de menina não é apenas uma tendência estética, mas uma forma de controle que reforça expectativas sobre feminilidade, desejo e submissão. A juventude feminina converte-se em capital simbólico, enquanto outros corpos são progressivamente desvalorizados. Nesse contexto, a arte foi por ela operada estrategicamente como instrumento de ruptura. Ao utilizar a fotografia e a performance, Fernanda produz imagens que desafiam os códigos tradicionais da representação. Historicamente, a fotografia participou da construção de padrões corporais ao selecionar quais corpos seriam considerados belos, elegantes ou desejáveis. Sua obra inverte essa valoração. Ao invés de esconder a gordura, ela a evidencia. Seu trabalho não busca tornar o corpo gordo aceitável segundo critérios convencionais de beleza, mas sim questionar as intervenções corretivas que incidem sobre ele. Sua proposta consiste em dar visibilidade aos imperativos de adaptação dominantes a fim de transformar o olhar social sobre as diferenças.

Essa posição política torna-se relevante quando se discute a gordofobia. Comumente tratada como mera questão de estética ou descuido, a gordofobia é compreendida por Fernanda como uma forma organizada de discriminação. Ela não se manifesta apenas por insultos ou agressões explícitas. Está presente nas pequenas exclusões cotidianas que limitam a participação social de pessoas gordas. A violência aparece em ações simples: quando não existem roupas adequadas, cadeiras que não comportam determinados corpos, oportunidades profissionais que são negadas, consultas médicas que reduzem qualquer problema à necessidade de emagrecer ou quando o simples ato de ocupar um espaço público se transforma em motivo de constrangimento.

Essas experiências produzem efeitos profundos. O sofrimento psíquico decorrente da exclusão social pode estar associado a práticas alimentares prejudiciais, tentativas perigosas de emagrecimento, baixa autoestima e isolamento. O que parece ser um problema individual revela, de fato, uma dinâmica coletiva de controle e punição dos corpos. A questão, portanto, não é simplesmente compreender por que determinado indivíduo não se adapta ao padrão corporal, mas questionar por que a sociedade produz padrões tão restritos de existência e, posteriormente, responsabiliza os sujeitos por não conseguirem alcançá-los.

Fernanda relata ainda que nem todos os corpos gordos são tratados da mesma forma. Em suas performances artísticas, destaca que a gordura assume significados distintos quando atravessada pelas relações de gênero. O homem gordo frequentemente mantém atributos associados ao poder, à autoridade ou à respeitabilidade. Já a mulher gorda costuma ser posicionada como inadequada, indesejável ou invisível. Essa diferença revela que a gordofobia não pode ser analisada isoladamente, mas articulada com outras formas de opressão, especialmente aquelas relacionadas ao gênero.

Talvez a dimensão mais potente de sua produção artística seja essa capacidade de transformar aquilo que foi historicamente tratado como erro em abertura para uma experimentação plural do corpo e da existência. Assim, para além de dar visibilidade a corpos gordos, sua obra reivindica o direito desses corpos à vida plena. Sua arte não fala apenas sobre gordura, mas sobre quem tem o poder de definir quais corpos importam. Ao afirmar “Homens gordos e peludos são legais. Mulheres gordas e peludas, cis ou trans, não. São ignoradas, consideradas corpos a serem extintos”, Fernanda denuncia uma sociedade que insiste em apagar certos corpos. Sua obra responde a essa exclusão com presença, visibilidade e criação.

Nesse sentido, *Grassa Crua* sintetiza de maneira particularmente potente o projeto artístico e político de Fernanda Magalhães: uma gordura que grassa, que se espalha; uma corpa que permanece crua, sem a necessidade de ser corrigida; e uma existência que também reivindica a graça, o encanto e a beleza que historicamente lhe foram negados. A ironia presente no próprio nome desloca a gordura do lugar de falta para o lugar de potência. Em cada fotografia, performance ou intervenção acadêmica, permanece a mesma mensagem: corpos não precisam pedir licença para existir. Eles já são, por si sós, uma forma legítima e política de ocupar o mundo.



PALAVRAS QUE RESSOAM:

A ESCRITA COMO MEMÓRIA, RESISTÊNCIA
E ENCONTRO PARA KAREN DEBÉRTOLIS

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.11

Karen costuma dizer que escreve desde que se entende por gente. Muito antes de publicar livros, ministrar oficinas ou pesquisar a produção de mulheres no campo da literatura, já encontrava nas palavras um lugar de vida. Aos onze anos, fazia da biblioteca da escola uma extensão de sua casa, cercada por livros, músicas e histórias que alimentavam sua imaginação. Quatro anos depois, com o incentivo da família, publicou um livro financiado pela mãe e ilustrado pela irmã, chamado *'Momentos Livres'*. Sem que pudesse imaginar, aquele pequeno projeto marcava o início de uma caminhada que seria atravessada pela literatura, pelo jornalismo e pelo compromisso com a transformação social.

Formada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Karen sempre se reconheceu como uma pessoa politicamente engajada. Atuou como jornalista de sindicatos e, mais tarde, no seu mestrado, voltou o olhar de pesquisadora para a trajetória de Joana Lopes, uma das principais responsáveis pelo jornal *Brasil Mulher*, importante veículo da imprensa feminista alternativa. A pesquisa deu sustentação teórica a algo que já fazia parte de sua prática cotidiana voltada para compreender o mundo, alinhando a escrita ao ato político.

Em 1995, publicou seu primeiro livro de prosa poética, consolidando sua entrada no cenário literário. Em um período no qual mulheres escritoras ainda encontravam pouca visibilidade e enfrentavam dificuldades para publicar e circular suas obras, Karen encontrou apoio na rede de escritores e escritoras de Londrina e descobriu que a literatura também nasce dos encontros, das trocas e da construção coletiva. Foi nesse contexto que fortaleceu sua marca como autora e ampliou sua compreensão sobre o papel social da escrita.

Desde então, seus textos se entrelaçaram ao feminismo e ao desejo de transformar realidades. Cada livro, projeto ou oficina que elabora nasce da convicção de que escrever é também criar possibilidades de diálogo, ampliar a presença de outras mulheres

na cultura e fortalecer vozes que, por muito tempo, permaneceram à margem. Para Karen, incentivar outras autoras e contribuir para que novas histórias sejam contadas também é uma forma de ativismo.

Essa compreensão ganhou novos significados em 2015, quando ministrou uma oficina de escrita criativa. Durante os encontros, percebeu que muitas mulheres carregavam consigo histórias que nunca haviam encontrado espaço para serem narradas. Pouco a pouco, compreendeu que a escrita podia ultrapassar tais limites e adentrar a criação literária, tornando-se um caminho de autocohecimento. Em suas palavras, tratava-se de um processo “quase terapêutico”, capaz de ajudar na elaboração de vivências, no reconhecimento de sentimentos e na reconstrução da própria história.

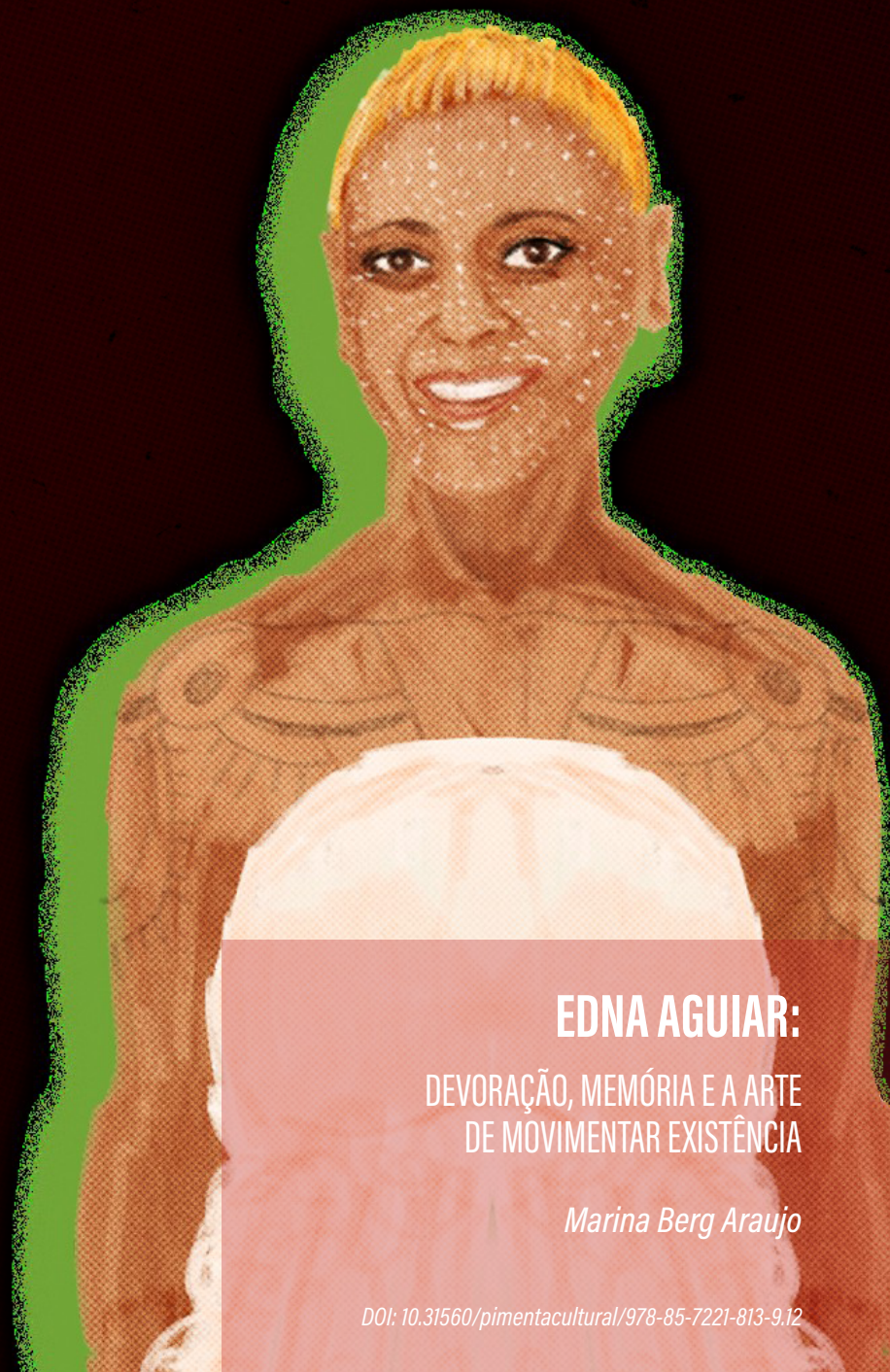
Foi dessa experiência que nasceu a chamada oficina “Escrita e Autoconhecimento”, conduzida por ela até hoje. Mais do que ensinar técnicas literárias, o projeto oferece um espaço de escuta, criação e descoberta, onde as palavras ressoam e funcionam como instrumentos de expressão da subjetividade. Karen acredita que existe uma potência singular quando mulheres acompanham outras mulheres nesse processo, construindo momentos acolhedores em que diferentes narrativas possam emergir sem medo ou julgamento.

Sua produção acompanha essa diversidade. Karen gravou o CD de poesias *‘A Mulher das Palavras’*, em 2009. Além dele, publicou obras como *‘Guardados’*, em 2003; *‘A Estalagem das Almas’*, em 2006, no qual faz um diálogo com as fotografias da artista plástica Fernanda Magalhães; e a obra *‘Prosa de Palavras’*, em 2012, ilustrada por Beto Silva. E ainda Mapas Sutis, em 2018, e Para Alguém escutar no Futuro, em 2025.

Também integrou o denominado *‘Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras’*, de 2002, que foi organizado por Nelly Novaes Coelho e a antologia *‘101 Poetas Paranaenses’*, publicada em 2024, obra organizada por Ademir Demarchi. Paralelamente, desenvolve

projetos por meio da produtora cultural independente denominada *'ImagemPalavra Produções Culturais'* e da empresa *'Prosa Cursos e Consultoria'*, por ela fundada e na qual amplia sua atuação na formação de leitores, escritores e agentes culturais.

Há uma ideia que atravessa toda a sua caminhada: as palavras permanecem quando encontram quem as acolha. Talvez por isso a escrita ocupe um lugar tão central em sua vida. Por meio dela, preserva memórias, desperta reflexões, aproxima pessoas e mantém vivas histórias que poderiam ser esquecidas. Essa compreensão ressoa nas palavras de Leda Maria Martins, citadas por Karen: "Enquanto os ancestrais de nós se lembrarem, nós ainda seremos". Inspirada na noção de tempo espiralar, a expressão traduz a importância da memória, da ancestralidade e da continuidade entre as gerações. Para Karen, escrever é mais do que criar textos; é um modo de permanecer, honrar quem veio antes e abrir caminhos para as histórias que ainda estão por serem contadas.



EDNA AGUIAR:

DEVORAÇÃO, MEMÓRIA E A ARTE
DE MOVIMENTAR EXISTÊNCIA

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.12

Para Edna Aguiar, a vida parece ter sido, desde cedo, uma questão de apetite. Não apenas pela educação, que ela sempre buscou com intensidade, mas também pelas histórias, pela arte, pela memória e por tudo aquilo que pudesse ajudá-la a compreender o mundo e a encontrar nele seu próprio lugar. Talvez seja por isso que, ao falar de ativismo, escolha uma expressão tão forte: “ativismo, sempre comi”. Em suas palavras, há a ideia de quem aprendeu a devorar a vida antes que ela própria a devorasse. Atriz, professora, contadora de histórias e artista de cena, Edna fez dessa fome uma maneira de existir, transformando conhecimento em autonomia, ancestralidade em memória e arte em resistência. Mulher preta, periférica e profundamente ligada à coletividade, ela construiu uma trajetória em que essas dimensões não se separam, mas sim se alimentam e, juntas, ajudam a contar a história de quem escolheu permanecer criando, lembrando e resistindo.

É difícil falar dessa fome sem voltar à infância. Foi ainda criança que Edna percebeu que o mundo não escutava todas as pessoas da mesma maneira. Crescer como mulher negra e periférica significou aprender, desde cedo, que sua voz precisaria atravessar barreiras que outras pessoas, talvez, nunca precisassem conhecer. Em diferentes situações, percebeu que certos corpos eram vistos com desconfiança e que, para ser ouvida, seria necessário falar mais alto, explicar-se e justificar continuamente a própria existência. O racismo e a desigualdade social não chegaram até ela como conceitos aprendidos posteriormente; foram experiências concretas que ajudaram a formar sua maneira de compreender a sociedade e a necessidade de resistir às tentativas de silenciamento.

Mas aquilo que poderia ter se transformado apenas em revolta encontrou também outro destino: a busca pelo conhecimento. Edna fala de uma verdadeira “fome de educação”, uma vontade de aprender que encontrou inspiração especialmente na figura do pai. A educação, para ela, nunca significou somente acumular

informações. Foi uma maneira de conquistar autonomia, questionar imposições e compreender que tinha o direito de escolher os rumos da própria vida. Aprender significava também descobrir que muitas das coisas apresentadas como naturais ou inevitáveis poderiam ser questionadas.

Talvez seja nesse ponto no qual sua história encontre a arte. Depois de aprender a questionar as histórias que contavam sobre ela e sobre o mundo, Edna também passou a se dedicar a contar histórias sob a perspectiva do seu corpo e sensibilidade, que tantas vezes ficaram fora dos livros, dos registros oficiais e das narrativas mais conhecidas.

Desde 2009, reconhece-se como contadora de histórias. Sua relação com a oralidade, porém, não se limita ao ato de narrar. Ao aprofundar essa prática, passou a investigar suas ancestralidades africanas e indígenas. Nessa busca, encontrou na imagem da Djeli Musso, que remete a mulheres guardiãs da tradição, cuja função pode ser praticada por historiadoras, artistas ou contadoras. As guardiãs são responsáveis pela preservação da memória coletiva por meio da palavra, sendo desse modo que Edna entende sua própria atuação. Contar, para ela, é guardar, transmitir e impedir que uma história desapareça simplesmente porque alguém decidiu não registrá-la.

A relação entre palavra e memória ganha corpo em Preta do Leite, uma de suas personagens mais marcantes. Inspirada nas mulheres negras que circulavam pelas cidades levando leite e compartilhando notícias, a personagem recupera uma presença que poderia ter se perdido no tempo. Essas mulheres, que carregavam muito mais do que aquilo que transportavam, tornam-se, pela arte de Edna, portadoras de acontecimentos, saberes e histórias. Ao trazer essa figura para a cena, ela também abre espaço para olhar de outra maneira para a história do estado do Paraná. A arte torna-se uma possibilidade de recuperar narrativas negras e indígenas que foram historicamente silenciadas, devolvendo visibilidade a culturas

e experiências que não desapareceram, mas que muitas vezes foram impedidas de serem conhecidas.

É nesse sentido que arte, educação e ativismo se encontram em sua trajetória. Não há uma fronteira muito clara entre esses campos. Edna considera que a sala de aula pode ser espaço de transformação, a cena pode guardar uma memória, e uma história contada em voz alta pode provocar uma reflexão política. Tudo parece fazer parte de um mesmo movimento de criar condições para que as pessoas compreendam melhor a si mesmas, reconheçam suas origens e percebam que suas histórias também têm valor.

Sua compreensão da política parte dessa percepção. Para Edna, a política está presente em todos os lugares. Por isso, a coletividade ocupa um lugar tão importante em sua maneira de pensar. Resistir não significa enfrentar tudo sozinho, nem transformar a vida em uma sucessão de batalhas individuais. Significa construir vínculos, cuidar uns dos outros e encontrar, na comunidade, forças que dificilmente poderiam existir de maneira isolada. Há algo especialmente bonito nessa maneira de compreender a resistência. Para Edna, resistir não significa endurecer. Sua resposta ao apagamento não é o silêncio, mas a criação.

Talvez seja por isso que sua arte tenha tanto a ver com permanência. As histórias que conta carregam pessoas que vieram antes dela e se voltam para alcançar aquelas que ainda virão, construindo pontes entre diferentes tempos. O passado deixa de ser algo distante e passa a participar do presente, enquanto o futuro começa a ser imaginado a partir de referências e possibilidades plurais. Nota-se, então, que a fome de Edna é uma maneira de não aceitar o mundo como algo pronto. Ela parece querer conhecê-lo para poder questioná-lo, contar suas histórias para impedir que sejam apagadas e criar possibilidades para quem ainda está chegando. Sua trajetória mostra que a arte pode ser alimento, que a educação pode abrir caminhos e que a memória pode funcionar como uma forma de resistência.

Edna aprendeu a devorar a vida antes que ela a devorasse. Mas, ao fazer isso, não guardou para si aquilo que encontrou. Transformou o que aprendeu em palavra, a palavra em história e a história em encontro. Como guardiã, ela compartilha a capacidade de fazer da própria existência um lugar de passagem, onde aquilo que veio antes continue vivo e o futuro seja vislumbrado como força de existir. Porque algumas histórias não sobrevivem apenas porque foram escritas. Sobrevivem porque alguém se dispõe a contá-las outra vez. E Edna conta...

Parte

III

**LUTAS SOCIAIS
POR DIREITOS HUMANOS**

MULHERES MILITANTES E ATIVISTAS:

DAS PRÁTICAS DE SI À CORAGEM DA VERDADE NAS LUTAS SOCIAIS POR DIREITOS HUMANOS

Daniele de Andrade Ferrazza

Na contemporaneidade brasileira são inúmeros os desafios no enfrentamento às violações de direitos humanos que englobam desde a luta contra a tortura e a violência policial, as agressões contra diversas minorias, o trabalho análogo à escravidão, assim como os conflitos fundiários rurais e urbanos. Nesse contexto, as mulheres foram e continuam sendo protagonistas fundamentais no processo de combate às discriminações, na defesa da vida digna e na constituição de lutas sociais pela conquista de direitos humanos.

Mulheres ativistas e militantes se destacaram na história de movimentos sociais no Brasil por coordenarem a resolução de conflitos, organizarem entidades representativas e partidárias decisivas na conquista da cidadania, além de se comprometerem em mobilizações de militâncias políticas que fraturaram discursos e práticas normativas marcadas pelas violações de direitos. Dentre os diferentes desafios enfrentados pela militância de mulheres ativistas na luta por direitos destaca-se a resistência ao racismo, à misoginia, à LGBTfobia, ao capacitismo, entre outras.

Dessa forma, o presente texto pretende problematizar as interseccionalidades de raça-etnia, classe social, sexualidades e corponormatividades que compõem a existência dessas mulheres e se fazem significativas para o ingresso na militância. Busca-se, ainda,

pontuar como as práticas de si operam na constituição de modos de subjetivação singulares pautados pelas lutas sociais.

Para tanto, tomaram-se como ponto de partida os encontros com mulheres ativistas e militantes paranaenses promovidos pelo Projeto de Extensão Ativismo e Liderança de Mulheres da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Em seu Ciclo de Diálogos, o projeto proporcionou um espaço para a apresentação de narrativas de vida de suas lutas sociais nos enfrentamentos às violações de direitos. Diante de ações que impedem o exercício da cidadania ou de omissões perante opressões e violências que ferem a dignidade humana e retiram direitos básicos, os debates foram estabelecidos. É necessário ressaltar que, embora existam discursos e práticas comuns compartilhados pela vivência na militância, as interseccionalidades de raça-etnia, classe, sexualidades, corponormatividades que atravessam essas mulheres se mostraram determinantes em suas biografias, cujas trajetórias de vida estão marcadas pelas vivências de preconceitos, opressões, violências e violações de direitos. Em muitas ocasiões, esses marcadores sociais sobrepostos culminaram justamente no ingresso no ativismo e na liderança, transformando as lutas coletivas em prioridades de suas trajetórias pessoais e profissionais.

Nessa perspectiva, em consonância com o feminismo interseccional, que destaca como classe social, raça-etnia, religião e território moldam desigualdades singulares, entende-se que os sistemas discriminatórios operam de forma articulada. Como pontua Kimberlé Crenshaw (2002), a junção desses fatores gera discriminações sobrepostas e produz disparidades profundas e multidimensionais. A interseccionalidade consolida-se, portanto, como uma ferramenta teórico-metodológica indispensável para analisar como o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado posicionam as mulheres de maneira distinta na estrutura social (Akotirene, 2018). Trata-se de uma matriz de opressões interligadas que estruturam violações de direitos

(Collins; Bilge, 2020), cujo enfrentamento exige estratégias complexas que alcancem também os campos político, econômico e cultural.

Sob esse prisma, Akotirene (2018, p. 14) destaca que a sobreposição dos eixos discriminatórios de raça, etnia, classe, gênero e corpocisheteronormatividade atinge repetidamente as mulheres, reiterando as hierarquias que estruturam os modernos aparatos de dominação colonial. Uma perspectiva analítica que converge com a premissa de Audre Lorde (2020) quando aponta a inexistência de hierarquias de opressão, o que transforma a luta contra as diversas formas de dominação em algo indissociável.

Todavia, aquelas mulheres ativistas e militantes não se limitaram a denunciar o preconceito e a opressão que atravessam seus corpos e as populações minoritárias, mas também enfatizaram o enfrentamento por meio de resistências e da invenção de modos de vida que engendraram conquistas significativas por direitos humanos.

Sob essa ótica, Michel Foucault (1995) considera que a resistência não é um elemento externo ao poder, mas parte integrante de suas estratégias, manifestando-se menos como uma demanda por direitos abstratos e mais como uma prática de luta concreta. Nessa perspectiva, as resistências feministas constituem estratégias para escapar das tecnologias de poder que capturam, subjugam e violentam corpos generificados. Trata-se de uma insurgência contra os efeitos do saber-poder e as verdades absolutas que buscam fixar identidades por meio de discursos normativos. Em suas narrativas, as participantes apresentaram relatos que, conforme os ensinamentos foucaultianos, ilustram lutas contrárias às formas de submissão das subjetividades que se produzem nos enfrentamentos contra as opressões, preconceitos e violências.

Mulheres militantes que nos inspiram a pensar na constituição de subjetividades singulares e produzem a vida enquanto obra de arte, conceito que Michel Foucault (1977) desenvolve em seus estudos sobre a *História da Sexualidade* e na proposta genealógica do sujeito

como ser desejante. Mais especificamente, o filósofo compreende que, na Antiguidade Clássica, a ética e a estética orientavam regras de condutas voltadas ao fazer da vida uma obra de arte (Foucault, 2017). A relevância contemporânea das práticas de si reside, justamente, no fato de que elas não eram submetidas às investidas das instituições religiosas, pedagógicas, médicas ou psiquiátricas. Mais do que um conjunto de regras, as práticas de si podem instituir estratégias que operam diretamente na produção da subjetividade ao longo de toda a vida. A função desse exercício não é apenas moldar o sujeito, mas também desarticular e reformar o que está em desacordo com sua autonomia (Telles, 2013). Trata-se de um modo de vida singular que rejeita fórmulas universais e se sustenta unicamente na liberdade de escolha. Assim, a arte de se reinventar constitui uma estética da existência singular que se pode traduzir na prática cotidiana daquelas mulheres militantes como resistência ativa na luta pelos direitos humanos. Como incentiva Foucault (2000, p. 310):

Mais do que fazer valer que os indivíduos tenham direitos fundamentais e naturais, nós deveríamos tentar imaginar e criar um novo direito relacional, que permitiria que todos os tipos possíveis de relações possam existir e não sejam impedidos, bloqueados ou anulados pelas instituições relacionalmente empobrecedoras.

E embora as problematizações do filósofo francês incidam sobre o mundo greco-romano, elas são inspiradoras para estudar narrativas de mulheres ativistas e militantes que lutam, na contemporaneidade, por direitos de um coletivo contra opressões e desigualdades. Assim, a coragem da verdade manifestada por mulheres no combate à transfobia, ao racismo, ao capacitismo, à misoginia e à xenofobia, entre tantas outras opressões estruturais, culmina na construção de vidas militantes. Trata-se de mulheres *parresíastas*, cuja dedicação ao dizer-verdadeiro viabiliza um potente trabalho de transformação social. Afinal, como aponta Vieira (2013, p. 297), “no campo dos conhecimentos verdadeiros, passamos a nos utilizar daquilo que é pertinente para a transformação e melhoria dos sujeitos”.

A coragem da verdade daquelas mulheres manifesta-se na pluralidade das resistências contemporâneas: na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, no combate à violência policial e ao racismo estrutural, no enfrentamento da transfobia pelo direito à existência, e na desconstrução de estereótipos que marginalizam os povos originários, cuja representatividade é fundamental para a garantia da memória e da coletividade.

Em suma, as trajetórias partilhadas no Ciclo de Diálogos do Projeto de Extensão Ativismo e Liderança de Mulheres da UEL revelam que a militância daquelas mulheres paranaenses não se reduz a uma reação mecânica às opressões. Ao cruzarem as fronteiras de suas próprias dores e marcadores interseccionais, elas converteram a experiência da submissão em matéria-prima para a invenção de si. Através da *parresía*, da coragem de proferir a verdade e tensionar as estruturas coloniais e cisheteropatriarcais, aquelas ativistas redesenham os limites do possível no cenário dos direitos humanos no Brasil. Suas vidas, tecidas como autênticas obras de arte políticas, demonstram que o cuidado de si e o cuidado do outro são indissociáveis na edificação de uma sociedade genuinamente democrática. Conclui-se, portanto, que escutar e visibilizar essas narrativas é um passo indispensável não apenas para mapear as complexas violações de direitos na contemporaneidade, mas, fundamentalmente, para inspirar a criação de novas e urgentes formas de liberdade e resistência coletiva.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. (Feminismos Plurais).

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade* [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 15-50.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171 - 188, jan. 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. O triunfo social do prazer sexual: uma conversa com Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos, volume II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização de Manoel Barros da Motta; tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 116 - 125.

FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos, volume V: ética, sexualidade, política*. Organização de Manoel Barros da Motta; tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 193-217.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 235-238.

TELLES, Norma. Poeira de estrelas. In: RAGO, Margareth; MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo (org.). *Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte*. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 161-174.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. Escrita de si e coragem da verdade: as práticas da liberdade em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo (org.). *Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte*. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 195-206.

A halftone portrait of a woman with dark, curly hair, wearing a blue top and blue hoop earrings. She is looking directly at the camera with a neutral expression. The background is a solid dark red color.

A TRAJETÓRIA DE MARTINHA CLARETE NA LUTA PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.14

A história de Martinha Clarete Dutra dos Santos revela como experiências pessoais podem se transformar em consciência política e como a luta individual, quando compartilhada coletivamente, torna-se capaz de produzir mudanças sociais significativas.

Martinha é doutora e pesquisadora na área da Educação, com atuação voltada à educação inclusiva e ao desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva. Sua produção acadêmica e política tem contribuído para a construção de práticas educacionais mais acessíveis e para o fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência. Entretanto, sua história de ativismo começou muito antes da universidade ou da pesquisa científica. Nascida em Guaravera, distrito de Londrina, Martinha cresceu em uma família marcada pelo envolvimento social e político. Desde cedo, esteve inserida em um contexto no qual a participação comunitária e o compromisso com as questões coletivas faziam parte da vida cotidiana. Contudo, foi durante sua mudança para Londrina, motivada pela continuidade dos estudos, que passou a perceber de maneira mais intensa as barreiras impostas pela deficiência visual.

A escola, espaço que deveria promover inclusão e desenvolvimento, tornou-se também um lugar onde as desigualdades se manifestavam de forma concreta. A ausência de recursos de acessibilidade, a falta de práticas pedagógicas inclusivas e a invisibilização das pessoas com deficiência fizeram parte de sua experiência. Naquele contexto, predominava a ideia de que estudantes com deficiência deveriam ocupar espaços separados, frequentemente encaminhados para instituições especializadas e afastados dos meios educacionais comuns. Mais do que enfrentar dificuldades individuais, Martinha desenvolveu a percepção de que os obstáculos não estavam em sua deficiência, mas nas organizações que impediam sua participação plena na sociedade. Essa compreensão foi decisiva para a construção de uma consciência crítica que acompanharia toda a sua trajetória.

A década de 1980 representou um período especialmente importante nesse percurso. O Brasil vivia os últimos anos da ditadura militar e iniciava o processo de redemocratização. Em diferentes partes do país, movimentos sociais se fortaleciam, reivindicando participação política, ampliação de direitos e justiça social. Nesse contexto, os movimentos estudantis tornaram-se espaços privilegiados de debate e mobilização. Foi na universidade que Martinha passou a atuar de forma mais intensa. Participou de organizações estudantis e de grupos de mulheres, contribuindo para a construção de espaços coletivos voltados à reflexão sobre os rumos da sociedade brasileira. Mais do que reivindicações específicas, esses movimentos discutiam projetos de sociedade e buscavam construir alternativas para enfrentar diferentes formas de exclusão.

Sua atuação política consolidou-se ainda mais quando ingressou, em 1984, no curso de Letras da Universidade Estadual de Londrina (UEL). A universidade representou um novo espaço de aprendizado, mas também de resistência. Durante esse período, Martinha participou das mobilizações em defesa da gratuidade do ensino público e da garantia de condições adequadas para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. A experiência universitária ampliou seus horizontes políticos e intelectuais. Pois, mais do que um local de formação profissional, a universidade tornou-se um território de construção coletiva, produção de conhecimento crítico e fortalecimento das lutas sociais. Foi nesse espaço que ela aprofundou reflexões sobre educação, democracia, igualdade e participação social.

Entretanto, a conclusão da graduação não significou o fim dos desafios. Ao ingressar no mercado de trabalho, Martinha encontrou novas formas de exclusão. Muitas delas se manifestavam por meio da desconfiança sobre suas capacidades profissionais e da dificuldade de acesso a oportunidades em condições de igualdade. As barreiras que antes apareciam na escola agora se reproduziam

em outros espaços sociais. Essa realidade reforçou sua compreensão de que a exclusão das pessoas com deficiência não se restringia ao educacional. Tratava-se de um fenômeno histórico, presente em diferentes dimensões da vida social. Diante disso, Martinha intensificou sua atuação coletiva, participando da criação de movimentos e organizações voltadas à defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Nesses espaços, exerceu papel de liderança e contribuiu para a organização política de um grupo historicamente invisibilizado. Sua atuação esteve voltada não apenas à reivindicação de direitos, mas também à construção de novas formas de compreender a deficiência e o lugar das pessoas com deficiência na sociedade.

Ao longo dessa trajetória, Martinha desenvolveu importantes análises críticas sobre os rumos dos movimentos sociais da área. Uma de suas principais reflexões refere-se à fragmentação das lutas por tipo de deficiência. Para ela, quando cada grupo se organiza isoladamente, corre-se o risco de enfraquecer pautas comuns e dificultar a construção de estratégias coletivas mais amplas. Da mesma forma, critica a segregação frequentemente imposta às pessoas com deficiência. Segundo sua perspectiva, práticas que separam indivíduos em espaços específicos podem reforçar uma norma capacitista, isto é, uma visão de mundo que considera determinados corpos e capacidades como padrão, enquanto marginaliza aqueles que não se enquadram nesse modelo. Essa crítica também se estende à compreensão biomédica da deficiência. Martinha questiona a ideia de que a deficiência possa ser reduzida a um diagnóstico clínico ou a uma condição individual. Em vez disso, defende uma perspectiva social, segundo a qual a deficiência é produzida pelas barreiras físicas, comunicacionais, culturais e atitudinais que limitam a participação das pessoas na vida coletiva. Nessa direção, denuncia práticas recorrentes que ainda marcam a experiência de muitas pessoas com deficiência, como a infantilização e a negação de sua autonomia. Tais atitudes impedem o reconhecimento dessas pessoas como sujeitos capazes de tomar decisões, construir projetos de vida e participar ativamente da sociedade.

Outro aspecto central de sua atuação refere-se à situação das mulheres com deficiência. Martinha destaca que esse grupo enfrenta formas específicas de desigualdade que resultam da intersecção entre gênero e deficiência. As dificuldades de acesso à educação, ao trabalho, à saúde, à vivência da sexualidade e aos mecanismos de proteção social tendem a ser ainda mais intensas para mulheres com deficiência, revelando a necessidade de políticas públicas que considerem essas múltiplas dimensões da exclusão. Ao evidenciar essas relações, sua atuação contribui para ampliar o debate sobre inclusão e para demonstrar que a luta por direitos não pode ignorar as diferentes formas de opressão que atravessam a vida das pessoas.

Sua trajetória acadêmica, política e ativista revela que a inclusão não se limita à eliminação de barreiras arquitetônicas ou à criação de recursos tecnológicos. Trata-se, sobretudo, de uma transformação cultural capaz de reconhecer a diversidade humana como um valor fundamental para a construção de sociedades democráticas. Talvez essa compreensão esteja sintetizada em uma das reflexões que orientam seu pensamento:

Quando a escola parte do princípio da igualdade entre todos e todas, reconhece diferentes saberes, amplia as formas de participação e respeita os percursos individuais, os resultados alcançados por cada pessoa deixam de ser determinados pela exclusão e passam a refletir suas possibilidades, escolhas e construções sociais.



O DIREITO DE DIZER QUEM SE É:

LEONNA MORIALE E O FEMINISMO TRANS

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.15

Poucas experiências são tão profundamente humanas quanto a de responder à pergunta “quem sou eu?”. Ainda assim, para algumas pessoas, essa resposta nunca lhes pertenceu completamente. Durante muito tempo, outros decidiram seus nomes, seus corpos, seus modos de existir e até os lugares que poderiam ocupar na sociedade. A história de Leonna Moriale nasce precisamente da recusa em permitir que essa resposta continue sendo verbalizada por outras pessoas.

Ativista trans e defensora dos direitos humanos, Leonna construiu sua atuação pública em Maringá a partir do compromisso com a população LGBTQIAPN+ e com o enfrentamento das desigualdades de gênero. Ao tornar-se a primeira mulher trans a ocupar um cargo de chefia na gestão municipal da cidade, sua presença passou a representar muito mais do que uma conquista individual. Ela abriu uma possibilidade simbólica para tantas outras pessoas que, historicamente, sequer puderam imaginar a si mesmas ocupando espaços de decisão.

Em sua trajetória, falar sobre identidade nunca significou restringir-se a conceitos. Pelo contrário, significou criar caminhos para que um contingente maior da população compreendesse a diversidade das experiências humanas sem reduzi-las a estereótipos. Por isso, quando explica as diferenças entre sexo, gênero, sexualidade e performatividade, Leonna não pretende estabelecer categorias rígidas. Seu objetivo é tornar visível aquilo que, durante muito tempo, foi confundido, julgado ou silenciado.

O sexo, explica ela, refere-se às características biológicas presentes no nascimento, como aspectos cromossômicos, hormonais e anatômicos. A identidade de gênero corresponde à maneira como cada pessoa se reconhece e se identifica socialmente. Já a orientação sexual diz respeito às relações de afeto, desejo e atração que são experimentadas ao longo da vida. Por fim, a expressão ou performatividade de gênero manifesta-se nas maneiras como esses

modos de viver são comunicados ao mundo, seja pela linguagem, pelas roupas ou pelos gestos por meio dos quais cada corpo se apresenta socialmente. Embora esses conceitos frequentemente apareçam misturados e até confundidos no debate público, compreender suas diferenças é um passo importante para construir relações mais respeitosas e reconhecer a pluralidade das existências humanas. Para Leonna, nomear corretamente essa pluralidade não é apenas uma questão de precisão conceitual; é reconhecer a existência singular de cada ente e garantir que suas experiências não sejam reduzidas a explicações simplificadas ou marcadas pelo preconceito.

Essa preocupação com as palavras também atravessa suas análises, ao mesmo tempo sensíveis e críticas, sobre os termos “travesti” e “transexual”. Para Leonna, compreender essas denominações exige olhar para a história. Durante décadas, a palavra “travesti” foi utilizada para justificar exclusões, violências e processos de marginalização. Foi a própria comunidade que transformou esse termo em um símbolo de resistência e pertencimento. Já a denominação “transexual” esteve, em muitos contextos, associada a pessoas que tiveram maior acesso econômico aos processos de transição. Hoje, embora ambos os termos sejam utilizados, conhecer essa trajetória histórica também significa reconhecer as desigualdades econômicas que marcaram diferentes experiências dentro da própria comunidade e compreender que cada pessoa tem o direito de definir a maneira como deseja ser reconhecida.

Essa valorização da autonomia também orienta sua relação com o feminismo. Leonna compreende que a luta das pessoas trans não acontece à margem das pautas feministas, mas dialoga profundamente com elas. Mulheres cis e mulheres trans enfrentam, cada uma à sua maneira, diferentes formas de controle sobre seus corpos, tentativas de limitar suas possibilidades e expectativas rígidas sobre aquilo que significa ser mulher. Reconhecer as aproximações entre as duas frentes de luta não significa apagar as especificidades de

cada experiência. Pelo contrário, implica compreender que o enfrentamento às desigualdades se fortalece quando as lutas deixam de competir entre si e passam a construir alianças. Para ela, o feminismo torna-se mais potente quando acolhe a diversidade das mulheres e reconhece que a defesa da dignidade, da autonomia e da liberdade precisa alcançar essa coletividade plural.

Em sua militância é evidente que a educação ocupa um lugar central. Explicar conceitos, recuperar histórias e indicar referências culturais são formas de ampliar o diálogo e enfrentar a desinformação que ainda alimenta preconceitos. Leonna convida outras pessoas a conhecerem narrativas produzidas por quem vive essas experiências. Mais do que recomendações culturais, essas indicações ampliam perspectivas e permitem que diferentes formas de existir sejam conhecidas por suas próprias vozes.

No entanto, talvez a passagem mais marcante de sua história não esteja em nenhuma definição. Ela aparece quando Leonna recorda um desejo da infância: ganhar uma boneca. O presente nunca veio. Durante muito tempo, essa ausência poderia ser lembrada apenas como uma frustração. Mas a vida lhe permitiu ressignificar esse episódio de uma maneira profundamente simbólica. Ao olhar para sua própria trajetória, ela afirma: “Eu tive um sonho, eu queria uma boneca e não me deram a boneca. Hoje, eu sou a boneca que eu queria ter.” Essa afirmação ultrapassou a mera lembrança de um brinquedo e possibilitou fazer da sua existência um brincar povoado de criação, vida e intensidade. É nessa perspectiva que reconhece uma infância atravessada por expectativas que não correspondiam àquilo que sentia, mas desde a qual conquistou a coragem de construir uma história militante, capaz de transformar dor em afirmação. Tornar-se a “boneca que queria ter” é, ao mesmo tempo, recuperar um sonho interrompido e reivindicar o direito de existir sem precisar corresponder às narrativas que outras pessoas escreveram para sua vida.

Ao final, Leonna deixa uma mensagem simples: “Eu desejo que você tenha de sucesso os seus sonhos coroados”. O desejo parece dirigido a cada pessoa que a escuta, mas também à sociedade como um todo. Coroar sonhos significa construir um mundo onde ninguém precise esconder quem é para ser aceito, onde crianças possam crescer sem que suas preferências e sonhos sejam motivo de vergonha ou violência e onde a diversidade seja compreendida como parte da experiência humana, e não como exceção. A história de Leonna Moriale lembra que identidade não é algo concedido por outras pessoas, nem um privilégio reservado a poucos. É um direito. Um direito de existir, de ser reconhecida, de ocupar espaços e de narrar a própria vida. Talvez seja isso que sua trajetória ensine: a ideia de que quando uma pessoa conquista a liberdade de dizer e viver quem é, abre caminho para que muitas outras descubram que também podem escrever e criar a própria história.



**ALICIA GOMES E AS CONEXÕES
ENTRE LIBERDADE,
ARTE E RESISTÊNCIA**

Marina Berg Araujo

DOI: [10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.16](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.16)

As histórias de luta e transformação nem sempre nascem nos espaços tradicionalmente reconhecidos como políticos. Muitas vezes, elas emergem das experiências cotidianas, das memórias familiares, das perdas e das estratégias criadas para sobreviver e resistir em contextos marcados pela desigualdade. A trajetória de Alicia Gomes é uma dessas histórias. Artista visual, educadora e ativista, ela construiu sua caminhada transformando a arte em linguagem de denúncia, memória e emancipação.

Formada em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Alicia é idealizadora do projeto denominado Liberdade, Igualdade e Conhecimento (LIC), iniciativa na qual utiliza a arte como estratégia de reflexão crítica e transformação social. Sua produção artística dialoga diretamente com temas como racismo, violência policial, encarceramento, periferia e direitos humanos, questões que atravessam não apenas sua obra, mas também sua própria história de vida.

A relação de Alicia com a arte começou muito cedo. Desde criança, desenhar era uma atividade constante, um momento de criação e expressão que a acompanhava em seu cotidiano. Crescendo na periferia, ela conviveu desde pequena com realidades que marcariam profundamente sua visão de mundo. Em seu território, a violência policial direcionada à população negra não era percebida como rara, mas como uma experiência recorrente e compartilhada por muitas famílias.

Uma das marcas mais profundas de sua trajetória foi a perda de um tio, vítima da violência policial. A dor dessa perda remetia a um vínculo afetivo especial: ele, assim como Alicia, gostava de desenhar. A partir desse fato, a arte passou a assumir novos significados em sua vida. Mais do que uma forma de expressão, tornou-se uma possibilidade de resgatar as memórias, uma maneira de manter vivas histórias que não poderiam ser esquecidas. Em seus traços,

apareciam afetos, lembranças e a recusa em permitir que determinadas vidas fossem apagadas pelo silêncio.

Foi também durante a infância que Alicia começou a perceber as manifestações do racismo em seu cotidiano. As diferenças de tratamento, os estereótipos e as desigualdades direcionadas às pessoas negras despertaram questionamentos que se aprofundariam ao longo dos anos. Aos poucos, essa percepção transformou-se em consciência racial e passou a orientar sua produção artística. Em suas obras, os corpos negros ocupam lugar central. Não aparecem apenas como alvos das violências produzidas por relações racistas, mas como sujeitos de existência, potência e resistência. Sua arte questiona os modos pelos quais a sociedade constrói desigualdades e denuncia os mecanismos que produzem exclusão, criminalização e invisibilidade. Ao mesmo tempo, afirma a dignidade e a humanidade daqueles que historicamente foram silenciados.

A trajetória educacional de Alicia também representa uma importante ruptura de barreiras sociais. Ela foi a primeira pessoa de sua família a ingressar no ensino superior e a acessar a psicoterapia. Essas conquistas ampliaram suas possibilidades de análise sobre si mesma e sobre os contextos históricos e sociais que atravessavam sua experiência. Durante sua formação universitária, participou do projeto de extensão denominado “Grades em Transgressão”, iniciativa que promove ações artísticas em espaços de privação de liberdade. A experiência foi decisiva para ampliar suas obras sobre encarceramento, justiça social e direitos humanos. O contato com pessoas privadas de liberdade permitiu compreender de forma mais profunda as relações entre desigualdade social, racismo histórico e sistema penal. Esse aprendizado influenciou diretamente sua produção artística. Ainda durante a graduação, Alicia realizou a exposição intitulada “Consciência por Trás das Grades”, organizada dentro de uma unidade prisional. A proposta carregava o simbolismo de levar a arte, frequentemente associada à criação e à liberdade, para um

espaço marcado pelo confinamento e pela restrição de direitos. Ela conta que a experiência foi transformadora. Mais do que expor obras, a iniciativa possibilitou encontros, diálogos e reflexões sobre humanidade, dignidade e pertencimento. Para Alicia, a arte possui a capacidade de atravessar muros físicos e simbólicos, criando possibilidades de expressão mesmo em contextos de extrema limitação.

Ao longo de sua trajetória, desenvolveu uma leitura crítica sobre os mecanismos que produzem desigualdades sociais. Destaca que os sistemas de opressão não atuam apenas por meio da privação econômica, mas também através da pretensão de controle sobre as possibilidades de imaginar, criar e projetar futuros diferentes. As limitações impostas às populações periféricas e negras afetam não apenas suas condições materiais de existência, mas também suas oportunidades de desenvolvimento, reconhecimento e participação social. Essa compreensão orienta sua atuação atual. Por meio do Projeto LIC, Alicia desenvolve ações educativas e artísticas com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Seu trabalho parte do entendimento de que a arte pode funcionar como uma estratégia de reconstrução de trajetórias, fortalecimento da autoestima e ampliação das possibilidades de vida.

Ao criar espaços de escuta, criatividade e expressão, ela busca oferecer aos jovens oportunidades de narrar suas próprias histórias e produzir novas formas de compreender a si mesmos e o mundo. Nesse contexto, a arte deixa de ser apenas uma manifestação estética para se tornar uma prática política de transformação social e construção de cidadania. Sua atuação demonstra que a arte possui um papel fundamental na disputa por narrativas. Ela pode denunciar injustiças, preservar memórias e criar possibilidades de futuro. Pode transformar experiências individuais em ações coletivas e abrir caminhos para que sujeitos historicamente marginalizados tenham suas vozes reconhecidas.

Alicia reafirma a importância de compreender as desigualdades como fenômenos históricos e políticos. Ela sintetiza sua trajetória da seguinte maneira: "Se falta comida na sua mesa, não agradeça: revolte-se. Revolte-se contra os colonizadores que roubaram a terra dos seus avós, que plantavam para comer e construíam para viver". Sua fala não é apenas uma provocação, mas um convite à análise sobre as raízes históricas das desigualdades contemporâneas. Ela expressa a compreensão de que a pobreza, a exclusão e a violência não são acidentes individuais, mas consequências de processos históricos que continuam produzindo impactos sobre determinados grupos sociais.



ONDE A RESISTÊNCIA CONECTA:

GILZA FERREIRA KAINGANG E AS
ENCRUZILHADAS ENTRE PERTENCIMENTO,
EDUCAÇÃO E LUTA COLETIVA

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.17

Algumas existências deixam entrever que ocupar um espaço vai muito além de estar nele presente. Para Gilza, uma mulher Kaingang, assistente social, mestre e doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), a academia nunca foi apenas um lugar de formação profissional. Ela se tornou um cenário de descobertas, desafios e, sobretudo, da afirmação de um pertencimento que durante muito tempo foi negado aos povos indígenas.

Ao chegar à universidade, encontrou uma população que ainda sabia pouco sobre quem eram os estudantes indígenas e as diferentes realidades que carregavam consigo. Não demorou para perceber que permanecer ali exigiria mais do que dedicação aos estudos: era preciso enfrentar barreiras invisíveis, questionar valores naturalizados e, ao mesmo tempo, construir formas de seguir adiante sem renunciar à sua origem ética, cultural e social. Foi nesse percurso que encontrou outras pessoas vivendo experiências semelhantes. Entre conversas, trocas e organização coletiva, surgiu algo que mudaria sua forma de enxergar aquele espaço. Aos poucos, compreendeu que não estava ocupando um lugar que lhe havia sido concedido, mas sim exercendo um direito conquistado por gerações de lideranças indígenas que a antecederam. Conhecer a história das mobilizações que garantiram o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas na Constituição Federal de 1988 transformou sua permanência na universidade em algo muito maior do que uma realização individual. Estar ali significava dar continuidade a uma luta histórica construída coletivamente e florescer.

Essa posição política também modificou sua maneira de olhar para quem a sucedia. Hoje, atuando como assistente social na própria universidade, Gilza percebe o impacto que a representatividade indígena exerce sobre os novos estudantes. Atuar profissionalmente na companhia de professoras, psicólogas ou assistentes sociais indígenas rompe com a ideia de que certos lugares já estão predeterminados. A simples presença dessa pluralidade comunica algo poderoso: você também pode estar aqui.

Para Gilza, chegar à universidade nunca foi suficiente. Ela faz questão de lembrar que o acesso só se torna um direito efetivo quando existe a possibilidade real de permanecer. Ao longo dos anos, estudantes indígenas conquistaram políticas públicas importantes, como moradia estudantil, bolsas, alimentação e auxílios que atendem a suas especificidades. Essas conquistas nasceram da mobilização coletiva e do reconhecimento de que muitos estudantes indígenas deixam suas comunidades acompanhados de suas famílias e enfrentam desafios bastante diferentes daqueles vividos pela maioria dos estudantes não indígenas.

Ao narrar sua caminhada, Gilza lembra as marcas deixadas pelo racismo, que nem sempre se apresenta de forma explícita. Muitas vezes aparece em comentários aparentemente inofensivos, em estereótipos repetidos ou na desconfiança em relação aos conhecimentos produzidos pelos povos indígenas. Durante muito tempo, essas situações lhe pareciam apenas desconfortos corriqueiros. Com o passar dos anos, entretanto, ela compreendeu que essas práticas não atingiam apenas sua história pessoal, mas carregavam séculos de desqualificação e incompreensão acerca das singularidades indígenas. Foi justamente dessa compreensão que surgiu outra dimensão importante de sua atuação. Em vez de responder ao preconceito apenas com indignação, passou a enxergar nessas atitudes oportunidades para dialogar. Comentários como “você nem tem cara de índia” deixaram de ser apenas ofensivos e passaram a revelar o quanto a sociedade ainda conhece pouco a cultura, os modos de vida e as características dos povos originários. Aproveitar cada oportunidade para ensinar que a existência indígena não remete apenas a características físicas, mas implica pertencimento a um povo, história compartilhada e cultura viva tornou-se parte de seu cotidiano. Para Gilza, transformar o desconhecimento em aprendizado também é uma forma de resistência.

Ao falar sobre ser uma mulher Kaingang, ela reconhece que diferentes formas de violência atravessaram sua experiência:

o racismo se somou às desigualdades de gênero e às heranças do patriarcado, fortalecidas pelos processos de colonização. Ainda que marcada por dificuldades, a narrativa de seu caminho não se fixa na dor. Ela prefere destacar a potência das mulheres indígenas, que seguem sustentando suas comunidades, preservando conhecimentos ancestrais, criando redes de apoio e ocupando lugares dos quais foram historicamente excluídas.

Há um fio que atravessa a história de Gilza: a certeza de que nenhuma conquista acontece sozinha. Cada porta aberta na universidade carrega a memória daqueles que vieram antes e amplia as possibilidades para quem ainda está por chegar. Sua presença reafirma que a universidade também é território indígena e que os saberes dos povos originários compõem, legitimamente, os espaços de produção do conhecimento.

Gilza também compartilha um ensinamento herdado de seu povo Kaingang, transmitido por sua Mãe Véia, que lhe ensinou nunca perder de vista suas raízes, sua história e seu pertencimento. É nesse ensinamento que orienta sua forma de existir e de ocupar o mundo: “Nunca se esqueça de quem você é, quem são os seus e de onde você vem”.

Mais do que um enunciado, esse ensinamento revela a importância do pertencimento, da memória e da coletividade. Talvez seja justamente por isso que sua história não fale apenas sobre permanência na universidade, mas sobre manter vivas as próprias raízes enquanto abre caminhos para que outras pessoas indígenas possam chegar, aldear e seguir adiante. Afinal, as encruzilhadas de Gilza demonstram que reconhecer de onde se vem também é uma forma de construir o futuro.

Parte

IV

**TERRITÓRIOS, COMUNIDADES
E MOVIMENTOS POPULARES**

TERRITÓRIOS, COMUNIDADES E MOVIMENTOS POPULARES

Anderson Luis Schuck

Como a luta das mulheres nos ensina sobre outros modos de habitar o mundo que vivemos? Tal questão perpassou os diálogos e os modos de escuta com as mulheres ativistas que compõem a escrita deste livro, entre afetos compartilhados e anúncios de horizontes (im)pensados. De modo transversal, nas resistências contra processos de exclusão, violência e vulnerabilização, emergem corpos políticos que, em aliança, movimentam outros espaços e tempos para existir e viver. Nessa direção, pretendo compor reflexões com essas mulheres obstinadas, questionando as imposições, cercamentos e subordinações que degradam suas vidas e suas comunidades. Nas tentativas de sobrevivência ao produzir uma vida ruim, essas mulheres mostram caminhos para aprender a cultivar as relações, fazer florescer o cuidado, reconhecer as forças coletivas e seguir inventando novos futuros.

Para mantermos os imaginários de futuros possíveis, antes precisamos pensar sobre o mundo que nos foi dado, interrogando os processos históricos que provocam bloqueios e esgotamentos das condições ambientais, sociais e políticas de nossas vidas corporificadas. Nas falas e gestos das mulheres ativistas, entre revoltas e sinais das dores vividas, acompanhamos relatos que retratam desafios para encontrar um lugar para viver, morar e produzir, a ausência de direitos e o silêncio daqueles que poderiam oferecer proteção e abrigo, e a sensação de que as saídas são poucas frente ao que expõe os corpos a agressões e vulnerabilidades acentuadas. Como

refere Jota Mombaça (2021), precisamos produzir cartografias das vidas quebradas pela violência normalizadora do capitalismo, da colonialidade, branquitude e cisheteropatriarcado, de quem segue sobrevivendo nos escombros e batalhando contra o mundo.

Para Silvia Federici (2020), precisamos reconhecer que as mulheres são protagonistas nas lutas por mudanças contra as formas hegemônicas do capitalismo na América Latina, com suas políticas extrativistas, assistencialistas e de dependência econômica, disfarçadas de modernização e avanço da mercantilização. Por sofrerem as consequências diretas das crises econômicas e do terrorismo de estado que afetam suas comunidades, as mulheres do campo e cidade têm se reorganizado em redes comunitárias, cooperativas e formas mais autônomas de reprodução social, transformando seus territórios em espaços de resistência a essa exploração. Buscam fortalecer estratégias frente ao desemprego, à falta de moradia digna, ao empobrecimento, à precarização de serviços públicos, às diversas violências e violações. Para a autora, as relações e redes constituídas pelas mulheres latino-americanas revelam um feminismo comunitário, que produz e preserva conhecimentos tradicionais, enfrenta as barreiras do medo que domina seus territórios e busca formas para regeneração da terra e da vida.

Ao lutarem pelo compartilhamento das riquezas e modos autônomos de reprodução social, as mulheres têm radicalizado a política para resistir ao que insiste na não sobrevivência. Como expõe Sara Ahmed (2022), a sobrevivência não se refere apenas à continuidade da vida, mas de manter a esperança e a se engajar com projetos compartilhados para garantir a vida umas das outras, uma luta política de quem sabe que pode não estar destinada a viver. A ideia de viver no limite da precariedade, para Judith Butler (2018), compreende uma biopolítica que organiza e expõe determinadas vidas à condição precária, uma valoração diferencial, de quem é digno de direitos, liberdade e representação política, e de quem não será passível de luto, uma vida abandonada e perdida, sem certeza

da comida, abrigo e proteção. Essas vidas atravessadas por valores diferenciais podem ser sentidas nas palavras de Audre Lorde (1978), no poema “Uma ladainha para a sobrevivência”, publicado originalmente na coletânea *The Black Unicorn*:

Para aquelas de nós que vivem nas margens
em pé, frente às arestas constantes da decisão
crucial e solitária
para aquelas de nós que não podem se dar ao luxo
dos sonhos passageiros da escolha
[...]
e quando falamos temos medo
de que nossas palavras não sejam ouvidas
nem acolhidas
mas quando estamos em silêncio
ainda temos medo.
Então é melhor falar
lembrando
que nunca fomos feitas para sobreviver
(Traduzido pelo autor).

Mulheres ativistas contam das suas estratégias e protestos frente ao que impede a vida de sobreviver, quando expostas a contextos como violência de gênero, a imigração e deslocamento forçado, a ausência de terra para morar e produzir, a exigência de internalizar a dor e o medo, entre outros modos de silenciamento e opressão. Contudo, demonstram também a existência de gestos de apoio, conexões com outras pessoas, formas de se movimentar com criatividade ao que antes parecia uma sentença. Entendem que o sofrimento não é individual, que o autocuidado não é algo solitário, e que para perseguir uma vida boa precisam estabelecer relações de cuidado mútuo, produzindo um comum que amplia as potências de agir e de criação de modos de vida compartilhados e plurais, novas comunidades.

Mas entre os movimentos de luta para romper com os silêncios normalizadores, acompanhamos a intensificação de estratégias reacionárias que buscam taxar as mulheres de subversivas, perigosas, perversas, abusadas, bruxas, feministas... São discursos e sentimentos que revelam os esforços e expectativas de quem as mulheres deveriam ser e como viver suas vidas. Ahmed (2022) refere que ao se compreender como uma menina obstinada, logo percebeu as reações negativas que associavam tal postura à desobediência, como se “deixasse a desejar” por ter vontade própria, questão que era percebida de modo diferente quando associada aos comportamentos dos meninos. Aprendeu que a consequência da obstinação seria a infelicidade ou a morte, ou seja, ser uma feminista obstinada se tornava um problema para si própria e uma estraga-prazeres ao causar a infelicidade dos outros.

Outrossim, ao serem acusadas de obstinadas, tornam-se objetos de uma série de aparatos disciplinadores, uma violência direcionada que castiga e busca corrigir as mulheres por sua subjetividade (Ahmed, 2022). Mas, frente a isso, o feminismo pode se configurar uma forma de aquisição de voz e recusa desta violência. Ao reivindicar a obstinação, podem transcender os cercamentos que mantêm a subordinação. Sobre isso, Lorde (2019) defende que o silêncio não protegeu as mulheres de realidades desiguais e violentas, e que mesmo se forem acusadas de reagir com raiva por se revoltarem contra injustiças, isso é diferente do ódio opressor mortalmente dirigido aos seus corpos.

A raiva como afeto obstinado pode funcionar como uma “corrente elétrica” que conecta outras mulheres, enquanto vontade por tomar parte no mundo. Possibilita a reunião de corpos precários em aliança contra os regimes sociais, econômicos e subjetivos que trabalham contra as vidas diversas (Butler, 2018). Essa força coletiva implica compromissos éticos e políticos que reconheçam a interdependência, baseados na solidariedade e na responsabilidade mútua, contra uma noção capitalista de individualidade e autossuficiência,

fazendo com que as diferenças possam coexistir em liberdade. Sobre isso, Lorde (2019, p. 166) adverte:

Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas. E não sou livre enquanto uma pessoa de cor permanecer acorrentada. Nem é livre nenhuma de vocês.

Contra as amarras da pobreza, violência estatal, racismo, sexismo e demais opressões interseccionais, as mulheres unem a luta por liberdade com a justiça social. Os vínculos e alianças transformam as experiências de vulnerabilização em processos de resistência, em ação política coletiva. Para tanto, ocupam as ruas, praças, outros espaços públicos e a posse de terras que não cumprem sua função social, constituindo e/ou fortalecendo a luta de movimentos populares. São mulheres negras, indígenas, camponesas, LGBTQIAPN+, entre outras diversas formas de agência, que contestam os desconfortos, feridas e incertezas para estar junto criando um outro modo de habitar o mundo (Mombaça, 2021). Nos ensinam a confrontar o desencantamento do que nos foi dado e imaginar outros horizontes de futuro.

Dos aprendizados com as mulheres ativistas, se configuram possíveis caminhos: a vontade por transformação social emerge da organização popular, da produção de um comum; na recusa dos modos de dominação coloniais, capitalistas e cisheteropatriarcais que precarizam as vidas, se agenciam formas coletivas de resistência, solidariedade e sobrevivência; as mulheres ativistas são protagonistas nos processos de ação coletiva, construindo vínculos comunitários e a produção de formas alternativas de viver; todo cuidado é inseparável do cuidado mútuo, que fortalece a potência para agir e criar novas formas de perseguir uma vida boa. E ainda, entre silenciamentos e acusações de desobediência, mulheres obstinadas anunciam que *"só há revolução quando há amor, por nós mesmas"* (Leão, 2017, p. 21).

Falando sobre amor, bell hooks (2025) apresenta mais um elemento para a resistência feminista: o que significa amar homens numa cultura patriarcal? Sobre isso, a autora reflete que esse sistema social e político de dominação faz com que mulheres sintam raiva, dor e decepção com os homens que fazem parte de suas vidas, medo de vivenciar e expressar o amor sem sofrer com a exploração e opressão. De outro lado, o patriarcado exige que os homens provem seu valor e merecimento, o que os impede de se conhecer, revelar sua vulnerabilidade e deixar o desejo de dominação para poder amar. Para a autora, o medo impede mulheres de conversar e se aproximar dos homens, e estes de demonstrar seus anseios por se conectar, amar e ser amados. Eis o desafio: fazer com que os homens queiram mudar, tornando-se companheiros para romper com as violências cotidianas, e que possam se engajar na luta antipatriarcal.

O amor das mulheres na minha vida faz com que eu queira mudar. A escuta da luta das mulheres ativistas mobiliza vontade por maior igualdade nas relações de gênero. Convoca os homens para ampliar pautas, demandas e formas de articulação coletiva frente às injustiças e à precariedade vivida nas comunidades. Mas também lembra aos homens que eles precisam rever as agressões cotidianas e as hierarquias que sustentam privilégios do cisheteropatriarcado racista, com suas exigências de controle dos corpos de mulheres e meninas. Enfim, homens demonstram, em muitos contextos, que não sabem como amar, e, conforme hooks (2025), o amor das mulheres não salva nenhum homem, mas pode oferecer caminhos para curar feridas, uma vez que eles precisam salvar a si mesmos quando afirmam a vontade de mudar.

Enquanto homem, integrante deste projeto, pude compreender a partir da escuta e dos diálogos compartilhados com as mulheres ativistas, a importância da composição das lutas e afetos, não enquanto uma suposta identidade ou interesses comuns, mas das conexões e agenciamentos que criam possibilidades de vivermos uns com outros, sem medo e em condições de liberdade. Para além

dos cercamentos que insistem no binarismo de gênero e suas opressões interseccionais, nossa pretensão coletiva é construir comunidades que movimentam resistências ao que impede a vida de florescer com dignidade e proteção. Frente a isso, a vontade de mudar, o cuidado mútuo, o amor cultivado entre nós, a obstinação que provoca o reencantamento no mundo são algumas das ferramentas que nos servem de aprendizado para seguir vivendo entre mundos.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina. Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2020.

HOOKS, bell. *A vontade de mudar: homens, masculinidade e amor*. São Paulo: Elefante, 2025.

LEÃO, Ryane. *Tudo nela brilha e queima: poemas de luta e amor*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. A litany for survival. In: LORDE, Audre. *The black unicorn: poems*. New York: W. W. Norton & Company, 1978. p. 31-32.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.



**SARA TONINATO
E AS OCUPAÇÕES URBANAS:**

DESAFIOS ENFRENTADOS PELO DIREITO À MORADIA

Marina Berg Araujo

As cidades costumam ser apresentadas como símbolos de oportunidades e progresso. Por trás dessa imagem, entretanto, existe uma realidade marcada por profundas desigualdades no acesso ao espaço urbano. Enquanto terrenos permanecem vazios e imóveis acumulam valor sem cumprir qualquer função social, milhares de famílias enfrentam diariamente a insegurança de não possuir um lugar para viver. Nesse contexto, as ocupações urbanas emergem não apenas como resposta à ausência de políticas habitacionais efetivas, mas também como formas de organização coletiva que desafiam a exclusão social e reivindicam o direito de existir na cidade. É nesse cenário que a atuação de Sara Toninato junto à ocupação Flores do Campo, em Londrina, revela como a luta pela moradia pode se transformar em uma poderosa construção de cidadania, pertencimento e participação política.

Psicóloga, especialista em Psicologia Clínica Psicanalítica pela Universidade Estadual de Londrina e mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, Sara construiu sua jornada profissional junto a movimentos populares e comunidades urbanas organizadas. Seu encontro com a ocupação Flores do Campo aconteceu há aproximadamente nove anos. Inicialmente, sua presença no território estava vinculada ao acompanhamento de um jovem em situação de vulnerabilidade social. Porém, o que era para ter sido apenas uma intervenção pontual tornou-se uma experiência de longa duração, marcada por aprendizado mútuo e envolvimento comunitário.

Ao chegar à ocupação, ela se deparou com uma realidade atravessada por dificuldades de infraestrutura e de materiais. No entanto, o que mais chamou sua atenção não foi isso, mas sim a capacidade organizativa dos próprios moradores. Em meio a tantas limitações, a comunidade construía soluções coletivas para problemas do cotidiano. Antes mesmo da presença de profissionais ou da implementação de políticas públicas, os moradores identificavam as necessidades comuns e iniciavam um processo para atendê-las. Um episódio marcante para Sara foi a transformação de um barracão em

uma creche comunitária. Como as mães precisavam trabalhar e não havia com quem deixar seus filhos, a ocupação se organizou para resolver essa demanda.

Essa experiência alterou a maneira como Sara compreendia seu papel enquanto psicóloga. Na Psicologia Social Comunitária, a intervenção não se orienta pela ideia de que profissionais levam soluções prontas para comunidades vulneráveis. Pelo contrário, parte-se do reconhecimento de que os grupos sociais possuem conhecimentos, experiências e potências próprias para enfrentar seus desafios. O trabalho consiste em fortalecer processos já existentes e validar essas potencializações. Foi com essa perspectiva que Sara passou a atuar junto ao Flores do Campo. Por meio de assembleias semanais, identificação de lideranças, rodas de conversa e estratégias de mobilização coletiva, os moradores construíram espaços de diálogo e tomada de decisão.

Os resultados desse processo começaram a aparecer lentamente, mas de maneira concreta. A comunidade conquistou melhorias importantes relacionadas ao transporte público, à instalação de equipamentos básicos e à ampliação da presença do poder público no território. Entre as conquistas mais significativas está a criação da Associação de Moradores, instrumento fundamental para a organização comunitária e para os processos de regularização da ocupação.

As transformações observadas não se restringem às condições materiais de vida. Para Sara, uma das mudanças mais importantes ocorreu na maneira como os próprios moradores passaram a compreender sua situação. Muitas famílias chegavam ao território carregando discursos que as colocavam na posição de invasoras de um local que não lhes pertencia. Com o fortalecimento dos debates coletivos e o acesso à informação sobre direitos sociais, a comunidade começou a compreender a dimensão política da ocupação, uma vez que o Flores do Campo foi constituído em uma área que permaneceu abandonada durante anos, sem cumprir sua função

social. Assim, a ocupação não significou retirar de alguém aquilo que estava sendo utilizado, mas reivindicar a destinação social de um espaço que era ocioso. Essa compreensão encontrou respaldo na legislação brasileira, que reconhece a função social da propriedade e o direito à moradia como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade democrática.

A experiência do Flores do Campo também permitiu que seus moradores percebessem que sua realidade não era isolada. A aproximação com o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD), trazida por Sara, ampliou os horizontes da luta local, revelando que os desafios enfrentados em Londrina eram compartilhados por inúmeras famílias brasileiras. Problemas relacionados à moradia, ao acesso a serviços públicos e à exclusão social apareciam em diferentes regiões do país, demonstrando que as dificuldades vivenciadas não resultavam de falhas individuais, mas de processos graves de desigualdade.

Ao reconhecerem essa dimensão coletiva, os moradores passaram a compreender sua luta como parte de um movimento mais amplo. A reivindicação por moradia deixou de ser apenas uma necessidade imediata e passou a integrar uma agenda nacional de defesa dos direitos sociais. Contudo, construir direitos não significa ausência de conflitos. Sara destaca que um dos principais obstáculos enfrentados pelas ocupações urbanas é o preconceito. Frequentemente, moradores desses territórios são associados à criminalidade, à desordem ou à ilegalidade. Esses estigmas produzem consequências concretas, afetando oportunidades de trabalho, relações sociais e a forma como essas comunidades são tratadas pelas instituições públicas. O preconceito não atinge apenas os moradores; pessoas que atuam em apoio às ocupações também costumam ser alvo de críticas e questionamentos. Essa realidade evidencia que a exclusão social não opera apenas por meio da privação material, mas também por narrativas que deslegitimam determinados grupos sociais.

Apesar dessas dificuldades, Sara afirma assumir com orgulho os termos militante e ativista. Para ela, militar não significa falar pelas pessoas ou ocupar seu lugar de fala. Significa acreditar na capacidade coletiva de transformação e contribuir para que comunidades reconheçam sua própria força. A história de Sara no Flores do Campo mostra que moradia não se resume a paredes, telhados ou documentos de propriedade. Morar envolve pertencimento, segurança, reconhecimento e possibilidade de construir projetos de vida. É nesse sentido que a luta por moradia se torna também uma luta por cidadania. Talvez seja justamente por isso que Sara insiste: "Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito." Essa afirmação expressa uma crítica às desigualdades que organizam as cidades brasileiras e, ao mesmo tempo, uma defesa da organização coletiva como caminho para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.



**QUANDO UM TERRITÓRIO
APRENDE A FLORESCER:**

VANESSA ROCHA E A FORÇA DA COMUNIDADE

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.20

As cidades, com suas divisões urbanísticas, marcam lugares que costumam ser definidos por aquilo que lhes falta: infraestrutura, serviços públicos, espaços de convivência e oportunidades. Mas há também quem escolhe olhar para esses mesmos lugares a partir do que eles são capazes de construir. É assim que Vanessa Rocha enxerga o Residencial Vista Bela, bairro periférico localizado na cidade de Londrina. Assistente social, mestre em Política Social e Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e moradora do bairro, ela aprendeu que transformar um território começa quando seus moradores deixam de ser vistos como destinatários de políticas públicas e passam a ser reconhecidos como protagonistas de sua própria história.

O Vista Bela nasceu por meio do programa do governo federal denominado “Minha Casa Minha Vida” e ofereceu a centenas de famílias a possibilidade de conquistar uma moradia. As chaves das casas, no entanto, não abriram as portas para uma vida plena. Ao chegar ao bairro, os moradores não encontraram os equipamentos públicos necessários para suprir suas necessidades cotidianas. Faltavam escolas, unidades de saúde, espaços de convivência e tantos outros serviços que tornam uma cidade verdadeiramente habitável. Diante dessa realidade, tornou-se evidente que a conquista da casa era apenas o primeiro passo. Era preciso, então, lutar para que o direito à moradia fosse acompanhado pelo direito à cidade.

Foi encarando essa difícil realidade que, em 2016, nasceu o Coletivo Popular Vista Bela em Movimento. O que começou como uma mobilização pela ampliação do acesso à educação rapidamente se transformou em articulação comunitária, reunindo moradores em torno de diferentes necessidades compartilhadas. Aos poucos, reivindicar deixou de significar apenas denunciar ausências. Passou a representar também a construção de vínculos, o fortalecimento comunitário e a descoberta de que problemas coletivos exigem respostas igualmente coletivas.

Com o passar dos anos, o bairro foi mudando. Hoje, onde antes havia carências diversas, existem escolas, unidades de educação infantil, posto de saúde e serviços de convivência. Vanessa faz questão de lembrar que nenhuma dessas transformações aconteceu por acaso. Cada conquista foi resultado de reuniões, assembleias, manifestações, diálogos e, principalmente, da persistência de moradores que se recusaram a aceitar que morar na periferia significasse viver com menos direitos. Em sua narrativa, essas mudanças não aparecem como concessões do poder público, mas como frutos da organização popular.

Ao mesmo tempo, Vanessa compreendeu que transformar um território também implica criar espaços capazes de fortalecer os vínculos afetivos da vida cotidiana. Foi assim que surgiram iniciativas para instaurar a biblioteca comunitária, a cozinha solidária e as oficinas de escrivência. Mais do que projetos sociais, esses espaços tornaram-se lugares de encontros e trocas. Na biblioteca, crianças, jovens e adultos descobrem e inventam suas histórias. Na cozinha, o alimento é compartilhado e fortalecido com o convívio. Nas oficinas, moradores aprendem a reconhecer que suas experiências também carregam valor, memória e conhecimento. Contar a própria história passou a ser, igualmente, uma forma de resistir.

Foi desse mesmo compromisso com a comunidade que nasceu o projeto denominado Horta Comunitária Carolinas. Sua realização pauta-se na escuta das necessidades dos moradores do próprio bairro e ganhou forma pelas mãos da comunidade. Diante da demora de ação do poder público, moradores organizaram canteiros, implantaram sistemas de irrigação e passaram a cultivar alimentos livres de agrotóxicos. Com o tempo, a horta deixou de ser apenas um espaço de produção de alimentos. Tornou-se um lugar de convivência, aprendizado e cuidado compartilhado, beneficiando centenas de famílias e mostrando que cultivar a terra também pode significar cultivar relações.

Ao falar sobre esse projeto, Vanessa costuma estabelecer um contraste que sintetiza sua maneira de compreender a coexistência de dois espaços presentes no mesmo bairro: a Horta (construída pela articulação popular e coletiva) e o Ecoponto (espaço reservado pela prefeitura para descartar resíduos da cidade que não podem ser direcionados ao lixo comum). Ocorre que, enquanto a Horta Comunitária produz alimento, encontros e potencialização, o Ecoponto produz cotidianamente fumaça, poluição e riscos à saúde. Os frequentes incêndios e seus impactos ambientais evidenciam como as decisões político-governamentais sobre o espaço urbano nem sempre favorecem de modo igualitário as periferias e as outras partes da cidade. Ao colocar lado a lado esses dois espaços, Vanessa convida a analisar criticamente quais formas de vida uma sociedade decide cultivar e quais destina à desagregação.

Apesar de ser reconhecida como uma importante liderança comunitária, Vanessa rejeita a ideia de protagonismo individual. Em sua fala, o “eu” quase sempre dá lugar ao “nós”. Ela insiste que nenhuma transformação acontece pelas mãos de uma única pessoa e que cada conquista do Vista Bela foi construída pela disposição de muitos moradores em sonhar, planejar e agir juntos. Talvez por isso sua história seja, antes de tudo, a história de uma comunidade que aprendeu a reconhecer sua própria força.

Não por acaso, Vanessa insiste: “A vida só faz sentido na coletividade”. Mais do que uma convicção pessoal, essas palavras dão concretude a uma maneira conectiva de habitar o mundo. Elas lembram que um bairro não é feito apenas de ruas e casas, mas das relações que seus moradores constroem entre si. Quando as pessoas se reconhecem como parte de uma mesma história, até os territórios mais marcados por vulnerabilidades podem florescer.

A portrait of Cassiana Macedo, a woman with long, curly brown hair, wearing a red top and a yellow shawl. The background is a dark, textured red. The portrait is rendered in a halftone or dithered style.

AS VINCULAÇÕES DE CASSIANA MACEDO COM A LUTA COLETIVA DO MST

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.21

A história dos movimentos sociais é também a história dos sonhos que atravessam gerações. Muitas vezes, uma luta coletiva nasce de experiências familiares marcadas por perdas, deslocamentos e pela busca por melhores condições de existência. A trajetória de Cassiana Macedo ilustra como a relação com a terra ultrapassa a dimensão econômica e se conecta a questões de pertencimento, memória e justiça social.

Cassiana é mulher Sem Terra, mãe e profissional da área da Contabilidade. Sua história está profundamente ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organização social que atua na luta pela democratização do acesso à terra no Brasil. Mais do que uma participante do movimento, ela representa uma geração que herdou sonhos interrompidos e decidiu transformá-los em projetos coletivos de vida. Segundo Cassiana, o MST tem como principal objetivo lutar pela reforma agrária e pelo acesso democrático à terra. Para isso, organiza famílias trabalhadoras em processos de mobilização voltados à ocupação de áreas improdutivas ou que apresentem irregularidades jurídicas, pressionando o Estado a cumprir sua função constitucional.

Diferentemente de muitas interpretações difundidas pelo senso comum, a luta do movimento não se fundamenta na ilegalidade, mas em dispositivos previstos na legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 184, que a União pode desapropriar imóveis rurais que não cumpram sua função social para destiná-los à reforma agrária. Essa função social está relacionada não apenas à produtividade da terra, mas também ao respeito às legislações trabalhistas e ambientais. Dessa forma, a reivindicação realizada pelos trabalhadores rurais encontra respaldo jurídico e está vinculada à defesa de um direito constitucionalmente garantido.

Para compreender a trajetória de Cassiana, é necessário voltar algumas décadas no tempo e conhecer a história que antecede sua militância. A participação no movimento começa antes mesmo

de seu nascimento e remete ao sonho de sua mãe, surgido ainda na adolescência, de possuir um pedaço de terra para viver, trabalhar e construir uma vida satisfatória. Naquele momento, a família teve de deixar as terras onde vivia devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O deslocamento forçado provocou mudanças profundas. A transferência para a cidade significou muito mais do que uma alteração geográfica; representou a ruptura com um modo de vida, com práticas culturais e com vínculos afetivos construídos em torno da terra. O espaço que antes garantia sustento também era fonte de pertencimento, reconhecimento social e memória familiar.

Foi nesse contexto que Cassiana cresceu, vendo o sonho da mãe tornar-se parte de sua história. Aquilo que inicialmente era uma aspiração familiar transformou-se em um projeto de vida compartilhado. A busca pela conquista da terra passou a representar não apenas o acesso a uma propriedade, mas a recuperação de uma relação interrompida pela expulsão e pelo deslocamento. Quando finalmente conquistou a terra, Cassiana compreendeu que a luta não terminava ali. Pelo contrário, a experiência no MST lhe mostrou que as conquistas individuais estão profundamente conectadas às conquistas coletivas. Considera que cada assentamento criado representa a realização do sonho de inúmeras famílias que enfrentaram longos processos de mobilização e resistência. Nesse sentido, a terra deixa de ser compreendida apenas como propriedade individual e passa a ser entendida como parte de um projeto coletivo de transformação social. A luta continua enquanto outras famílias permanecem sem acesso a condições de produção e sobrevivência. A conquista de uma família fortalece a luta de todas as demais.

Ao longo dessa trajetória, a educação também passou a ocupar um papel central em sua atuação. Atualmente, Cassiana trabalha na Escola Milton Santos de Agroecologia, instituição dedicada à formação de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Sua atuação concentra-se nas áreas administrativa e financeira dos cursos oferecidos pela escola, contribuindo para a manutenção de espaços formativos

voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e da organização popular. A experiência na escola evidencia uma das características mais importantes do MST: a compreensão de que a luta pela terra pode caminhar junto com a luta pela educação, pela formação política e pela construção de conhecimentos capazes de fortalecer as comunidades rurais.

Essa perspectiva também se reflete na organização interna do movimento. O MST estrutura suas ações por meio de diferentes coletivos e setores, como os de mulheres, juventude, formação e produção. Essa divisão permite ampliar a participação e fortalecer as diversas dimensões da luta social. Entre esses coletivos, destaca-se o das mulheres que, segundo Cassiana, atua no fortalecimento, na troca de experiências e no enfrentamento das diversas formas de violência que afetam a vida das mulheres do campo. O coletivo possibilita que experiências individuais sejam compartilhadas e transformadas em pautas coletivas de reivindicação e mobilização.

Embora a luta pela terra seja central para o movimento, ela não elimina automaticamente outras desigualdades presentes na sociedade. As relações de gênero também atravessam o cotidiano dos assentamentos e das comunidades rurais. Cassiana chama atenção para a sobrecarga de trabalho enfrentada por muitas mulheres. Além do trabalho produtivo realizado na terra, elas frequentemente assumem a maior parte das responsabilidades domésticas, dos cuidados com os filhos e da atenção aos demais familiares. Essa realidade demonstra que as desigualdades de gênero não estão restritas aos centros urbanos, reproduzindo-se também nos espaços rurais.

Ao discutir sua experiência no movimento, Cassiana também menciona outro desafio recorrente: o preconceito. Participar do MST muitas vezes significa enfrentar estigmas, desinformação e julgamentos, especialmente em contextos urbanos onde a história e os objetivos do movimento são pouco conhecidos. A imagem construída sobre os trabalhadores Sem Terra frequentemente ignora

a complexidade de suas trajetórias, reduzindo suas reivindicações a interpretações simplificadas ou distorcidas. Essa incompreensão produz inseguranças e, por vezes, medo. Ainda que as adversidades existam, Cassiana afirma sentir orgulho de sua participação no movimento. Para ela, fazer parte dessa luta significa integrar uma história coletiva construída por pessoas que acreditam na possibilidade de uma sociedade mais igualitária.

A experiência de Cassiana demonstra que a luta pela reforma agrária está profundamente conectada à defesa da vida humana que engloba o direito ao trabalho, à moradia, à alimentação, à educação e à participação social. Envolve também a preservação de memórias familiares e a continuidade de sonhos que atravessam gerações. É nessa direção que sintetiza sua caminhada: "Onde há mulheres Sem Terra, há produção de alimentos e afetos! Sonhos e resistência, luta e esperar!". Mais do que uma afirmação sobre o papel das mulheres no movimento, trata-se do reconhecimento de que a transformação social é construída diariamente por quem insiste em cultivar não apenas a terra, mas também a possibilidade de um futuro mais justo para todos.



LAÍS FIALHO:
QUANDO O TAMBOR RESSOA E CONTA HISTÓRIAS

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.22

Há saberes que não cabem inteiramente nos livros. Alguns chegam pela voz dos mais velhos, outros passam de mão em mão, de corpo em corpo, de geração em geração. Há aqueles que sobrevivem no movimento de uma dança, na força de um canto ou no som de um tambor. Para Laís Fialho, a história também se aprende assim. Graduada em História, especialista em História da África e Cultura Afro-brasileira, mestra e doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Maringá, Laís encontrou, entre a pesquisa acadêmica e a cultura popular, uma maneira própria de compreender o mundo. Mulher negra, batuqueira e coordenadora do grupo Maracatu Baque Mulher Maringá, construiu sua trajetória aproximando estudo, ancestralidade e experiência, fazendo da ação coletiva uma forma de produzir conhecimento e participar da transformação social. Sua história revela que, para compreender de onde viemos, é preciso também escutar aquilo que o tempo reafirma.

Antes que o tambor ocupasse um lugar tão importante em sua vida, Laís precisou aprender a reconhecer a si mesma em um mundo que nem sempre oferecia espelhos para se enxergar. Na infância, ela e a irmã eram as únicas meninas negras da escola e não encontravam, entre os professores, pessoas negras que pudessem ocupar um lugar de referência. Ao mesmo tempo em que crescia em uma família marcada pela arte e pela religiosidade, conhecia, desde cedo, práticas cotidianas de racismo. Entre a riqueza cultural que recebia em casa e a ausência de representatividade fora dela, surgiram perguntas sobre sua própria existência e sobre o lugar reservado à população negra na sociedade. Mais tarde, essas inquietações encontrariam espaço em sua formação acadêmica, especialmente pela aproximação com a cultura afro-brasileira.

Foi durante a graduação em História que Laís conheceu o Maracatu. O que começou como uma aproximação da cultura afro-brasileira logo ganhou outra dimensão. Em 2011, passou a tocar e, dois anos depois, iniciou viagens frequentes a Recife para aprender com grupos tradicionais. Quanto mais se aproximava, mais

compreendia que havia ali muito mais do que música: o Maracatu reunia ancestralidade, espiritualidade, organização comunitária e saberes transmitidos ao longo das gerações. O tambor, então, deixou de ser apenas um instrumento: tornou-se uma maneira de afirmar uma presença e manter viva uma herança.

Em Maringá, antes mesmo de conquistar uma sede própria, o grupo ocupava as praças e levava a cultura negra para o espaço público. Cada cortejo ajudava a tornar visível aquilo que tantas vezes havia sido colocado à margem e, ao mesmo tempo, criava oportunidades para que jovens e mulheres encontrassem pertencimento, formação e possibilidades de participação. É nesse sentido que Laís compreende o Maracatu como um ato político. Sua dimensão transformadora não está separada da arte, mas se manifesta por meio dela. Cada toque e cada canto carregam histórias, cada apresentação afirma uma presença e cada pessoa que aprende contribui para que esse saber continue circulando.

Foi desse movimento que nasceu a Casa Luanda. Conquistar um espaço próprio significou muito mais do que encontrar um endereço para o grupo. O local passou a reunir atividades de Maracatu, Capoeira e Bumba meu boi, tornando-se um campo de formação, acolhimento e convivência. Ali, a cultura afro-brasileira ocupa o cotidiano, aproxima pessoas e cria condições para que saberes e práticas continuem circulando. A Casa Luanda representa, assim, uma conquista que não se mede apenas pelas paredes que foram erguidas. Sua importância está naquilo que passou a acontecer dentro delas: encontros, aprendizagens, práticas culturais e possibilidades de futuro.

Construir esse espaço também significou enfrentar barreiras que ainda atravessam a vida de mulheres em posições de liderança. Laís conhece o racismo, o machismo e o preconceito religioso não apenas como questões presentes na sociedade, mas como obstáculos concretos que aparecem na vida urbana. Mulheres ainda encontram

resistência quando ocupam lugares de decisão, inclusive em grupos construídos em torno da cultura negra. Ao assumir uma posição de liderança, Laís também reconhece as mulheres que vieram antes e amplia as possibilidades para aquelas que ainda estão chegando.

No Baque Mulher, essa mudança acontece no cotidiano. As mulheres aprendem a tocar, confeccionam seus instrumentos e participam da gestão do coletivo. O saber deixa de estar concentrado em poucas mãos, enquanto o cuidado, antes muitas vezes tratado como responsabilidade individual, passa a ser compartilhado. Descobrir como tocar um instrumento abre a possibilidade de ocupar o centro do som. A música, nesse contexto, torna-se uma experiência de autonomia e, quando essa autonomia é construída junto com outras mulheres, transforma-se em vínculo e apoio mútuos.

A consolidação da Casa Luanda foi resultado de anos de articulação, diálogo com o poder público e construção de parcerias. Para Laís, porém, a conquista nunca esteve restrita à existência de uma sede. O que estava em jogo era garantir que a cultura afro-brasileira tivesse espaço para existir, alcançando novas gerações. Preservar uma manifestação cultural, nesse sentido, também significa cuidar das pessoas que a mantêm viva. Daí a importância que a coletividade assume na visão de Laís: nenhum saber permanece vivo quando é guardado pelo indivíduo. É preciso ensinar, aprender, compartilhar e respeitar o tempo de cada pessoa. Há quem chegue para aprender a tocar e, aos poucos, descubra que também pode ensinar. Há quem encontre no grupo a possibilidade de desenvolver novas habilidades e há quem simplesmente descubra que não precisa mais estar sozinho. Cada pessoa chega com sua própria história, mas encontra ali a possibilidade de construir algo junto com as demais. É nessa troca que o Maracatu pulsa: um conjunto de vozes, corpos e instrumentos que encontra sua força na conexão.

A trajetória de Laís revela o percurso de uma menina negra que cresceu sem encontrar muitos rostos semelhantes aos seus nos

lugares onde estudava e que, anos depois, ajudou a construir um lugar onde outras meninas e mulheres pudessem se reconhecer, aprender e ocupar seu espaço. Investir na presença negra faz com que a memória se torne prática e que a tradição encontre novas formas de continuar existindo.

É nesse ponto que Laís cita algumas palavras do documentário de Beatriz Nascimento (1989), as quais parecem sintetizar algo essencial de sua trajetória: “A terra é o meu quilombo. Meu espaço é o meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou”. Há, nessa afirmação, o reconhecimento de que pertencer também é poder existir por inteiro, sem diminuir a própria presença para caber nos lugares predeterminados que o mundo oferece. O quilombo se torna, assim, uma imagem de pertencimento e de criação: está na terra, mas também nas relações que se constroem, nas pessoas que chegam, nos saberes que circulam e nos espaços que passam a ser ocupados. Laís encontrou seu lugar entre os tambores, as ruas, a pesquisa, as mulheres e as histórias que vieram antes dela. Ao ocupá-lo, ajudou a ampliar os caminhos para que outras pessoas pudessem traçar os seus. Há saberes que sobrevivem porque alguém os guarda, cultiva e ensina, fazendo-os ressoar. Quando o tambor toca, aquilo que parecia distante repercute no presente e faz a história continuar...

REFERÊNCIAS

ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Roteiro e Narração: Beatriz Nascimento. São Paulo: Geledés — Instituto da Mulher Negra, 1989. 1 filme (91 min), sonorizado, color.



**O PERTENCIMENTO COMO ATO
DE CORAGEM NO PERCURSO
DE SANDRA MARIA**

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.23

Nem toda liderança nasce de um palco ou de um cargo de destaque. Algumas são construídas silenciosamente, entre as pequenas batalhas cotidianas que poucos conhecem. As práticas de liderança de Sandra Maria começaram muito antes de seu trabalho comunitário ou de sua atuação na conscientização sobre o lúpus. Ela se iniciou dentro de sua casa, um lugar onde aprender a falar era, antes de tudo, aprender a existir. Sua trajetória é marcada por silenciamentos, desafios e perdas, mas também pela escolha de não permitir que essas experiências definissem limites para sua vida. Em vez de permanecer apenas como reprodutora de uma história predefinida, ela transformou cada obstáculo em uma oportunidade de cuidar de si e de outras pessoas, fortalecendo sua comunidade.

Sandra cresceu em uma família composta por nove homens e apenas duas mulheres: ela e sua mãe. Desde muito cedo compreendeu, ainda que sem conseguir nomear, que existiam lugares socialmente reservados para homens e mulheres. Enquanto eles ocupavam naturalmente os espaços de decisão, dela se esperava que aprendesse a cuidar da casa, servir aos outros e aceitar, sem questionamentos, as ordens que lhe eram dirigidas. O que mais marcou sua infância, no entanto, não foram apenas as responsabilidades precoces, mas a sensação de que sua voz tinha pouco espaço e eco. As escolhas pareciam sempre pertencer a outras pessoas e o silêncio tornava-se parte daquilo que significava ser mulher naquele contexto. Foi justamente dessa experiência que nasceu seu desejo de construir um caminho diferente. Aos poucos, Sandra passou a compreender que existir também significava ocupar espaços, fazer escolhas e reconhecer o próprio valor. Não se tratou de uma ruptura repentina, mas de um processo lento de descoberta e experimentação, no qual encontrou força para escrever uma história que não fosse simplesmente definida pelas expectativas alheias.

Ao narrar sua trajetória, ela costuma recorrer a duas palavras que sintetizam sua maneira de enfrentar a vida: resiliência e perseverança. Para ela, resiliência não significa suportar tudo sem

sofrimento, tampouco ignorar as dificuldades, mas sim a capacidade de permanecer viva mesmo quando a dor modifica os planos, os sonhos e a rotina. Da mesma forma, perseverança não é ausência de medo, mas seguir adiante apesar dele, acreditando que continuar faz sentido, ainda que o futuro pareça incerto. Essa compreensão afasta sua história de qualquer ideia romantizada de superação. Sandra não se apresenta como alguém que venceu todas as dificuldades. Ao contrário, reconhece que o medo, o cansaço e as incertezas continuam presentes. O que muda é a escolha de não permitir que eles determinem os rumos de sua vida.

Ao longo desse percurso, o anseio por pertencimento transformou profundamente sua maneira de olhar para si mesma e para o mundo. Ela conta que sua vida começou a ganhar novos sentidos quando percebeu que fazia parte de algo maior do que suas dores individuais. Descobrir-se pertencente à comunidade fortaleceu sua causa e despertou o desejo de contribuir para que outras pessoas também encontrassem espaços de acolhimento e reconhecimento. Foi desse encontro com a comunidade que nasceu sua atuação como líder comunitária. Mais do que organizar ações ou participar de projetos sociais, ela passou a construir vínculos e trocas. Em seu cotidiano, procura mostrar que toda história merece ser ouvida e reconhecida, coisas que durante muito tempo lhe faltaram.

Sua compreensão sobre felicidade dialoga diretamente com essa experiência. Para Sandra, a felicidade não é algo que vem de fora ou depende exclusivamente das circunstâncias da vida. Ela nasce do amor-próprio, da aceitação da própria trajetória e da reconciliação com quem se é. Encontrar esse lugar interno foi essencial para que pudesse também fortalecer outras pessoas.

Sua caminhada ganhou novos contornos quando o lúpus passou a fazer parte de sua história. Conviver com uma doença autoimune crônica, em que o sistema imunológico ataca o próprio organismo, trouxe desafios físicos e emocionais. Mas também

revelou outra forma de invisibilidade: Sandra percebeu que muitas pessoas desconheciam a doença e, por isso, não compreendiam as limitações e dificuldades enfrentadas por quem convive com ela.

Em vez de silenciar essa experiência, decidiu transformá-la em instrumento de conscientização. Compartilhar sua história tornou-se uma maneira de ampliar o conhecimento sobre o lúpus, combater preconceitos e oferecer apoio a outras pessoas que enfrentam a mesma condição. Sua atuação demonstra que a informação também pode ser uma forma de cuidado. Foi daí que surgiu a ideia da produção de um livro, em parceria com a escritora Mara Chan, intitulado *Meninas que adestram lobos*, publicado pela Chiado Editora em 2015. Em uma entrevista presente no livro, Sandra esclarece que assumir o papel de liderança em uma causa ligada à saúde nem sempre é fácil. Daí sua decisão por expor sua história, defender causas sociais e assumir posições públicas para superar inseguranças e receios. Ao superar as dificuldades, Sandra escolhe permanecer fiel ao que acredita ser justo. Sua coragem não está na ausência de medo, mas na decisão cotidiana de continuar, apesar dele.

Ao conhecer sua história, percebe-se que a liderança foi construída no cotidiano relacional: o silêncio da infância, os desafios impostos pelo adoecimento, a descoberta do pertencimento e o compromisso com a comunidade compõem uma trajetória que revela a força transformadora da experiência humana quando ela é compartilhada. Ao final de sua fala, Sandra afirma: “Sozinhas não podemos nada. Juntas, podemos tudo”. Mais do que uma mensagem de incentivo, essa afirmação sintetiza a força conectiva de sua trajetória: é no encontro entre pessoas, no cuidado mútuo e na construção de vínculos que a resistência se transforma em força coletiva.

Parte

V

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Sonia Regina Vargas Mansano

A Psicologia Social no Brasil criou e ocupou, de modo consistente, espaços de intervenção e análise em diferentes campos, valendo-se da articulação entre sensibilidade e crítica. Silvia Lane (1984), referência na área e expoente na formação de profissionais e cientistas que estão presentes nos quatro cantos de nosso país, sempre insistiu no compromisso com a transformação social. Seus estudos mostram uma convergência entre educação, ciência e transformação social, indicando ser este um caminho político promissor para compor a vida em sociedade de modo inclusivo, democrático e expansivo. Ela salienta que cabe à área “estudar o indivíduo nas suas relações sociais, enfocando o cotidiano, captando as condições reais de existência, como são produzidas e como são representadas” (p. 102). E acrescenta que diante da produção desses modos de vida diversos, cabe construir conjuntamente “explicações que integrem o indivíduo na realidade histórico-social em que vive” (p. 102). Nota-se que em sua perspectiva analítica, a transformação social não é uma abstração, pois se sustenta na história que é composta por diferentes processos educativos, sejam eles formais ou informais, os quais pluralizam o arcabouço cultural e abrem possibilidades de conexão que cooperam para dar movimento e fluidez à vida coletiva.

É notável como algumas mulheres, em suas práticas de ativismo, liderança e militância, levaram a termo esse compromisso e fizeram laços significativos com a educação, apostando nos processos de aprendizagem como condição de possibilidade para manter

vivas as conquistas históricas, bem como disseminar as iniciativas de criação de si, do outro e do planeta. Nessa empreitada, suas ações são multifacetadas e espalhadas pelo cotidiano relacional.

Quando analisamos especialmente a atuação das líderes comunitárias, percebemos que ela ocorre, por vezes, em situações anônimas, com um foco respeitoso na particularidade de cada ente e sem repercussões espetaculosas, o que, de modo algum, minimiza seus efeitos micropolíticos de fortalecimento social. É que a educação, quando agrega diferentes saberes, transforma e expande os mundos daqueles que a elas se conectam. Fazendo-se notar no cotidiano das escolas, universidades e comunidades, suas linhas de produção são diversas e podem tecer possibilidades impensadas, além de ultrapassar aquelas que já foram conquistadas, dando movimento aos processos históricos.

Quando educação, ciência e comunidade são conjugadas, as transformações sociais encontram terreno propício para frutificar. É nesse sentido que Bader Sawaia (2014) afirma a importância do “engajamento subjetivo para a transformação social”, insistindo que “a subjetividade é uma das dimensões no interior da qual o processo revolucionário se constrói” (p. 5). Nessa perspectiva política, o compromisso com a transformação ganha contornos de um processo revolucionário, que pode fazer-se presente em quaisquer contextos.

As mulheres que compartilham sua experiência nesta parte podem ser consideradas agentes dessa revolução, uma vez que seu fazer ativista encontra terreno, sentido e adesão em territórios específicos, junto a populações concretas que são mobilizadas a qualquer tempo. Partindo de contextos e estratégias diferentes, elas têm como guias as possibilidades de colocar em curso processos de ensino e de aprendizagem que as perpassam, mobilizam seus pares e articulam práticas favoráveis para seguir nas mais diferentes direções, tendo como foco a potencialização coletiva. A educação

formal, necessária e relevante, é um desses caminhos. Quais seriam os outros? As mulheres nos respondem pluralizando direções: os caminhos estão abertos no dia a dia, podendo ser acessados por qualquer agente suficientemente sensível a uma causa ou a uma existência que demanda atenção e apoio.

Estamos diante, assim, de práticas micropolíticas que, de acordo com Suely Rolnik (2023), envolvem “ações do desejo” (p. 35). Estas se materializam “em atos de criação que se inscrevem nos territórios existenciais estabelecidos e suas respectivas cartografias, rompendo a cena pacata do instituído” (p. 35). Cabe lembrar que o instituído, em uma sociedade economicamente desigual e excludente, está naturalizado na manutenção da pobreza, na discriminação da diferença, na violência seletiva, bem como na exclusão de certos grupos sociais marginalizados ou modos de existir que escapam da hegemonia.

Como enfrentar as amarras dessa exclusão social que sustentam esse cenário? Indicando possibilidades improváveis, essas mulheres não apenas falam, mas criam caminhos de questionamento e intervenção em meio às adversidades enfrentadas. Elas ensinam que, nessa luta, não há atalhos, facilidades ou prescrições. É a cada experiência vivida e a cada desafio colocado que as ações ganham consistência e sentido para serem executadas, contando com a participação e coautoria do coletivo de agentes sociais envolvidos.

Nessa direção, Rolnik (2023, p. 96) acrescenta uma particularidade relevante:

No âmbito das resistências micropolíticas nada pode ser previsto e muito menos garantido. Seja qual for o âmbito de atividade humana em que se dê a insurreição nessa esfera, sempre se confrontarão diferentes graus de forças ativas e reativas na definição das formas do presente.

A autora nos coloca, assim, diante da constatação de que o existir comporta dois tipos de forças: as ativas (aliadas do movimento

e da transformação social) e as reativas (tendem à manutenção do atual estado organizativo da sociedade). Assim, não nos cabe escolher para qual delas atentar, visto que a vida não admite esse tipo de separação. A questão que se coloca é outra: considerando que a coexistência das duas forças em luta na existência social é um fato, como habitar esse embate, criando nele brechas para expansão da vida e da coletividade? É precisamente isso que essas líderes comunitárias nos ensinam.

Uma constatação incontornável nas histórias dessas mulheres é que seguir nesse caminho não é fácil. Como lembra Sawaia (2001), a luta pela transformação social dá ensejo às mais diferentes faces do que ela denomina como “sofrimento ético-político” (p. 104). Em suas palavras, esse sofrimento “retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especificamente da desigualdade social, da subordinação e da ausência de canais de expressão da própria dor” (p. 104–105). Ora, como viver, de modo intenso e desejante, quando um conjunto de cidadãos está majoritariamente imerso em uma constelação de paixões tristes, onde o sofrimento ético-político é engendrado em meio a humilhações, desqualificações, exclusões, desigualdades sociais e, nos casos mais limítrofes, ante o risco recolocado de morte?

Novamente, são as mulheres que nos ensinam: elas não se deixam abater. Encaram essas situações e, se em certos momentos sentem-se cansadas e resignadas com o cenário desolador instalado, isso não as congela. É que, como dito por Rolnik (2023), por vias sensíveis e acolhedoras elas compreendem que as forças ativas coexistem com as forças reativas. Ante essa constatação, sua atitude consiste em fazer valer o encontro e enfrentar as adversidades, transmutando-as em fonte de vigor para agir e vislumbrar um futuro diferente. E como o fazem? Adotando uma prática micropolítica, sensível à variação dos afetos e sempre pronta a oferecer um sorriso, um gesto, uma conversa e um olhar por meio dos quais compartilham,

ao mesmo tempo, força e suavidade. São pequenas ações cotidianas que vão, aos poucos, potencializando e conectando os corpos. Estes possuem nome e história. Por meio dos laços micropolíticos, elas atuam de modo a mover as dores, possibilitando elaborações e superando limitações.

Ao acompanhar as histórias que serão apresentadas nesta parte, será possível perceber que as mulheres são marcadas por um leque multifacetado de afetações que vai da dureza do existir à suavidade inesperada de certos encontros. Transitar entre essas possibilidades é o que elas nos ensinam. Especialmente a nós profissionais da psicologia. É que criar condições para acompanhar essa diversidade só é possível assumindo o compromisso com a transformação social tão evocado por Lane (1984). Se seu legado reverbera em nossos dias, isso se deve a uma de suas afirmações: "Toda a psicologia é social" (1980, p. 19). Com a generosidade que, ousamos dizer aqui, militava pela consolidação e expansão de uma Psicologia ética e politicamente situada, ela se explica: "Esta afirmação não significa reduzir as áreas específicas da Psicologia à Psicologia Social, mas sim cada uma assumir dentro da sua especificidade a natureza histórico-social do ser humano". Encarar tal afirmação segue sendo um desafio para a área. Essas mulheres, com suas ações micropolíticas, nos dão pistas preciosas para seguir nessa direção.

REFERÊNCIAS

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. Por uma redefinição da Psicologia Social. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 2, n. 6, p. 96-103, maio 1980.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, Sílvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição*: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2023.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 97-116.

SAWAIA, Bader Burihan. Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, [s. l.], v. 26, n. spe2, p. 4-17, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S010271822014000600002>.

**PATRÍCIA ROSA E A
CULTIVAÇÃO DE CONEXÕES
COM A NATUREZA**

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.25

Há uma dimensão da existência frequentemente esquecida na vida contemporânea: a importância de desacelerar. Em meio à rotina acelerada, ao excesso de estímulos e às múltiplas exigências do cotidiano, o contato com a natureza pode se tornar uma experiência de reencontro consigo, com os outros e com a natureza que nos cerca. A atuação de Patrícia de Oliveira Rosa da Silva se constrói nesse encontro entre educação, cuidado e consciência ambiental, revelando como pequenas experiências podem produzir transformações profundas na forma de habitar o mundo.

Docente da Universidade Estadual de Londrina, professora da educação básica e coordenadora do programa de extensão: Sala Verde Sibipiruna da Universidade Estadual de Londrina, Patrícia desenvolve um trabalho voltado para a educação ambiental e para a construção de espaços educativos acolhedores e sensíveis às necessidades das crianças. Sua atuação parte da compreensão de que aprender não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve experiências capazes de fortalecer vínculos, despertar curiosidade e ampliar a percepção sobre as relações entre os diferentes seres da natureza.

Essa perspectiva ganhou forma concreta em 2023 com a criação do projeto “Ciranda das Hortaliças das Estações do Ano”. A iniciativa surgiu com o objetivo de aproximar crianças dos processos naturais por meio do cultivo de hortaliças, oferecendo oportunidades para que o aprendizado aconteça através da experiência direta com a terra e outros elementos, as plantas, os ciclos da vida e os momentos de brincar. Mais do que ensinar técnicas de cultivo, o projeto busca criar condições para que as crianças desenvolvam uma relação mais próxima com a natureza que está presente em seu cotidiano.

Ao refletir sobre essas experiências, Patrícia destaca uma característica que observa com frequência na infância: a capacidade de estar presente. Segundo ela, as crianças costumam demonstrar uma atenção espontânea ao que acontece no momento, algo que

muitas vezes se perde ao longo da vida adulta. O contato com a terra, a observação do crescimento das plantas e a participação nos processos de cultivo favorecem experiências de escuta, contemplação e envolvimento com aquilo que está acontecendo no aqui e agora. Patrícia observa que muitas crianças crescem cercadas por telas, estímulos tecnológicos, agendas e rotinas cada vez mais aceleradas. Segundo relatos das famílias, muitas crianças retornam para casa mais tranquilas e receptivas após participarem das atividades, evidenciando os impactos do projeto no cotidiano.

Ao abordar a ideia de ativismo, Patrícia propõe uma compreensão que vai além das formas tradicionais de mobilização social. Para ela, ativismo significa colocar-se em movimento em direção a mudanças coletivas, construindo práticas capazes de transformar a realidade. Nessa perspectiva, a educação ambiental também pode ser entendida como uma ação política, à medida que promove uma visão crítica sobre os modos de vida, os padrões de consumo e as relações estabelecidas com o meio ambiente. É justamente por esse motivo que Patrícia reconhece o projeto como uma experiência de ativismo. Em um contexto marcado pela industrialização da alimentação, que culmina no distanciamento crescente entre as pessoas e a origem dos alimentos, cultivar uma horta torna-se uma oportunidade de mudar essa percepção. Plantar, acompanhar o crescimento, colher e compreender os ciclos naturais possibilita que as crianças desenvolvam uma relação diferenciada com a alimentação e com os recursos necessários para sua produção. Trata-se de um processo que estimula o cuidado, a responsabilidade e a percepção das interdependências entre espécies.

Ao mesmo tempo, Patrícia destaca que o aprendizado não acontece em uma única direção. Em sua experiência, as crianças também ensinam. A curiosidade, a espontaneidade e a disposição para formular perguntas revelam novas possibilidades de olhar para o mundo. Esse intercâmbio constante desafia práticas educativas baseadas apenas na transmissão de conhecimento e exalta

a importância da escuta como elemento fundamental dos processos de aprendizagem.

Patrícia diz: “O silêncio profundo é o mestre dos pensamentos do tempo presente. Por um dia de silêncio universal para a percepção profunda dos seres vivos além dos humanos”. Suas palavras expressam um convite à desaceleração e à escuta de formas de vida frequentemente ignoradas pela ótica produtivista que organiza a sociedade contemporânea. Patrícia ensina que a construção de um futuro mais sustentável depende da capacidade de cultivar relações mais respeitadas, atentas e conscientes da diversidade presente no mundo que compartilhamos.



**SARAÍ BRITO E O AMOR
QUE APRENDEU A LUTAR**

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.26

Há lutas que não nascem de um projeto planejado, nem de uma decisão tomada diante de uma mesa de reuniões. Algumas simplesmente aparecem no cotidiano, atravessam a vida e, quando percebemos, já estamos profundamente envolvidos com elas. Foi assim que a trajetória como líder comunitária de Saraí Brito ganhou forma. Sua atuação junto às mães atípicas e às famílias em situação de vulnerabilidade nasceu da experiência e da necessidade de fazer alguma coisa diante daquilo que seus próprios olhos encontravam todos os dias.

Fundadora da denominada “Autimizar”, ONG voltada ao apoio de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao acolhimento de mães atípicas e ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade, Saraí construiu seu trabalho a partir da própria vivência e da convivência próxima com mulheres que enfrentam, diariamente, os desafios relacionados ao cuidado de crianças e adolescentes com TEA. Sua trajetória se cruza com a de tantas outras mães que precisam sustentar suas famílias enquanto buscam, muitas vezes com poucos recursos, os serviços, tratamentos e informações necessários para garantir o bem-estar de seus filhos. É nesse encontro que sua atuação ganhou sentido.

Saraí não fala de sua caminhada como quem escolheu uma causa entre tantas outras possíveis. O que a move parece estar na impossibilidade de permanecer indiferente diante do que acontece ao seu redor. Ela reconhece que sua trajetória é atravessada pela família, pela comunidade, pela cultura e pelas relações sociais. Essas dimensões se entrelaçam e, juntas, formam sua maneira de compreender o cuidado. Sua força também vem do simples fato de estar viva e perceber a realidade que a cerca. A vulnerabilidade social não segue calendários, não respeita horários e continua demandando atenção quando as instituições fecham suas portas. Para quem vive essa realidade, a urgência permanece e Saraí conhece esse sentimento de perto.

Ao longo de sua atuação, aprendeu que não existe uma única maneira de chegar até uma família. Algumas pessoas procuram medicamentos, outras precisam de terapias, encaminhamentos ou informações sobre os serviços disponíveis. Há também aquelas que chegam sem saber exatamente o que procuram, trazendo apenas o cansaço, a angústia ou a sensação de que não conseguem mais carregar tudo sozinhas. É nesse momento que Saraí faz a escolha simples, mas decisiva de, antes de encaminhar, acolher. Antes de perguntar qual serviço pode atender aquela demanda, procura compreender quem está diante dela. O que essa mulher vive? O que aconteceu antes de chegar até ali? Do que ela realmente precisa? Nem sempre a resposta está em um medicamento ou em um documento. Às vezes, a maior necessidade é encontrar um lugar onde seja possível falar sem medo, chorar sem vergonha e compartilhar uma preocupação sem ouvir avaliações precipitadas de desqualificação. Há dores que não desaparecem com um encaminhamento, mas que podem se tornar mais sustentáveis quando deixam de ser carregadas individualmente e em silêncio.

Essa compreensão atravessa o trabalho realizado pela Autimizar. Embora existam cadastros, orientações e encaminhamentos para serviços públicos, Saraí entende que nenhuma dessas ferramentas é suficiente quando utilizada sem sensibilidade. Protocolos podem organizar atendimentos, mas não conseguem abarcar, sozinhos, a complexidade de uma vida. Afinal, receber todas as histórias que passam pela ONG da mesma maneira seria ignorar precisamente aquilo que as torna singulares. Por isso, para Saraí, acolher exige uma escuta que não seja automática, sendo preciso perceber o que existe em meio à demanda apresentada. Essa postura também revela uma dimensão ética de seu trabalho. Quando alguém compartilha uma experiência de vulnerabilidade, entrega muito mais do que informações. Entrega medos, intimidades e fragilidades que nem sempre foram compartilhados antes. Receber tudo isso exige responsabilidade. O sigilo, a privacidade e a proteção dessas histórias

deixam de ser apenas princípios abstratos e passam a fazer parte concreta da relação construída com cada família.

A trajetória de Saraí também chama atenção para uma pergunta que costuma permanecer intocada quando se fala sobre trans-tornos do desenvolvimento: quem cuida de quem cuida? Crianças e adolescentes precisam de acompanhamento, tratamento, atenção e proteção, mas as mães também demandam cuidados. Muitas atravessam uma rotina marcada pela sobrecarga, pela preocupação constante e pela dificuldade de encontrar espaços onde suas próprias necessidades possam ser consideradas. Quando toda a atenção se concentra na parte mais vulnerável que precisa de cuidado, quem sustenta o cotidiano pode acabar adoecendo. É nesse espaço relacional que Saraí constrói sua atuação. Ao olhar para essas mulheres, reconhece que não existe uma única experiência de maternidade, assim como não há uma única maneira de viver o autismo ou a vulnerabilidade social. Há diferentes famílias, diferentes condições e diferentes possibilidades. Por isso, seu trabalho não se resume à oferta de serviços. O que constrói é uma rede feita de mulheres que encontram outras mulheres, de histórias que deixam de ser vividas em completo isolamento e de pessoas que, ao serem ouvidas, percebem que suas experiências também têm valor.

Sua atuação nasceu da necessidade, mas não terminou nela. O que começou como uma resposta às dificuldades encontradas no caminho pessoal tornou-se uma forma de construir possibilidades para a coletividade. Ao dar atenção para outras mães, Saraí reconhece dores que também a atravessam e encontra histórias que lhe ensinam novas maneiras de compreender o mundo. Sua luta não nasce de uma vontade abstrata de transformar a realidade, mas do encontro concreto com pessoas que precisam de apoio. É uma atuação construída no cotidiano, nas urgências que não podem esperar e nos pequenos gestos que devolvem a alguém a sensação de que não precisa atravessar tudo sozinho.

No fundo, sua história fala sobre uma forma de amor que se recusa a permanecer apenas no âmbito privado. É um amor que detecta a injustiça e se movimenta, que encontra uma mãe cansada e oferece escuta, que percebe uma família desamparada e procura caminhos de superação e que reconhece a vulnerabilidade e decide não passar por ela de modo indiferente. Saraí mostra que foi a vida que a colocou diante da luta. E, diante daquilo que encontrou, ela decidiu agir. Por isso, suas palavras definem sua trajetória: “Mãe atípica, ativista por necessidade, transformando amor em luta diária”. Encontramos, aqui, uma liderança construída e encarnada na própria história: os desafios da maternidade, a necessidade que a colocou em movimento e o amor que encontrou uma forma concreta de agir. Para Saraí, amar não parece significar apenas cuidar daqueles que estão próximos. Significa também olhar de modo sensível para quem chega, abrir espaço, escutar sem pressa e construir, no encontro, um lugar onde ninguém precise enfrentar sozinho aquilo que já é difícil demais.



MARIA BERNADETE:

A CIÊNCIA COMEÇA QUANDO
UMA MENINA PERGUNTA "POR QUÊ?"

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.27

Quando Maria Bernadete era menina, havia uma coisa que parecia acompanhá-la por todos os lugares. A vontade de entender. Diante de um objeto, não bastava saber para que servia. Ela queria descobrir como funcionava, o que existia por dentro, por que cada peça estava ali e o que aconteceria se alguma delas fosse retirada. Filha de um técnico em eletrônica, cresceu próxima às ferramentas e aos equipamentos que faziam parte do cotidiano do pai. Observava, experimentava e, quando podia, desmontava as coisas para encontrar suas respostas. Sem saber, já ensaiava uma relação com o conhecimento e com a ciência que a acompanharia por toda a vida.

Aquela curiosidade encontrou na educação um caminho possível. Nascida no Piauí, Maria Bernadete iniciou sua formação no ensino técnico e, mais tarde, seguiu para a graduação em Engenharia Elétrica. Esta escolha a levou a construir uma trajetória acadêmica em uma área que, até nossos dias, é marcada pela presença predominante de homens. Hoje, é professora do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Estadual de Londrina e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica. Entre a menina que queria saber o que havia dentro das coisas e a professora que hoje forma novos profissionais, existe uma história de estudo, persistência e enfrentamento.

Durante a graduação, Maria Bernadete encontrou salas de aula majoritariamente masculinas e, em algumas disciplinas, era a única mulher entre os estudantes. A sensação de ser uma exceção acompanhava sua formação, revelando que ocupar determinados espaços ainda significava atravessar expectativas que não eram distribuídas igualmente entre homens e mulheres.

Essa experiência, entretanto, não começou na universidade. Antes mesmo do vestibular, um professor chegou a dizer que ela não conseguiria ser aprovada em Engenharia Elétrica. A resposta de Maria Bernadete não veio em forma de confronto, mas de uma certeza tranquila sobre aquilo que estava disposta a fazer: "Pode ser que

eu não passe de primeira vez, mas eu vou estudar". E estudou. Passou logo na primeira tentativa. A lembrança desse episódio poderia ser apenas uma história de superação individual, mas ela ganha outro significado quando acompanhamos o caminho que Maria Bernadete escolheu seguir depois. Entrar na Engenharia foi uma conquista. Permanecer, construir uma carreira e se tornar professora também.

Mas havia uma questão que continuava sem resposta. Quantas meninas poderiam ter chegado até ali se tivessem recebido, desde cedo, o incentivo necessário para acreditar que aquele lugar também lhes pertencia? A pergunta se tornou ainda mais concreta quando Maria Bernadete participou de uma atividade de robótica dirigida a estudantes do ensino fundamental, por meio de um dos projetos que coordenava. No início, meninas e meninos demonstravam interesse semelhante. Com o passar das semanas, porém, os meninos continuavam envolvidos, enquanto muitas meninas deixavam de participar. O que havia acontecido nesse intervalo? A situação fez Maria Bernadete olhar para além da atividade. Talvez a diferença não estivesse na curiosidade inicial, mas em tudo aquilo que acontece depois dela. O incentivo recebido em casa, os comentários de professores, a presença de referências femininas, a maneira como cada criança é encorajada a persistir diante de uma dificuldade. Ela compreendeu, então, que muitas vezes as meninas não abandonam uma área porque não gostam dela, mas porque, em algum momento, aprendem que talvez aquele não seja um lugar para elas.

Essa percepção encontrou uma forma concreta de resposta em seu trabalho docente. Em 2018, Maria Bernadete, em conjunto com outros professores da UEL, criou o projeto denominado Techninas, aproximando meninas do ensino fundamental da ciência e da tecnologia. A proposta não se limitava a apresentar conteúdo. Havia algo mais profundo em jogo. As meninas precisavam ter a oportunidade de experimentar, criar e descobrir que também poderiam ocupar aqueles espaços. Por isso, a participação das próprias estudantes da universidade se tornou tão significativa: jovens mulheres que

estudavam diversos cursos da área de Ciências Exatas passavam a apresentar às meninas mais novas um universo que, para muitas delas, ainda parecia distante. Ao vê-las programando, construindo e pesquisando, aquelas meninas encontravam uma possibilidade concreta de futuro. A referência deixava de ser uma imagem abstrata e ganhava rosto, voz e presença femininos.

Quando a pandemia interrompeu os encontros presenciais, o projeto precisou mudar de formato. As atividades passaram para o modo remoto e novas estratégias foram criadas para manter a aproximação com as meninas. Estudos sobre mulheres cientistas e produção de conteúdo para a internet ajudaram a manter viva a proposta, mostrando que a ciência poderia continuar sendo apresentada como um território possível, mesmo quando o mundo parecia suspenso.

Essa atuação também se fortaleceu por meio do programa *"Women in Engineering"*, que reúne cerca de 40 mil mulheres em atividades desenvolvidas em parceria com escolas e ações sociais. O trabalho amplia a compreensão sobre o que significa aproximar as meninas da ciência. Não se trata apenas de incentivá-las a escolher uma carreira em Engenharia ou Tecnologia. Trata-se de permitir que conheçam possibilidades antes que alguém lhes diga que certas profissões não são para elas. Afinal, há uma diferença importante entre dizer a uma menina que ela pode ser cientista e colocá-la diante de uma mulher que já ocupa esse lugar. A primeira atitude oferece incentivo, já a segunda materializa uma referência. E referências ajudam a construir aquilo que, muitas vezes, falta antes mesmo de uma escolha ser feita: a capacidade de imaginar.

Maria Bernadete conta sua trajetória a partir de duas imagens. A primeira é a de uma menina diante de um objeto, tentando descobrir como ele funciona. A segunda é a de uma professora cientista diante de outras meninas, oferecendo-lhes ferramentas para que também possam experimentar, perguntar e criar. As duas imagens são habitadas pela curiosidade que a atravessou por décadas.

Mas existe também uma transformação nesse trajeto: a menina que um dia buscava respostas para suas próprias perguntas tornou-se uma mulher interessada em criar condições para que outras meninas pudessem habitar o mundo da ciência e da tecnologia.

É nesse ponto que sua história ultrapassa a ideia de conquista individual. Maria Bernadete não apenas ocupou um espaço em que as mulheres ainda são minoria. Ela decidiu enfrentar a situação e perguntar quem ainda estava do lado de fora. Seu trabalho nasce desse cuidado em perceber que abrir uma porta não é suficiente quando tantas meninas sequer sabem que ela existe. Essa é uma das maiores forças de sua trajetória: o conhecimento que um dia lhe permitiu atravessar barreiras tornou-se também uma ferramenta para ampliar possibilidades para as meninas ocuparem os campos científico e tecnológico. A curiosidade que começou desmontando objetos encontrou, com o tempo, uma dimensão política.

Hoje, quando uma menina participa da oficina, segura uma ferramenta, monta um circuito ou descobre que gosta de programação, pode estar vivendo o início de uma história que ainda não sabe onde vai chegar. Talvez se torne engenheira. O mais importante é que sua escolha possa nascer de um desejo genuíno e não da ausência de oportunidades ou da ideia de que certos caminhos não foram feitos para ela. A ciência, em sua trajetória, não aparece apenas como um lugar de respostas. Ela continua sendo, sobretudo, um espaço para fazer perguntas, experimentar e insistir. Em suas palavras: “Só desista quando você tiver plena certeza do que está fazendo, caso contrário, continue a nadar”.



**A ESCOLHA POR SE COLOCAR
COMO UM “PORTO SEGURO”
DE IZABELA ARANEGA:**

ESCUta, PROTEÇÃO E COMPROMISSO
COM A INFÂNCIA

Marina Berg Araujo

O caminho percorrido por Izabela Aranega foi construído entre estudo, intervenções e sensibilidade. Assistente social formada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e atualmente conselheira tutelar do município, ela dedicou sua vida profissional à defesa da infância e da adolescência, especialmente diante das situações de violência e vulnerabilidade que marcam a realidade de muitas famílias. Mais do que uma escolha de carreira, sua atuação revela um compromisso com aqueles que, muitas vezes, têm suas vozes silenciadas e seus direitos negligenciados.

Esse compromisso começou a ganhar forma ainda durante a graduação, isso porque, enquanto muitos estudantes exploravam diferentes áreas de atuação, Izabela direcionou seu olhar para uma temática que a inquietava: a violência contra crianças e adolescentes. Foi durante um estágio no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que se aproximou dessa realidade de maneira mais concreta. Ali, diante de histórias atravessadas por sofrimento, abandono e violações de direitos, compreendeu que os impactos da violência não se encerram nos atos, pois suas marcas se estendem para as relações familiares, para o desenvolvimento emocional e para as oportunidades que essas crianças terão ao longo da vida. Quanto mais conhecia essas histórias, mais percebia a necessidade de atuar de forma direta na construção de respostas capazes de interromper ciclos de violência e fortalecer redes de apoio. O interesse acadêmico foi se transformando em possibilidades, orientando os passos que daria nos anos seguintes.

Curiosamente, antes de conhecer de perto o trabalho desenvolvido pelo Conselho Tutelar, Izabela também compartilhava uma percepção, bastante comum na sociedade, de que esses profissionais retiravam as crianças de suas famílias ou aplicavam medidas punitivas. A experiência prática, no entanto, revelou uma realidade muito mais complexa. Aos poucos, compreendeu que o Conselho ocupa um papel fundamental na articulação de serviços sociais e

políticas públicas voltadas à garantia de direitos, funcionando como um elo entre famílias, instituições e a rede de atendimento. Mais do que intervir em situações de risco, trata-se de construir possibilidades para que meninos e meninas possam crescer em contextos seguros e com acesso às condições necessárias para seu desenvolvimento.

Essa compreensão também ampliou sua visão sobre o próprio exercício profissional. Proteger a infância não significa apenas conhecer a legislação ou dominar os procedimentos institucionais. Cada situação exige a capacidade de compreender contextos familiares, desigualdades sociais, políticas públicas e as múltiplas formas pelas quais a violência pode se manifestar. Por isso, a busca por conhecimento tornou-se uma constante em sua caminhada, uma vez que estudar passou a ser também uma forma de cuidar.

Ao longo dos anos, porém, Izabela descobriu que seu trabalho não poderia ser restrito a normas, encaminhamentos ou relatórios. Entre atendimentos, visitas e escutas, decidiu tornar-se aquilo de que muitas crianças carecem: um adulto em quem confiar. Ela conta que sua ação micropolítica junto à infância consiste em se fazer presente quando o medo impede a fala, em acreditar quando ninguém mais acredita e em acolher quando a dor impede de encontrar espaços para existir. Em um cotidiano marcado por histórias difíceis, sua função ultrapassa os limites institucionais e assume uma dimensão profundamente humana. Cada encontro exige ética, responsabilidade e, sobretudo, a capacidade de reconhecer a potência vital de quem está diante dela.

Conviver diariamente com situações de violência poderia produzir distanciamento ou indiferença. Para Izabela, acontece exatamente o contrário, pois ela acredita que a indignação diante das violações nunca deve desaparecer. Considera que quando o sofrimento deixa de provocar incômodos, corre-se o risco de naturalizar aquilo que jamais deveria ser aceito. Manter viva essa sensibilidade tornou-se parte essencial de sua forma de atuar, pois entende que a

defesa da infância depende da capacidade de permanecer afetado pelas injustiças que testemunha.

Essa responsabilidade, entretanto, não é percebida como um dever exclusivamente profissional. Em sua visão, o enfrentamento da violência infantil exige o envolvimento de toda a sociedade: escolas, famílias, serviços públicos, organizações sociais e cidadãos compartilham a responsabilidade de criar condições de vida mais seguras para crianças e adolescentes, pois nenhuma instituição consegue cumprir essa tarefa sozinha.

Quando questionada sobre o que a mantém firme diante de desafios tão intensos, sua resposta passa pelo propósito e pela fé. A convicção de que cada intervenção pode representar uma mudança significativa na vida de uma criança sustenta sua permanência nessa área. Em alguns casos, significa interromper um ciclo de violência, em outros, fortalecer vínculos familiares, garantir acesso a serviços ou simplesmente fazer com que uma criança seja finalmente ouvida. Para ela, o que importa são as pequenas ações que, somadas, têm o potencial de transformar trajetórias inteiras.

Ao ouvir Izabela falar sobre seu trabalho, fica evidente que sua atuação ultrapassa os limites de uma função pública. Existe ali a escolha renovada diariamente de permanecer sensível para reconhecer a dor, acreditar na possibilidade de mudança e oferecer presença onde tantas vezes houve abandono. Em uma sociedade que frequentemente falha com suas crianças, sua história lembra que o cuidado começa quando alguém decide não desviar o olhar, e que, para muitas delas, a diferença entre o medo e a esperança pode estar justamente na existência de um adulto disposto a escutar, acolher e se colocar ao lado.



LUA GOMES E A CORAGEM DE MUDAR

Marina Berg Araujo

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-813-9.29

Uma das coisas mais delicadas e interessantes da vida é reconhecer que já não somos exatamente quem fomos. Há ideias que um dia pareciam suficientes e que, com o passar dos anos, revelam suas limitações. Há lutas que continuam fazendo sentido, mas que passam a ser vistas por outros ângulos. Para Luana Gomes, mudar nunca significou abandonar aquilo em que acreditava. Ao contrário, foi justamente a disposição para rever suas próprias certezas que permitiu que sua atuação ganhasse novas camadas.

Líder comunitária e atuante em causas sociais em Londrina, Lua, como gosta de ser chamada, construiu sua trajetória acompanhando as transformações da própria vida. Para ela, ninguém permanece igual. Afinal, as experiências modificam os modos como enxergamos o mundo, os desafios deslocam nossas prioridades e aquilo que parecia central em determinado momento pode adquirir outro significado mais tarde. Não se trata simplesmente de mudar de opinião, mas de acolher o fato de que também estamos em constante reconstrução, assim como as relações que estabelecemos e as responsabilidades que assumimos.

Essa percepção atravessa também sua relação com o feminismo. Quando começou a refletir sobre os direitos das mulheres, sua compreensão estava muito ligada à liberdade individual. Com o tempo, porém, a experiência mostrou que a desigualdade não poderia ser explicada apenas pelas relações entre homens e mulheres. A classe social, a maternidade, o território e diferentes formas de exclusão faziam com que elas vivessem realidades muito distintas entre si. O feminismo, então, deixou de ser compreendido por Lua a partir de uma única perspectiva. Tomar em consideração as mulheres em suas condições concretas de existência tornou concretas as desigualdades que antes não estavam no centro de suas ações.

A maternidade ocupou um lugar importante nesse processo. Ser mãe periférica trouxe experiências que modificaram sua maneira

de compreender as mulheres e suas responsabilidades cotidianas. Lua reconhece que a maternidade não define sua identidade, mas também percebe que ela tornou mais evidentes questões que antes lhe passavam despercebidas, principalmente no que diz respeito ao cuidado. São as mulheres que, historicamente, costumam acompanhar as crianças em consultas médicas, reuniões escolares e em tantas outras tarefas que raramente aparecem quando se fala sobre trabalho. Existe uma engrenagem silenciosa sustentando o cotidiano e, muitas vezes, são elas que permanecem responsáveis por mantê-la funcionando. Embora essencial para a vida, o cuidado continua sendo distribuído de maneira desigual.

Para Lua, compreender essa realidade significa perceber que a liberdade feminina não pode ser pensada sem considerar as condições materiais que permitem ou limitam sua existência. Uma mulher pode conquistar autonomia em determinados aspectos e, ainda assim, carregar sozinha responsabilidades que restringem suas escolhas. Pode desejar outros caminhos e não contar com uma rede de apoio capaz de sustentá-los.

Sua experiência como mulher periférica aprofunda essa compreensão. As dificuldades enfrentadas por muitas mulheres não surgem apenas das relações pessoais ou das escolhas individuais. Também estão relacionadas à falta de apoio social e institucional. Quando gênero, renda e território se encontram, os obstáculos se acumulam e tornam ainda mais difícil construir uma vida com segurança, autonomia e satisfação. A periferia, nesse sentido, não aparece apenas como um mero lugar geográfico. Ela revela a distância entre as necessidades concretas das pessoas e as estruturas que deveriam acolhê-las. Para as mulheres que vivem nesses territórios, as responsabilidades não desaparecem porque faltam recursos. Os filhos continuam precisando de cuidado, as consultas precisam ser acompanhadas, a escola exige presença e a vida cotidiana segue

acontecendo. O que muda é o quanto cada mulher precisa lutar para sustentar essa diversidade de práticas sozinha.

Ao longo dos anos, Lua passou a reconhecer outras dimensões da desigualdade e compreendeu que não existe uma única experiência de ser mulher. Falar sobre direitos exige considerar as diferenças que atravessam cada trajetória. A maternidade, a condição periférica e o território não substituíram suas antigas convicções, mas fizeram com que elas se tornassem mais complexas. Há algo profundamente humano nessa maneira de compreender a transformação. Lua não olha para seu passado como se a pessoa que foi estivesse errada. Reconhece que cada momento de sua vida ofereceu as ferramentas possíveis para compreender o mundo naquele instante. Depois, novas experiências chegaram e, com elas, vieram outras perguntas e análises. Amadurecer uma luta também pode significar isso: não abandonar os princípios, mas permitir que a realidade os coloque à prova. Escutar mais, observar melhor, perceber aquilo que antes permanecia invisível e entender que uma ideia pode continuar viva precisamente porque foi capaz de se transformar.

Ao olhar para sua própria caminhada, Lua afirma que continua comprometida com as mesmas lutas. O que mudou foi a maneira de enfrentá-las. Hoje, se reconhece mais serena, mas não menos combativa. A serenidade, nesse caso, não representa recuo. É outra expressão de força, construída pela experiência de quem compreendeu que algumas mudanças exigem tempo, escuta e disposição para rever caminhos. Sua história é sobre aprender, com a própria vida, que há muitas maneiras de estar junto da comunidade. O olhar mudou, mas o compromisso foi fortalecido.

Talvez seja justamente por isso que Lua constata que algumas vidas não cabem em uma sentença pronta. As lutas exigem presença antes de palavras, tempo antes de respostas e coragem

para continuar mesmo quando não há nada bonito ou grandioso a dizer. Como ela mesma reconhece, com uma sinceridade que diz muito sobre sua trajetória: “A luta por existir nos dá pouco tempo para pensar. Não tenho frase de efeito para te mandar, eu acho que vou seguir devendo essa”. Lua não deve nada. Há histórias que não precisam de uma frase de efeito. Basta que continuem sendo vividas.

EQUIPE QUE COMPÕE ESTA OBRA

Anderson Luis Schuck

Graduado em Psicologia. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente Colaborador do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9444183434259336>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0029-905X>

E-mail: anderson.schuck@uel.br

Daniele de Andrade Ferrazza

Graduada em Psicologia pela UNESP de Assis. Mestra e Doutora em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis. Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5557074818679848>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0912-9559>

E-mail: daferrazza@uem.br

Danielly Christina de Souza Mezzari

Graduada em Psicologia pela UNICENTRO/PR. Mestra e Doutora em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis. Professora Assistente Doutora do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6202637408046910>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0767-5911>

E-mail: danielly.mezzari@unesp.br

Márcia Helena Carvalho Lopes

Ministra de Estado das Mulheres desde 2023. Assistente Social pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6294600389690466>

E-mail: marciahclopes@gmail.com

Maria Clara Favero Marcondes

Discente da graduação em Design Gráfico da Universidade Estadual de Londrina. Colaboradora do Projeto de Extensão Ativismo e Liderança de Mulheres. Responsável pelas ilustrações que compõem a presente obra.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9821341743142632>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7804-1035>

E-mail: maria.clara.favero@uel.br

Marina Berg Araujo

Discente da graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de Iniciação Extensionista pelo PIBEX-UEL-Fundação Araucária.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5245595383047262>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7115-2315>

E-mail: marina.b.araujo@uel.br

Ruth Tainá Aparecida Piveta

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. Mestra e Doutora em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis. Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de Londrina-PR.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0188077527311770>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5340-5720>

E-mail: ruthpiveta@yahoo.com.br

Sonia Regina Vargas Mansano

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre e Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7801080117150973>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4406-8803>

E-mail: mansano@uel.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

acessibilidade 34, 104
Alicia Gomes 13, 113, 114
Amanda Gaion 12, 51, 52, 54
Amanda Narizinho 12, 76
arte 17, 22, 30, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 84, 85, 91, 92, 93, 94
 arte urbana 78
 fazer artístico 65, 66, 69
 graffiti 67, 77, 78, 79
 palhaçaria 73, 74
 performance 70, 84, 86
ativismo 10, 11, 21, 22, 25, 26, 27, 29, 31, 34, 65, 70, 79, 89, 92, 94, 98, 101, 104, 154, 162, 184

C

capacitismo 97, 100
Casa Luanda 146, 147
categorias identitárias 37, 40
ciência 15, 22, 57, 153, 154, 155, 169, 170, 171, 172, 173
classe social 43, 97, 98, 179
Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro 43
Conselho Tutelar 175
Cristianne Cordeiro 12, 56, 57
cuidado 17, 18, 24, 43, 44, 57, 58, 61, 69, 78, 101, 102, 123, 125, 127, 129, 137, 147, 152, 161, 162, 165, 167, 173, 177, 180
cultura 12, 17, 25, 30, 37, 53, 64, 66, 70, 79, 83, 88, 120, 128, 145, 146, 147, 165
 cultura afro-brasileira 145, 146, 147

D

Design Gráfico 11, 28, 31, 184
direito à moradia 14, 130, 133, 136

direitos das pessoas com deficiência 13, 101, 104, 106
direitos humanos 13, 16, 17, 53, 96, 97, 99, 100, 101, 109, 114, 115

E

Edna Aguiar 13, 91, 92
educação ambiental 161, 162
emancipação feminina 43
Engenharia Elétrica 170
Erica Xavier 11, 42, 43
escrita 13, 32, 82, 87, 88, 89, 90, 102, 123
estudantes indígenas 119, 120
exclusão social 85, 131, 133, 156
expressões de resistência 12
extensão universitária 21, 29, 105

F

feminismos 11, 35, 36, 40, 54, 101
 Feminismo Classista 11, 42, 43
 feminismo liberal 44
 Feminismo Trans 13, 108
 quarta onda feminista 28
Fernanda Magalhães 13, 66, 81, 82, 86, 89
função social 127, 131, 132, 133, 140

G

gênero 11, 35, 36, 37, 40, 41, 48, 52, 53, 74, 85, 99, 102, 107, 109, 121, 125, 128, 129, 142, 180
Gilza Ferreira Kaingang 14, 118
gordofobia 13, 34, 80, 84, 85
 corpo gordo 82, 83, 84
 corpos gordos 83, 85
 emagrecimento 83, 85

H

Horta Comunitária 137, 138
humor 67, 73, 74

I

identidade de gênero 37, 109
identidade visual 28, 32
infância 15, 22, 73, 92, 111, 115, 145, 150, 152, 161, 174, 175, 176
Izabela Aranega 15, 174, 175

J

jornalismo 88
Juliana Galante 12, 67, 72, 73, 75

K

Karen Debértolis 13, 67, 87

L

Laís Fialho 14, 144, 145
Lei Maria da Penha 48
Leonna Morale 13, 108, 109, 112
liderança 10, 11, 16, 21, 22, 25, 26, 27, 59, 62, 65, 70, 98, 101, 106,
138, 146, 147, 149, 150, 152, 154, 168, 184
literatura 88
Lua Gomes 15, 178
lúpus 150, 151, 152

M

machosfera 44
macropolítica 39
maracatu 145, 146, 147
Maria Bernadete 15, 169, 170, 171, 172, 173
Martinha Clarete 13, 104
marxismo 43
maternidade 54, 59, 78, 79, 167, 168, 179, 180, 181
micropolítica 39, 157, 176
mídias digitais 11, 26, 28
militância 10, 22, 25, 43, 53, 61, 62, 97, 98, 101, 111, 140, 154
misoginia 43, 97, 100

mobilização social 45, 162
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra 140
movimento estudantil 61, 62
movimentos sociais de mulheres 52, 54
MST — ver Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra 14,
139, 140, 141, 142

N

natureza 15, 22, 158, 160, 161

O

ocupação Flores do Campo 131
ocupações urbanas 14, 130, 131, 133
oficina de escrita 89
oralidade 93

P

patriarcado 27, 30, 44, 121, 128
Patrícia Rosa 15, 160
pessoas com deficiência 13, 34, 101, 104, 106
política 16, 17, 22, 24, 28, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 47,
54, 61, 62, 66, 69, 70
políticas públicas 47, 48, 49, 52, 107, 120, 131, 136, 175, 176
povos indígenas 119, 120
Projeto Seda Brasil 57
Psicologia Social 132, 154, 158, 159, 183, 185

R

racismo 34, 92, 97, 98, 100, 101, 114, 115, 120, 127, 145, 146
rede de apoio 180
redes sociais 26, 28, 31, 32, 44
reforma agrária 140, 143
representação política 37, 124
riso 12, 66, 67, 72, 74

S

Sandra Maria 14, 149, 150
Saraí Brito 15, 164, 165
Sara Toninato 14, 130, 131

seda 57, 58, 59

sexo 30, 37, 38, 40, 41, 109

Silvia Alapanian 12, 60, 61

sindicato 61, 62

sofrimento ético-político 157, 159

Sueli Galhardi 12, 46, 47, 50

T

tambor 14, 144, 145, 146, 148

TEA — ver Transtorno do Espectro Autista 165

Techninas 171

território 14, 65, 77, 98, 105, 114, 121, 131, 132, 135, 136, 137, 172, 179, 180, 181

trabalhadores rurais 140

trabalho doméstico 43

Transtorno do Espectro Autista 165

U

universidade pública 29

V

Vanessa Rocha 14, 135, 136

violações de direitos 97, 98, 101, 175

violência 23, 27, 28, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 62, 67, 84, 97, 101, 112, 114

violência contra a mulher 47, 50

violência contra crianças e adolescentes 175

violência de gênero 48, 52, 53, 125

violência doméstica e familiar 48

violência policial 97, 101, 114

www.PIMENTACULTURAL.com

Esta obra dedicou-se a contar belas trajetórias de mulheres ativistas que acreditam no bem-comum e na produção de um mundo inclusivo e democrático. Você encontrará em cada descrição uma abertura de futuro, com as dores e as delícias de viver em sociedade. O que aprendemos com as mulheres? Que a vida pode ser expansiva em meio às adversidades enfrentadas. Para isso, cabe lembrar que há futuro e que ele é traçado a cada dia em meio aos encontros. Daí sua insistência na questão: Qual mundo queremos e o que estamos fazendo para concretizá-lo?

